

Mariana Prioli Cordeiro - Felipe Tavares Paes Lopes  
Jacqueline I. M. Brigagão - Emerson F. Raserá (orgs.)

# DIÁLOGOS SOBRE CONSTRUCCIONISMO SOCIAL

Entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda  
Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez



Coleção Estudos Avançados  
em Psicologia Social  
Volume 1

DOI 10.24824/978652513741.4



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

Mariana Prioli Cordeiro  
Felipe Tavares Paes Lopes  
Jacqueline I. M. Brigagão  
Emerson F. Raserá  
(Organizadores)

DIÁLOGOS SOBRE  
CONSTRUCIONISMO SOCIAL:  
entrevistas com Kenneth Gergen,  
Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary  
Jane Spink e Tomás Ibáñez

Coleção Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 1

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV | Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Curitiba | São Paulo  
2023



Copyright © dos Organizadores e da Editora CRV Ltda. – Brasil  
**Editora CRV Ltda.**  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Designers da Editora CRV  
**Imagem de capa:** user7290958 | Freepik  
**Revisão:** Os Autores



**Universidade de São Paulo**  
**Reitor:** Carlos Gilberto Carlotti Junior  
**Vice-reitora:** Maria Armanda do Nascimento



**Instituto de Psicologia**  
**Diretora:** Ana Maria Loffredo  
**Vice-diretor:** Gustavo Martinelli Massola

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Catalogação na fonte  
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

D537

Diálogos sobre construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez / Mariana Prioli Cordeiro, Felipe Tavares Paes Lopes, Jacqueline I. M. Brigagão, Emerson F. Raseria (organizadores) – Curitiba : CRV ; IPUSP, 2023.  
118 p. (Coleção: Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 1).

**Bibliografia.**

ISBN 978-65-251-3738-4 (Coleção Digital)  
ISBN 978-65-251-3737-7 (Coleção Físico)  
ISBN 978-65-251-3736-0 (Volume Digital)  
ISBN 978-65-251-3741-4 (Volume Físico)  
DOI 10.24824/978652513741.4

1. Psicologia 2. Psicologia Social 3. Construcionismo Social 4. Relativismo 5. Ontologia 6. Epistemologia – Ética  
I. Cordeiro, Mariana Prioli, org. II. Lopes, Felipe Tavares Paes, org. III. Brigagão, Jacqueline I. M., org. IV. Raseria, Emerson F., org. V. Título VI. Coleção: Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 1.

2023-28532

CDD 302  
CDU 316.6

Índice para catálogo sistemático

1. Psicologia social - 302

2023

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracriv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracriv.com.br](http://www.editoracriv.com.br)



## **Conselho Editorial:      Comitê Científico:**

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Andrea Vieira Zanella (UFSC)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Christiane Carrijo Eckhardt Mouammar (UNESP)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Edson Olivari de Castro (UNESP)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Érico Bruno Viana Campos (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)	Fauston Negreiros (UFPI)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Francisco Nilton Gomes Oliveira (UFSM)
Celso Conti (UFSCar)	Helmuth Krüger (UCP)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)	Ilana Mountian (Manchester Metropolitan University, MMU, Grã-Bretanha)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC-SP)
Eliane Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	João Ricardo Lebert Cozac (PUC-SP)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Marcelo Porto (UEG)
Élsio José Corá (UFFS)	Marcia Alves Tassinari (USU)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Maria Alves de Toledo Bruns (FFCLRP)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Mariana Lopez Teixeira (UFSC)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Monilly Ramos Araujo Melo (UFCG)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Olga Ceciliato Mattioli (ASSIS/UNESP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Regina Célia Faria Amaro Giora (MACKENZIE)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Virginia Kastrup (UFRJ)
Josania Portela (UFPI)	
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	
Lourdes Helena da Silva (UFV)	
Luciano Rodrigues Costa (UFV)	
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

*Mariana Prioli Cordeiro*  
*Felipe Tavares Paes Lopes*  
*Jacqueline I. M. Brigagão*  
*Emerson F. Rasera*

## CAPÍTULO 1

UMA BREVE INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO CONSTRUCIONISTA ....	13
--	----

*Mariana Prioli Cordeiro*  
*Felipe Tavares Paes Lopes*  
*Jacqueline I. M. Brigagão*  
*Emerson F. Rasera*

1.1 O movimento construcionista .....	14
1.2 A realidade como construção social: debates ontológicos .....	17
1.3 A linguagem como prática social: performatividade e dialogicidade ....	21
1.4 O conhecimento como produtor da realidade: debates epistemológicos .....	23
1.5 A falta de fundamentação última dos valores: em direção a uma ética relativista .....	26
1.6 Construcionismo em movimento .....	28

## CAPÍTULO 2

DIÁLOGO COM KENNETH GERGEN .....	29
----------------------------------	----

*Kenneth Gergen*  
*Emerson F. Rasera*

2.1 Para começo de conversa.....	29
2.2 Com a palavra, Kenneth Gergen.....	31

## CAPÍTULO 3

DIÁLOGO COM LUPICINIO ÍÑIGUEZ-RUEDA.....	51
--	----

*Lupicinio Íñiguez-Rueda*  
*Jacqueline I. M. Brigagão*

3.1 Para começo de conversa.....	51
3.2 Com a palavra, Lupicinio Íñiguez-Rueda .....	53

## CAPÍTULO 4

DIÁLOGO COM MARY JANE SPINK.....	65
----------------------------------	----

*Mary Jane P. Spink*  
*Mariana Prioli Cordeiro*

4.1 Para começo de conversa.....	65
4.2 Com a palavra, Mary Jane Spink .....	66

CAPÍTULO 5	
DIÁLOGO COM TOMÁS IBÁÑEZ .....	85
<i>Tomás Ibáñez</i>	
<i>Felipe Tavares Paes Lopes</i>	
5.1 Para começo de conversa.....	85
5.2 Com a palavra, Tomás Ibáñez.....	87
PARA MANTER A CONVERSA FLUINDO... ..	97
<i>Mariana Prioli Cordeiro</i>	
<i>Felipe Tavares Paes Lopes</i>	
<i>Jacqueline I. M. Brigagão</i>	
<i>Emerson F. Rasera</i>	
REFERÊNCIAS.....	99
INDICAÇÕES DE LEITURA .....	109
ÍNDICE REMISSIVO .....	113
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS).....	115

# APRESENTAÇÃO

O livro *Diálogos sobre construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez* tem o objetivo de apresentar os contornos dos debates construcionistas sociais por meio de entrevistas com pesquisadores(as) cujas obras marcaram significativamente a difusão desse movimento na comunidade brasileira.

Considerando a escassez de literatura em português sobre o construcionismo social e de obras que contemplem conjuntamente perspectivas norte-americanas, europeias e brasileiras, este livro é uma contribuição para o debate das ideias construcionistas no contexto nacional e para a formação de novos(as) pesquisadores(as) na área. Ele inova no formato de um livro de entrevistas, trazendo uma originalidade para as publicações da área.

A opção por escrever o livro por meio de entrevistas responde a vários interesses intelectuais: trata-se de um formato mais dialógico, que honra as concepções desse movimento em psicologia; é potencialmente mais didático, ampliando o conjunto de participantes da conversa; permite explorar de forma pessoal, encarnada e historicamente sensível, as ideias e conceitos teóricos, entrelaçando biografia e produção de conhecimento; explicita o caráter vivo e de contínua transformação de um campo de saberes em constante reflexão; e opera como um testemunho dos(as) entrevistados(as), registrando suas motivações, críticas, interpretações e respostas a um momento de construção da psicologia como ciência e da vida social.

A escolha dos(as) potenciais entrevistados(as) correspondeu a um desafio que agitou os(as) autores(as) do livro. Considerando suas trajetórias de formação e pesquisa, suas parcerias institucionais, uma leitura sobre a difusão do construcionismo social no Brasil, e os limites de espaço definidos pela Coleção da qual o livro faz parte, eles(as) optaram por convidar quatro pesquisadores(as). Assim, os(as) entrevistados(as) foram: Kenneth Gergen (Swarthmore College), Lupicínio Íñiguez (Universidad Autónoma de Barcelona), Mary Jane Spink (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Tomás Ibáñez (Universidad Autónoma de Barcelona).

As entrevistas resultaram em maneiras específicas de olhar e entender o construcionismo social, que abriga uma grande diversidade, com pesquisadores(as) nacionais e internacionais. Contudo, outras formas de contar o construcionismo são possíveis, por meio de vários(as) pesquisadores(as) criativos(as) e produtivos(as). Esperamos que tenhamos novas oportunidades de ampliar a conversa com esses(as) e outros(as) pesquisadores(as).

O livro está constituído por cinco capítulos. Após um capítulo de introdução ao movimento construcionista social, são apresentados outros quatro

capítulos formados por uma breve apresentação biográfica do(a) entrevistado(a), seguida da entrevista propriamente dita. As entrevistas foram por escrito ou orais, dependendo da preferência de cada convidado(a). As perguntas têm algumas semelhanças, porém, também buscaram contemplar a especificidade da trajetória e da obra de cada entrevistado(a). De forma geral, elas envolvem as trajetórias dos(as) pesquisadores(as), suas principais ideias sobre o construcionismo social, as interfaces do construcionismo com outros campos de saber, prática e atuação, e sugestões para iniciantes na abordagem.

Descrevendo brevemente cada um dos capítulos, temos o capítulo 1 que apresenta uma caracterização do movimento construcionista social em Psicologia, afirmando sua multiplicidade e abertura que congrega diferentes autores(as) com variadas propostas. O texto destaca o lugar da linguagem nos processos de construção social da realidade e explora os debates epistemológicos, ontológicos e éticos desse movimento. Trata-se de uma breve introdução ao construcionismo que permite contextualizar de forma ampla aspectos específicos que serão trazidos e debatidos de maneira particular por cada um dos(as) entrevistados(as).

O próximo capítulo traz o diálogo com Kenneth Gergen. Ele conta sobre os princípios de sua formação e atuação profissional, a conturbada recepção inicial de suas ideias, os principais marcos de sua carreira e o contexto social no qual eles se inserem. Ele discute alguns desenvolvimentos de sua forma de pensar, especialmente no que se refere às noções de social e relacional. Ele comenta os usos do construcionismo social em diferentes campos da atuação profissional e como essa aproximação entre pesquisadores e profissionais da prática contribuiu para a ampliação, discussão e difusão dessa perspectiva. Ele ainda debate as implicações do construcionismo no contexto político atual.

O capítulo 3 apresenta a entrevista com Lupicínio Íñiguez-Rueda. Assumindo também uma perspectiva biográfica, ele narra seu aprendizado sobre as ideias que viriam a ser identificadas como construcionistas sociais. Ele aborda as diferenças internas nesse campo, os diálogos com a psicologia social crítica, e explica o que denomina como pós-construcionismo. De forma significativa, ele se debruça sobre a análise do discurso, suas influências teóricas, estratégias práticas de pesquisa e suas contribuições para a transformação das relações de poder na sociedade.

O capítulo seguinte abarca a conversa com Mary Jane Spink. Ela retoma sua trajetória acadêmica e pessoal, resgatando sua formação e pesquisas desde as representações sociais, passando pelo construcionismo e pós-construcionismo. Ela compartilha suas análises sobre temporalidades, história, cotidiano e ética. E discute diferentes caminhos que pesquisadores(as) influenciados(as) por perspectivas construcionistas no Brasil construíram dependendo de suas inserções institucionais.

No capítulo 5, temos a entrevista com Tomás Ibáñez. Após falar de seu encontro com o construcionismo social, ele explora as interfaces e distinções entre construcionismo e relativismo, e construcionismo e anarquismo. Ele aponta as implicações do relativismo para a prática de pesquisa e reafirma seu convite para “um mundo sem igrejas”. Ele examina o lugar do relativismo no enfrentamento das *fake news* e, especialmente, o lugar do anarquismo na política atual.

Em *Para manter a conversa fluindo...*, retomamos as trajetórias dos(as) entrevistados(as), os desafios de divulgarem as ideias construcionistas, e o constante diálogo que mantiveram com outros(as) autores(as). Vale notar que o livro ainda traz *Indicações de leitura* de autoria de nossos(as) entrevistados(as), as quais buscam complementar e aprofundar as ideias desenvolvidas durante cada um dos capítulos.

Para finalizar, gostaríamos de tornar público nosso especial agradecimento aos(às) entrevistados(as) por aceitarem o convite a participar desse projeto, valorizando-o e confiando em nosso trabalho; pela disponibilidade e dedicação em trazerem suas reflexões a partir das perguntas que nos instigavam; por compartilharem suas histórias pessoais, motivações e desafios, nos aproximando de seus percursos vividos; por mais uma vez, e há tanto tempo, nos inspirarem em nosso fazer cotidiano, nas diversas práticas e relacionamentos. Obrigado!

*Mariana Prioli Cordeiro*  
(IP/USP)

*Felipe Tavares Paes Lopes*  
(PPCC/UNISO)

*Jacqueline I. M. Brigagão*  
(EACH/USP)

*Emerson F. Rasera*  
(IP/UFU)

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

# CAPÍTULO 1

## UMA BREVE INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO CONSTRUCIONISTA

*Mariana Prioli Cordeiro  
Felipe Tavares Paes Lopes  
Jacqueline I. M. Brigagão  
Emerson F. Rasera*

---

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Há algumas décadas, o movimento construcionista tem ocupado um lugar de destaque (às vezes, inglório) nos debates estabelecidos no interior do campo da psicologia. Inicialmente, foi fortemente contestado pelas forças dominantes de tal campo, que tinham absoluta confiança na ciência moderna e na sua pretensão de universalidade. O construcionismo social teve, assim, um parto difícil, e, até hoje, é objeto de múltiplos questionamentos. Suas críticas à “ideologia da representação” – que sustenta o pensamento moderno e alimenta os mitos do conhecimento válido como representação fidedigna da realidade, o do objeto como constitutivo do mundo, o da realidade como independente de nós e o da verdade como critério decisório (Ibáñez, 2001a) – têm provocado forte desconforto no campo psicológico. Considerando esse desconforto e o desconhecimento de suas ideias centrais, optamos, neste capítulo, por retrazar seus contornos (meta)teóricos e realçar alguns de seus principais argumentos. Além de desfazer alguns mal-entendidos sobre o referido movimento, buscamos, com isso, oferecer ao(à) leitor(a) o contexto teórico-conceitual necessário para a compreensão das entrevistas.

Para realizar a discussão proposta, organizamos o capítulo em cinco partes. Começamos indicando que o construcionismo não é uma perspectiva teórica fechada, mas um movimento aberto e poroso. Um movimento que não possui uma única forma de pensar e fazer ciência, portanto. Em seguida, tecemos algumas considerações ontológicas sobre ele, tomando como base o debate realismo *versus* antirrealismo. Depois, focalizamos a questão da linguagem, mostrando sua importância para as ideias construcionistas e para a construção social da realidade. Feito isso, fazemos algumas considerações epistemológicas sobre essas ideias, retornando ao debate realismo *versus* antirrealismo. E, por fim, voltamos nossa atenção para algumas de suas implicações éticas, como a que diz que os valores não possuem uma fundamentação última.

## 1.1 O movimento construcionista

O construcionismo social é um movimento na psicologia moderna (K. Gergen, 1985). Isto é o que afirma um dos textos mais significativos da sua difusão nas últimas décadas. Mas por que chamá-lo de movimento? Porque possibilita ressaltar seu caráter aberto, com contornos fluidos, produzido por múltiplos(as) autores(as) e em contínua transformação do conjunto de ideias sobre a construção social da realidade. Ademais, evita caracterizá-lo como uma teoria específica, bem definida e empiricamente fundamentada, ou como uma abordagem psicológica com pressupostos e técnicas particulares de intervenção.

Assumir o caráter diverso do movimento construcionista é compreender que há várias formas de pensá-lo e, portanto, é preciso reconhecer que diferentes autores(as) trazem distintas descrições a partir dos diálogos dos quais participam, de sua inserção disciplinar, social e histórica. Ao se adotar uma postura construcionista, ao invés de se buscar uma resposta única e universalmente verdadeira que descreva objetivamente o que é o construcionismo social, é preciso investigar os diferentes discursos sobre ele. É a partir dessa perspectiva que exploraremos algumas formas de entender suas origens e variações internas.

Iniciemos pelos modos como podemos compreender o surgimento do construcionismo social. Os discursos sobre suas origens, em geral, apontam para um conjunto de contribuições distribuídas ao longo do tempo, sem identificar um(a) autor(a), um fato, ou uma obra em particular, presente em distintos campos do conhecimento, para além da psicologia.

Assim, Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza (1999) indicam que o construcionismo decorre de reflexões críticas ao representacionismo no campo da filosofia, à retórica da verdade na sociologia do conhecimento e à busca de empoderamento de grupos marginalizados na política. Kenneth J. Gergen (1994), também de forma ampla, em termos disciplinares e temporais, entende o construcionismo como resultante de uma articulação de três críticas no campo das ciências humanas e sociais sobre o caráter neutro, independente e universalmente válido do conhecimento científico, a saber: a crítica ideológica, que mostra como determinados conjuntos de ideias e valores delimitam e constroem os conhecimentos; a crítica social, que explicita como os conhecimentos são produzidos a partir das práticas cotidianas e das relações entre os(as) pesquisadores(as); e a crítica retórico-literária, que revela como as descrições científicas respondem a uma retórica particular para assegurar os efeitos de objetividade, precisão e verdade pretendidos. Já Tomás Ibáñez (2003), contextualizando esse debate no campo da psicologia social, situa o construcionismo como decorrente dos esforços críticos das décadas de 1960 e 1970, especialmente da crise da psicologia social, e aponta que sua aceitação nesse campo foi facilitada por outras contribuições das ciências humanas

no período, como as propostas de Michel Foucault, do giro linguístico da Escola de Oxford, do pragmatismo de Richard Rorty, do pós-estruturalismo, do paradigma da complexidade e outros desenvolvimentos pós-modernos.

Se, por um lado, essa forma de identificar o nascimento do construcionismo pode gerar certo desapontamento para aqueles(as) que buscam uma fonte original desse movimento; por outro, é um convite a explorar a diversidade de autores(as) e formas de pensar que criam novas possibilidades para conceber e analisar os processos de produção de conhecimento e o lugar da ciência na sociedade atual.

A diversidade constituinte desse movimento pode ser compreendida por meio das várias tentativas de identificar diferentes conjuntos internos por meio de algumas denominações e classificações específicas. Uma rápida olhada na literatura da área nos permite apontar, para além da expressão “construcionismo social”, termos assemelhados como “construcionismo responsivo retórico”, “construcionismo relacional” e categorizações como “*dark*” e “*light constructionism*”, ou “construcionismo empírico” e “construcionismo metafísico”. Mas o que significam esses termos e tipos?

John Shotter (1993, 2008, 2012), dedicado autor construcionista, teve vários desenvolvimentos em sua proposta teórica, passando por expressões como “construcionismo responsivo retórico”, “construcionismo responsivo relacional” e “construcionismo social ontológico”. Questionando uma ênfase nos aspectos linguísticos das propostas construcionistas, ele convida a olharmos para o caráter corporificado, vivo e espontâneo dos momentos interativos por meio dos quais respondemos uns aos outros e nos construímos nos relacionamentos. Sheila McNamee e Dian Marie Hosking (2012) adotam outra nomenclatura e propõem a ideia de um “construcionismo relacional” como uma tentativa de radicalizar uma orientação relacional em contraste com algumas compreensões sobre construcionismo social que tomam as estruturas sociais e individuais como pré-existentes. A proposta dessas autoras é focalizar os processos relacionais por meio dos quais construímos realidades relacionais, ou seja, maneiras pelas quais tanto as pessoas como o mundo emergem.

Kurt Danziger (1997), considerando o lugar da linguagem e o nível de análise proposto, classifica os trabalhos construcionistas em “*light constructionism*” e “*dark constructionism*”, sendo que entre os primeiros estão aqueles que focalizam o discurso e o nível microssocial, enquanto os segundos privilegiam aspectos não-discursivos (corpo, poder e estruturas sociais, por exemplo) e o nível macrossocial no estudo da construção do conhecimento. Gerald Zuriff (1998), por sua vez, ecoando o debate entre realistas e construcionistas, categoriza as pesquisas construcionistas em “construcionismo empírico” e “construcionismo metafísico”, compreendendo que os empíricos atuam a partir da distinção e independência objetiva entre mundo natural e

mundo construído e os metafísicos negariam essa distinção. Como se vê, diferentes critérios e entendimentos epistemológicos geram diferentes classificações e explicitam debates entre os(as) autores(as) construcionistas e destes(as) com a comunidade na qual se inserem.

Ian Hacking (1999) analisa as investigações construcionistas a partir de seus compromissos de transformação social. Trata-se de uma proposta que considera a literatura que opera a partir da expressão “construção social”, sem vínculos a campos disciplinares ou comunidades de pesquisadores(as). Ele propõe uma forma de análise na qual os estudos construcionistas buscariam apontar que uma dada ideia/objeto/situação no mundo (ou, simplesmente, X) não é inevitável, passando por considerá-lo ruim, até entender que o mundo seria melhor sem ele. Dessa forma, ele indica sete gradações, sendo que a primeira seria um “compromisso histórico” por meio do qual os estudos mostram o processo de construção histórica de X, sem avaliação sobre seu valor ou necessidade de transformação. A segunda gradação é chamada de “irônica”, que está presente em análises que explicitam o caráter construído e contingencial de X, mas diante do qual se compreende, ironicamente, não ser possível qualquer mudança no momento. A terceira gradação está no mesmo nível da quarta gradação, podendo combinar-se, sendo os compromissos reformista e desmascarador. O “compromisso reformista” é semelhante ao irônico, mas enfatiza que X é algo muito ruim e deve ser modificado no que for possível no contexto presente. O “compromisso desmascarador” também entende que X deve ser modificado dentro do possível, mas o faz de uma forma específica, revelando sua forma de funcionamento na sociedade, retirando seu apelo à verdade e minando sua pretensão de autoridade. A quinta gradação aponta para um “compromisso rebelde”, o qual entende que X é construído por processos sociais, é ruim, deve ser eliminado e, definitivamente, o mundo será melhor sem ele. Se uma postura ativista é assumida na qual esses compromissos ultrapassam um exercício intelectual e buscam mudar o mundo em relação a X, então, temos a última gradação: o “compromisso revolucionário”. Este mostra-se um exercício interessante de análise, não por sua precisão conceitual ou empírica, mas por apontar os contextos de uso do discurso da construção social e seu modo de funcionamento no contexto acadêmico.

Essas denominações, classificações e compromissos construcionistas indicam como esse movimento acolhe variadas propostas, por vezes, com distinções significativas entre si. Essa abertura do construcionismo como movimento pode ser considerado um ponto forte que viabilizou sua difusão e crescimento nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, ela requer que sempre explicitemos de qual construcionismo estamos falando, suas ideias centrais e autores(as), permitindo, assim, uma reflexão densa e consistente, fundamental para o desenvolvimento futuro dos estudos na área.

## 1.2 A realidade como construção social: debates ontológicos

Uma vez apresentadas as principais versões do construcionismo social, tecemos, agora, algumas considerações ontológicas. Grosso modo, podemos distinguir dois posicionamentos amplos e antagônicos: o realista e o antirrealista. Fundamentalmente, o primeiro entende que a realidade existe com total independência dos sujeitos que a conhecem. Ela seria, portanto, externa às pessoas, impondo-se à consciência de fora. Ainda que essa forma de conceber a realidade seja muito mais recorrente na obra de autores(as) ligados(as) à chamada “psicologia convencional”, alguns(mas) construcionistas acatam a ideia de que existe uma realidade em si (M. J. Spink & Frezza, 1999).

A perspectiva ontológica antirrealista, por sua vez, parece ser predominante no movimento construcionista e compreende, grosso modo, que a realidade existe apenas para um sujeito concreto. Ou seja, para essa perspectiva, a realidade existe a partir do momento em que a conhecemos. E, mais, entende que ela é uma construção social. Assumir essa posição não significa, todavia, cair nas armadilhas do solipsismo, que faz crer que a realidade não passa das ideias que formamos a seu respeito, como se ela pudesse ser reduzida unicamente às experiências do sujeito cognoscente. Para aclarar o argumento, convém separarmos duas formas de discurso: o que versa sobre ser e o que fala sobre a realidade. Afinal, muitas das dificuldades que afetam a compreensão do antirrealismo ontológico provém justamente da confusão que fazemos sobre esses discursos. Enquanto o primeiro debruça-se sobre o ser em si; o segundo debruça-se sobre determinada modalidade de ser. Em relação ao discurso sobre o ser, realistas e antirrealistas estão de acordo. Tanto um quanto outro afirmam que algum tipo de ser existe e que essa existência antecede o seu conhecimento. Assim, a discórdia refere-se ao discurso sobre a realidade (Ibáñez, 2001a).

Diferentemente do realismo, o antirrealismo ontológico afirma que se o ser é independente de nós, a realidade, não. Ou seja, afirma que existe algo (o ser) que independe dos nossos pensamentos, desejos, emoções etc. Mas esse algo não é equivalente ao que seus(uas) adeptos(as) chamam de realidade. A realidade é, por eles(as), compreendida como uma forma específica de ser. Isto é, tem um determinado conteúdo, certas propriedades, determinadas estruturas etc. Assim, o que o antirrealismo se recusa a aceitar é que a forma específica como o ser é lhe seja intrínseca, independente dos modos através dos quais o “acessamos”. Para essa perspectiva, somos nós, portanto, que definimos e delimitamos as coisas do mundo, atribuindo-lhes certas características. Para dizer de forma mais simples: somos nós quem “colocamos” as coisas na realidade. No entanto, não o fazemos de forma arbitrária. O limite da nossa “liberdade de escolha” é o da nossa própria constituição, ou seja, de nossas determinações biológicas, sociais, culturais e históricas (Ibáñez, 2001a).

Para exemplificar essa diferença entre ser e realidade, pensemos em uma cadeira. Uma determinada entidade se torna uma cadeira quando a nomeamos como tal, quando determinamos que ela serve para que possamos nos sentar, quando sabemos que, se subirmos em cima dela, poderemos alcançar coisas que estão no topo de um armário, quando a usamos para decorar etc. Ou seja, a cadeira é real, mas é real porque assim a fizemos ser: nós a vemos, a usamos, a nomeamos. Atribuímos-lhe sentidos e funções. Agora, digamos que, hipoteticamente, tenhamos o poder de mudarmos radicalmente de tamanho. E diminuíamo-nos até nos tornarmos do tamanho de um átomo. A partir desse momento, poderíamos passar, sem problema, através daquilo que nomeamos “cadeira” e sequer perceberíamos seus limites: se estamos nos movendo dentro ou fora dela. Sendo assim, o objeto “cadeira” simplesmente desapareceria. Afinal, não seria mais percebido, utilizado e significado como tal. Restaria um campo de forças. E este, certamente, é tão real para nós quando temos o tamanho de um átomo quanto a cadeira quando temos um metro e setenta de altura. E é justamente porque as duas entidades (campo de forças e cadeira) são identicamente reais que, para o antirrealismo, nenhuma delas é “a” verdadeira realidade.

Para darmos um exemplo mais cotidiano. Imaginemos um casal passeando com um bebê de colo em um domingo de manhã. Enquanto o casal vê pessoas em situação de rua, prédios em estilo neoclássico, carros de luxo, fiação exposta, bitucas de cigarro no chão, jovens flertando, cachorros viralatas etc.; o bebê, certamente, não percebe nada disso, não faz nenhuma dessas distinções. Conforme observam Kenneth J. Gergen e Mary Gergen (2011) ao citarem Willian James, o mundo infantil constitui uma mescla de sons e movimentos. Mesmo que o bebê seja maior – que já seja uma criança de, digamos, um ano e meio –, ainda assim, seu mundo será muito diferente daquele do casal. Afinal, enquanto este observa, por exemplo, uma pessoa ostentando um Mercedes Benz; a criança percebe apenas mais “vrum-vrum”, como também poderia ser um fusquinha ou, até mesmo, um aspirador de pó.

É ao longo da sua trajetória de vida que a criança vai aprendendo a construir a realidade de forma similar à de outros(as) adultos(as). Isso significa, conforme já antecipamos, que, embora a realidade seja uma construção nossa, essa construção não é totalmente livre. Está sujeita a uma série de determinações – inclusive, biológicas. Tanto que, por mais que nos esforcemos, nunca conseguiremos ensinar uma formiga a falar. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, podemos dizer que se, por um lado, somos produtores da realidade; por outro, não somos senhores absolutos da realidade que criamos. E isso se deve porque, conforme argumentam diversos(as) autores(as) construcionistas (K. Gergen & M. Gergen, 2011; Ibáñez, 2001a, 2001b; M. J. Spink & Frezza, 1999), não somos seres isolados, somos seres em relação. Mais exatamente, somos o produto (momentâneo) de nossos encontros com o mundo, ou seja,

de nossas relações com as outras pessoas. É a partir dessas relações – sempre imersas em tradições culturais concretas e estabelecidas em momentos históricos determinados – que construímos a realidade.

Afirmar que os fenômenos sociais possuem um caráter relacional implica abandonar a dicotomia ontológica, muitas vezes estabelecida no interior do campo psicológico, entre indivíduo e sociedade, uma vez que nenhum dos termos pode ser definido com independência do outro. Na verdade, do ponto de vista construcionista, esses termos constroem-se mutuamente. Posição que permite nos afastarmos das análises que reificam o contexto social – como se ele fosse uma coisa ou, mais exatamente, uma força exterior que coage nossas consciências, como postulava Émile Durkheim (1895/2019). Um contexto, de acordo com Tomás Ibáñez (2001b), não deve ser entendido como algo externo a nossas ações, mas como seu resultado (provisório). Assim, segue o autor, se, por um lado, os nossos atos só adquirem sentido em um contexto concreto; por outro, esse contexto é construído justamente por esses atos, não é independente deles.

Além de possuir um caráter relacional, os fenômenos sociais possuem um caráter processual (Ibáñez, 2001b). Isso significa que não são o produto ou o resultado final de uma série de eventos. Não são, portanto, fixos e petrificados no tempo. Mas, sim, um constante devir. Algo em contínua criação e recriação. Em constante produção, reprodução e transformação. Em outras palavras, a realidade social possui sempre uma dimensão histórica e socio-cultural determinada. Por essa razão, do ponto de vista construcionista, uma das tarefas fundamentais da psicologia social é justamente explicitar o papel que as construções culturais e as convenções linguísticas desempenham na produção de “evidências”. Essa preocupação em desnaturalizar os fenômenos sociais implica que eles resultam, ao menos de forma parcial, das convenções linguísticas, das tradições culturais e das práticas sociais.

Sobre este último ponto, Kenneth Gergen e Mary Gergen (2011) afirmam que nada é real até que cheguemos a um acordo em relação ao que é. Isso significa que até mesmo um fenômeno como a morte é o produto de convenções. Tanto que um dos debates éticos da atualidade diz respeito a desligar (ou não) os aparelhos que mantêm o corpo de uma pessoa funcionando em caso de morte encefálica. Há quem diga que, quando o cérebro deixa de funcionar, a pessoa morre – portanto, seria justificável desligar os aparelhos. Outras pessoas sustentam que, se o coração segue batendo (ainda que com o auxílio de aparatos tecnológicos), há vida – portanto, desligar os aparelhos seria equivalente a matar o corpo adoecido. Mesmo a ideia de que a morte significa a interrupção definitiva da vida de uma pessoa (ou de um organismo) é uma convenção. De qualquer modo, independentemente de nossa posição sobre o tema, a questão aqui é que a realidade é construída por meio de convenções e é justamente por isso que ela é social.

Explicuemos: na psicologia, com certa frequência, entende-se que a realidade é social por ser uma construção coletiva, ou seja, toma-se social como sinônimo de coletivo. Por exemplo, fala-se que as espécies de animais que possuem condutas coletivas, mais ou menos hierarquizadas, têm “comportamentos sociais”. Todavia, de acordo com Ibáñez (2001b), o que faz com que uma realidade seja social, no sentido estrito deste termo, é, na verdade, sua vinculação com o simbólico, ou seja, o fato de ela estar íntima e necessariamente relacionada com a cultura e com a linguagem. Desse ponto de vista, nada é social até que seja instituído, por meio da interação entre as pessoas, no mundo dos significados. Em outras palavras, o social não está nem nas pessoas nem fora delas, mas entre elas.

A dimensão simbólica da realidade impõe, certamente, sérios problemas à tentativa de desenvolver uma psicologia social nomotética, que utiliza métodos característicos das ciências naturais (supostamente) capazes de estabelecer leis gerais para as condutas humanas. Afinal, considerar essa dimensão implica assumir que essas condutas são orientadas pelas formas como interpretamos o mundo – e o processo de interpretação é sempre aberto e sujeito à contestação. Afinal, não somos marionetes do mundo. Esponjas que absorvem indiscriminadamente tudo que ele nos oferece. Mas seres ativos e potencialmente críticos. Sujeitos que nunca são inteiramente definidos pelos sistemas simbólicos que os precedem, mas envolvidos num contínuo esforço para entender e dar sentido às mensagens que recebem. Como nos recorda Ibáñez (2001b), somos, antes de tudo, um animal reflexivo, capaz de tomar a si mesmo como objeto de análise. Capaz de ver-se, portanto, nos olhos dos demais. De ver-se com seus olhos. De antecipar efeitos de sentidos. Assim, graças a essa (relativa) autonomia do ser humano em relação às determinações sociais, que, da perspectiva construcionista, pode-se afirmar que nenhuma condição é ontologicamente suficiente para produzir um efeito. Em outras palavras, que nada garante que a reunião de todas as (supostas) causas para a produção de um determinado fenômeno social efetivamente o produzirá.

A importância da linguagem na construção da realidade, todavia, tem gerado alguns mal-entendidos. Entre eles, o de achar que a realidade teria, então, uma natureza meramente linguística – como se para transformar o mundo bastasse mudar as palavras que utilizamos para descrevê-lo. Evidentemente, reconhecer a dimensão simbólica da realidade social não significa que esta última se reduza à primeira, apenas que a linguagem é constitutiva dos fenômenos sociais (Ibáñez, 2001b). Mais exatamente, que ela é condição necessária para a construção da realidade (mas, repetindo, não se confunde com esta última). A título de exemplo: a construção de um túnel exige que seu construtor possua um conjunto de conhecimentos sobre resistência de materiais. Assim, podemos dizer que esse conhecimento é condição necessária

para tal construção. No entanto, o túnel ele mesmo não é esse conjunto de conhecimentos. Mas vamos devagar. Para compreendermos melhor o argumento, é preciso conhecermos a perspectiva de linguagem a partir da qual e contra a qual o construcionismo se faz.

### **1.3 A linguagem como prática social: performatividade e dialogicidade**

Ao enfatizar o caráter simbólico da realidade social, o construcionismo confere um papel de destaque para a linguagem na constituição do mundo. Nas palavras de Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza (1999), ele reconhece sua “centralidade nos processos de objetivação que constituem a base da sociedade de humanos” (p. 33). Para entender a concepção de linguagem presente nas abordagens construcionistas, faz-se necessário, todavia, apresentar, ainda que brevemente, o chamado “giro linguístico”. Tomás Ibáñez Gracia (2004) e Flávio Fontes (2020) afirmam que esse giro não foi um evento pontual, mas um processo que se desenvolveu a partir do fim do século XIX e no decorrer do século XX. Tais autores destacam a importância inicial dos estudos de Gottlob Frege, Bertrand Russel e Ludwig Wittgenstein para o desenvolvimento desse processo. Convencidos de que a linguagem cotidiana era um péssimo instrumento para desenvolver o pensamento filosófico, esses três pensadores buscaram elaborar uma teoria da linguagem perfeita do ponto de vista lógico. Uma teoria que rompesse com a primazia, de quase três séculos, da consciência na filosofia, estabelecida a partir da obra de René Descartes.

Com a emergência da tradição cartesiana, os estudos filosóficos passaram a focalizar o interior de nosso mundo mental, adotando, assim, o princípio da interioridade do sujeito em oposição à exterioridade do mundo. O conhecimento, nessa tradição, é entendido como o resultado de processos mentais que consistem na exploração de uma realidade exterior e na reapresentação desta na mente das pessoas. A linguagem, aqui, é interpretada como uma espécie de roupagem que nos permite exteriorizar para as demais pessoas as nossas ideias, que habitariam a nossa interioridade. Em outras palavras, é interpretada como um instrumento que faculta a comunicação do “mundo interno” com o “mundo externo”. O giro linguístico rompe com essa perspectiva e passa a sustentar que a linguagem é a própria condição do pensamento, ou seja, é produtora de ideias. Mas não apenas, também de identidades, práticas e relações sociais. Em suma, mostra que ela possui um papel ativo na produção da realidade (Ibáñez Gracia, 2004).

Como já antecipamos, Wittgenstein contribuiu, de modo significativo, para o reconhecimento da centralidade da linguagem na filosofia. Inicialmente, no seu *Tratado Lógico-Filosófico* (1921/1995), o filósofo austríaco abordou a linguagem como uma estrutura analítica lógica e objetiva, colaborando,

com isso, para a expansão da filosofia analítica. Mas, algum tempo depois, abandonou as discussões relativas a uma linguagem ideal e mudou o foco de seus estudos para a linguagem cotidiana. No livro *Investigações Filosóficas* (1953/1999) estudou os problemas da linguagem em uso no cotidiano e desenvolveu a noção de linguagem como caixa de ferramentas.

Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, um tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali). (Wittgenstein, 1999, p.31).

Para Wittgenstein (1999), as palavras não possuem, portanto, significados fixos; pelo contrário, é nos jogos de linguagem que elas produzem significados, ou seja, estes dependem diretamente dos(as) interlocutores(as), do contexto e dos objetivos específicos em que são utilizadas.

O grupo de filósofos da chamada Escola de Oxford, na década de 1940, também contribuiu, de forma significativa, para a consolidação do giro linguístico. Entre esses filósofos, destacam-se Peter F. Strawson, Gilbert Ryle, Richard M. Hare e John Langshaw Austin. Este último sustenta, entre outros argumentos, que certos enunciados constituem “atos de fala”, “à medida que sua enunciação é inseparável da modificação ou criação de um estado de coisas que não poderia surgir independentemente dessa enunciação” (Ibáñez Gracia, 2004, p. 33-34). Aqui, o exemplo mais recorrente é o “sim, eu aceito” no ato nupcial, sem o qual o laço matrimonial não poderia ser feito. Com a sua teoria dos atos de fala, Austin ampliou os modos de entender a linguagem cotidiana por meio de uma visão performativa de linguagem, isto é, compreendendo que linguagem é ação. Algo que atua sobre o mundo e participa ativamente da sua constituição (Ottoni, 2002).

Richard Rorty (1994), com sua crítica à leitura filosófica da mente como espelho da natureza e do conhecimento como representação da realidade, também teve um papel importante na transformação dos modos de pensar a linguagem e na construção de uma perspectiva antirrepresentacionista do conhecimento. Grosso modo, o pragmatista estadunidense contesta a noção de que haveria um dentro e um fora da mente e de que a linguagem seria um modo de representar o mundo, ou seja, que ela seria uma fotografia da realidade que seria internalizada na mente. Rorty sugere, assim, que a filosofia deve deixar de lado noções como consciência ou experiência e pensar em práticas sociais – especialmente, em práticas linguísticas.

Além das contribuições dos autores supramencionados, as correntes construcionistas foram fortemente influenciadas pelos estudos de Mikhail M. Bakhtin sobre a linguagem – como revelam, por exemplo, os trabalhos de Mary Jane Spink (1999a) e Kenneth Gergen (1999). Bakhtin (1979/2011)

entende que a linguagem é dialógica e polifônica e que os enunciados são sempre construídos numa relação com o outro. Nas suas palavras:

o próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. (Bakhtin, 2011, p. 163-164).

Nesse sentido, podemos dizer que os enunciados são parte de um fluxo discursivo dinâmico, interagindo constantemente e retroalimentando-se. Essa dimensão dialógica não se restringe apenas às interações face a face, mas está presente em todos os gêneros discursivos – como, por exemplo, a literatura e o discurso científico. As obras, do ponto de vista bakhtiniano, presentificam, assim, intercâmbios com os enunciados de obras que as antecedem e com os de seus(uas) possíveis futuros(as) interlocutores(as). Em suma, a partir de tal ponto de vista, passamos a compreender os discursos como resultados de interações dialógicas entre múltiplas vozes.

Tomando como base as contribuições oferecidas por Bakhtin e pelos autores supramencionados, o movimento construcionista assume uma concepção de linguagem dialógica, performática e eminentemente social. Em outras palavras, para esse movimento, a linguagem é tomada, de forma geral, como uma ferramenta que é compartilhada ao longo do tempo pelas comunidades linguísticas a que pertencemos. Uma ferramenta que, ao mesmo tempo em que formata os sentidos que atribuímos para a nossa vida coletiva e privada (incluindo pensamentos, emoções e sensações), é formatada constantemente por nós em nossas relações cotidianas. Essa forma de compreender a linguagem possui, certamente, uma série de implicações para a forma como concebemos o conhecimento, em geral, e o conhecimento científico, em particular. Afinal, este deixa de ser compreendido como uma representação fidedigna da realidade e passa a ser entendido como um elemento necessário para sua própria produção.

## **1.4 O conhecimento como produtor da realidade: debates epistemológicos**

Assim como os posicionamentos ontológicos, os epistemológicos podem ser agrupados em realistas e antirrealistas. Começamos pelos primeiros. Para o realismo epistemológico, o conhecimento válido é aquele que traduz, de forma correta e fidedigna, a realidade tal como ela (supostamente) é. Evidentemente,

assumir essa posição implica, necessariamente, também assumir o realismo ontológico. Afinal, não faz sentido afirmar que se pode conhecer a realidade tal como ela (supostamente) sem pressupor sua existência. Ainda que alguns(mas) autores(as) construcionistas partam de uma ontologia realista, nenhum(a) compactua com o realismo epistemológico. Afinal, essa posição incorre em um problema lógico. Afinal, para saber se duas coisas se correspondem (no caso a realidade e seu conhecimento), é preciso compará-las e, para tanto, é preciso ter acesso a elas com total independência da outra. Mas, como questiona Ibáñez (2001a, p. 252, tradução nossa), “como acessar a realidade com independência do conhecimento que temos dela para, assim, poder compará-la com esse conhecimento?” Trata-se, evidentemente, de um problema filosófico sem solução.

Ao defender o conhecimento válido como representação correta e confiável da realidade, o realismo epistemológico também tende a se assentar em uma concepção verificacionista de conhecimento, que sofreu duros golpes filosóficos. Tomás Ibáñez (2001a) e Lupicinio Íñiguez (2002) nos recordam, por exemplo, do paradoxo das esmeraldas, elaborado por Nelson Goodman. Neste, o filósofo estadunidense propõe o seguinte: se, até hoje, todas as esmeraldas já observadas foram verdes, parece razoável, então, projetarmos que as esmeraldas que serão futuramente observadas também serão verdes. Em outras palavras, a proposição “as esmeraldas são verdes” seria correta porque isso nos mostra as  $X$  verificações que fizemos até agora (momento  $t$ ). No entanto, imaginemos a existência de uma esmeralda “verdizul”, isto é, que seja verde até o momento  $t$  e azul a partir dele. Isso cria, obviamente, um impasse que a ciência, ao menos aquela apoiada no verificacionismo, não pode solucionar. Afinal, a proposição “as esmeraldas são verdizuis” foi verificada tantas vezes quanto “as esmeraldas são verdes”, e, no entanto, descrevem realidades distintas. Em outras palavras, a partir dos mesmos dados empíricos, podemos criar um mundo em que as esmeraldas são verdes e outro onde são “verdizuis”.

Esse tipo de raciocínio, que nos leva a concluir que a realidade depende das convenções que utilizamos para defini-la, costuma ser duramente atacado pelos(as) realistas, que, com frequência, apelam para desafios do tipo: “se a realidade é uma construção, então, dê um soco na mesa com toda sua força!” Para, em seguida, perguntar de forma sarcástica: “então, depois desse grito de dor, amigo, você ainda acredita que ela não existe de fato?”. Apoiado em Jonathan Potter, Ibáñez (2001a) argumenta que, longe de provar seu argumento, o(a) realista, com esse tipo de intervenção, só confirma que estava errado. Afinal, ele(a) só consegue provar a existência da mesa a partir da forma como ela é experienciada e significada por alguém.

Além de cair no mito do conhecimento válido como representação correta e confiável da realidade, o realismo epistemológico assume uma concepção absolutista de verdade, como se o conhecimento verdadeiro fosse totalmente independente de nossos desejos, crenças, decisões etc. O debate, aqui, se dá,

basicamente, em como é possível ter acesso a esse conhecimento. Por um lado, o racionalismo enfatiza a razão como um meio privilegiado; por outro, o empirismo sublinha os sentidos. Ainda que muitos(as) dos(as) autores(as) ligados(as) a esta última corrente possam duvidar da capacidade de o conhecimento sensorial nos permitir conhecer realmente aquilo que o produz, eles(as) tendem a concordar que nossos sentidos nos permitem alcançar, no mínimo, um conhecimento seguro sobre o mundo de nossas experiências sensíveis (Ibáñez, 2019).

A existência de uma verdade absoluta, ou seja, a-histórica e a-contextual é rejeitada pelo movimento construcionista. Afinal, de acordo com Ibáñez (2001a), não há razões para aceitarmos que o que vale hoje também valerá amanhã. Defender, portanto, a atemporalidade da verdade significa fazer uma aposta – e uma aposta arriscada, tendo em vista que, ao longo da história, nossas certezas têm se transformado significativamente. Da mesma forma, segue o autor, não há como garantir que uma verdade valha para todos os contextos, uma vez que não há como acessá-los, a não ser que fôssemos seres onipresentes. Que pudéssemos observar o mundo de forma não situada, a partir de um não-lugar. Ainda que o construcionismo rejeite verdades absolutas, é preciso observar que ele não vê problema em aceitarmos que existam verdades válidas para todos os seres humanos – como dois mais dois são quatro. Todavia, de acordo com o autor, isso não significa uma vitória do absolutismo, e sim que compartilhamos algumas características comuns.

Aqui, a fim de evitarmos mal-entendidos, vale salientar que a rejeição da concepção absolutista da verdade por parte do construcionismo limita-se ao seu valor de verdade, não de uso. Obviamente, se a gente não tivesse um sentido prático da verdade – como saber que, caso saíamos de casa sem máscara em plena pandemia de covid-19, veremos nossas chances de sermos infectados (e de infectarmos os outros) ampliarem significativamente –, nossa vida estaria seriamente ameaçada. A discriminação prática entre o verdadeiro e o falso segue, portanto, sendo muito útil mesmo para os construcionistas mais radicais. Todavia, do seu ponto de vista, ela não exige nenhum critério transcendental. Ao contrário, assenta-se, exclusivamente, sobre as operações que permitem nossa própria existência no mundo (Ibáñez, 2001a).

O antirrealismo epistemológico, por sua vez, não implica, necessariamente, o antirrealismo ontológico. Em outras palavras, é possível – como são, de fato, alguns(mas) construcionistas – ser realistas ontológicos e antirrealistas epistemológicos (M. J. Spink & Frezza, 1999). Afinal, é possível postular a existência de uma realidade independente de nós e, ao mesmo tempo, assumir que só podemos ter acesso a forma como ela se apresenta para nós. Essa posição assenta-se num argumento sedutor: a ciência “funciona”, no sentido que ela permite intervir com (relativa) eficácia na realidade. Tanto que, se construídos de forma adequada, seguindo os parâmetros da engenharia, uma ponte ou um prédio muito dificilmente desabarão. Da mesma forma, uma vacina tende a

diminuir, significativamente, a possibilidade de sermos infectados por algum vírus. Seria, portanto, justamente porque a ciência consegue se aproximar da realidade – mesmo que por meio da refutação (ou falsificação) de hipóteses, e não por meio de sua verificação, como propunha Karl Popper (2004) – que ela nos permitiria fazer predições, ou seja, antecipar e, por conseguinte, controlar o futuro. O problema dessa linha argumentativa é que ela faz crer que uma teoria incorreta que, por obra do acaso, faz previsões acertadas equivale àquela que está correta, criando uma simetria entre elas. Mais ainda, que a incorreta representa, de forma fidedigna, a realidade. Afinal, se ela consegue antecipar o futuro, é porque a realidade deve ser tal como é por ela representada (Ibáñez, 2001b).

Mas se o antirrealismo epistemológico não implica o ontológico, o inverso não é verdadeiro. Afinal, se a realidade só existe na intersubjetividade, então não se pode acessá-la em si mesma, ou seja, o mundo social só pode ser compreendido a partir da perspectiva de um(a) observador(a). Assim, somos levados a assumir que todo conhecimento é, necessariamente, relativo. Conforme já antecipamos, depende de nossa constituição biológica, de nossa posição social, de nosso repertório cultural, de nossos valores etc. Consequentemente, não faz sentido, do ponto de vista construcionista, preservar a posição de que um(a) observador(a) deve manter uma posição neutra e não interativa. Longe de ser uma divagação filosófica abstrata, essa reflexão possui implicações concretas para o desenvolvimento das investigações científicas. Afinal, se a ciência não traduz nada, se ela não reflete absolutamente nada, mas produz coisas, a pergunta que todo(a) pesquisador(a) deve responder é: que realidades queremos performar com ela? Notemos, portanto, que, aqui, a reflexão ética tem um lugar privilegiado.

## **1.5 A falta de fundamentação última dos valores: em direção a uma ética relativista**

A postura relativista que caracteriza muitas das abordagens construcionistas traz importantes implicações ética e políticas. Afinal, se a verdade depende de nossas concepções, instituições e acordos, ela pode ser mudada (Hacking, 1999). O que não significa, obviamente, que possamos mudar a realidade a nosso bel prazer e colocarmos nela o que bem quisermos, pois “o que ‘somos’, social, biológica e fisicamente limita decisivamente o modo como podemos construir a realidade” (Ibáñez, 2001a, p. 258, tradução nossa).

Tampouco significa considerar que toda prática é eticamente aceitável. Assumir uma postura relativista implica considerar que nenhum valor ético é “natural” ou “incondicional”. Que a moral não é um sistema permanente e atemporal, imposto pela razão (Ibáñez, 2005). Ao contrário, valores são construções sociais, cultural e historicamente localizadas, que dependem de acordos, interesses, jogos de poder.

Mas será que o relativismo sugere um “vale tudo ético”? Será que ele implica dizer que, se a ética é relativa, qualquer ação pode ser considerada eticamente legítima? É claro que não! De acordo com Ibáñez (2005), os valores são equivalentes apenas no que diz respeito à ausência de uma fundamentação última, ou seja, apenas no fato de que nenhum valor é transcendental ou capaz de defender a si próprio, por meio de sua objetividade. Assim,

nada obriga um relativista a afirmar que não há valores melhores que outros.... Da afirmação de que não há valores que sejam *objetivamente* melhores que outros porque todos carecem de *fundamentação última*, não se pode extrapolar a afirmação de que não é possível estabelecer diferenças entre os valores. (Ibáñez, 2005, p. 49, destaques do autor, tradução nossa).

Para exemplificar seu argumento, o autor nos convida a pensar o fascismo. Se, tal como propõem os antirrelativistas, a fundamentação (ou a objetividade) fosse um critério decisivo para definir a legitimidade ética de uma ação e se alguém conseguisse provar que os valores que sustentam o fascismo estão mais bem fundamentados do que aqueles que o rechaçam, nos veríamos obrigados(as) a aceitar tal prática. Mas fascismo é algo inaceitável! E muitos(as) relativistas e antirrelativistas concordam com essa posição, mas o fazem a partir de argumentos diferentes. Um(a) antirrelativista argumentaria que os valores que os(as) nazistas defendem são objetivamente rechaçáveis ou transgridem normas éticas inquestionáveis. Já um(a) relativista se posicionaria contra um(a) nazista opondo seus próprios valores aos dele(a) e explicitando as razões para tal contraposição (Ibáñez, 2005).

Para o autor, essas não são apenas duas maneiras diferentes de pensar um certo tema, mas são concepções de ética que produzem efeitos distintos na realidade. A naturalização dos valores pode, por exemplo, ensejar uma dupla violência. A primeira, ao questionar a racionalidade daqueles(as) que divergem do sistema moral dominante. A segunda, ao ocultar as relações de força que sustentam esse sistema – fazendo crer que as “bandeiras” de uns (dos(as) dominantes) são, na verdade, “bandeiras” de todos(as) (dominantes e dominados(as)) e, consequentemente, legitimando o monopólio do uso da força por parte dos(as) primeiros(as). Afinal, se os valores éticos são objetivos e inquestionáveis, é justificável e legítimo o uso da força para impedir sua transgressão (Ibáñez, 2005).

Podemos dizer, portanto, que a concepção relativista de ética é mais dialógica e requer um trabalho constante de reflexividade. Assim, as pesquisas construcionistas que compartilham desse posicionamento epistemológico tendem a pensar a ética não como uma prescrição, mas como algo que é coconstruído, negociado, (re)significado por diferentes vozes – isso não significa, obviamente, que desconsiderem a ética prescritiva dos códigos, mas que enfocam a

competência ética de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de definição dos valores e das normas de conduta (M. Cordeiro *et al.*, 2014). Desse modo, a ética é pensada não apenas como a obediência às normas e procedimentos impostos pelos comitês, mas como o questionamento constante dos efeitos que se busca produzir. Afinal, como nos lembram Mary Jane e Peter Spink (2014), o

conhecimento não é um caminho intuitivo que avança por conta própria e de maneira inevitável, motivado pela curiosidade humana. Temas de investigação não fazem fila democrática para serem estudados. Somos nós que lhes damos vida, ao formularmos nossas perguntas. Ou seja, as escolhas que fazemos de temas e as questões que lhes dão forma são, em última instância, opções políticas (p. 147-148).

## 1.6 Construcionismo em movimento

Neste capítulo, buscamos fazer uma (breve) apresentação do construcionismo. Mostramos que ele constitui um movimento aberto, que abriga mais de uma forma de pensar e fazer ciência. Também indicamos que, a despeito dessa abertura, as abordagens construcionistas tendem a se contrapor ao realismo ontológico e, principalmente, epistemológico. Além disso, mostramos que tendem a se opor a uma perspectiva ética absolutista, que postula a universalidade de determinados valores, como se estes fossem “objetivamente” melhores do que outros. O fato de tais correntes assumirem preferências epistêmicas e éticas não significa, contudo, a desqualificação de seus(uas) adversários(as), como se estes(as) não tivessem nada de significativo a dizer. É inegável, por exemplo, que a ciência moderna trouxe contribuições inestimáveis para o desenvolvimento do conhecimento científico e que é, ainda hoje, fundamental para diversas áreas do saber. Ocorre que não podemos fechar os olhos para o fato de que ela também trouxe diversas dificuldades e tem se mostrado incapaz de resolver diversos problemas da humanidade.

Dito isto, também cabe reforçar que, sendo um movimento, o construcionismo tem buscado manter uma posição crítica, reflexiva e aberta aos debates epistemológicos e ontológicos. Sua cristalização decretaria, sem sombra de dúvida, seu próprio fim. Por essa razão, seguindo o que foi dito em algumas das entrevistas, somos contra as tentativas de institucionalizá-lo e transformá-lo em uma igreja. Sua força reside justamente na sua indisciplina. Na sua inquietude. Na sua recusa radical em aceitar as coisas como dadas. Naturais. Inquestionáveis, portanto. Sendo assim, encerramos estas páginas iniciais com a esperança de que elas tenham servido de convite para que você, caro(a) leitor(a), se aprofunde no construcionismo e, com isso, o questione, o critique, o problematize, mantendo-o, assim, em movimento.

# CAPÍTULO 2

## DIÁLOGO COM KENNETH GERGEN

*Kenneth Gergen*  
*Emerson F. Rasera*

---

### 2.1 Para começo de conversa...

Kenneth J. Gergen é um psicólogo social norte-americano que tem sido identificado como um importante articulador de um discurso construcionista social em psicologia. Uma breve mirada biográfica mostra que ele nasceu em 1934, em Rochester (EUA), fez sua graduação na Universidade de Yale (1953-57) e o doutorado na Universidade Duke (1959-62). Após passar quatro anos como professor assistente de psicologia social na Universidade de Harvard (1963-1967), se estabeleceu, em 1967, como Professor no Departamento de Psicologia no Swarthmore College/Estados Unidos, ao qual permanece vinculado até os dias atuais.

Apesar de sua inserção acadêmica em uma instituição norte-americana, em diferentes momentos, atuou como professor convidado em vários institutos de pesquisa e universidades do mundo, como o Instituto Nacional de Psicologia (Roma/Itália) e o Max-Planck (Berlim/Alemanha) e as universidades de Copenhague (Dinamarca), de Kyoto (Japão), de Paris (França), de Heidelberg (Alemanha), de Tilburg (Holanda), Autônoma de Barcelona (Espanha), Adolfo Ibáñez (Chile) e de Nanjing (China), entre outras.

Recebeu títulos honorários de doutorado pela Universidade de Atenas, de Tilburg e do Instituto Saybrook, além de várias bolsas e prêmios como o *Alexander von Humboldt Prize in the Humanities*, *Fulbright-Hays Research Scholar*, *Guggenheim Fellowship*, *Theodore Sarbin Award* (Associação Americana de Psicologia), *Erving Goffman Award* (Associação de Media Ecology), *Rollo May Award* (Sociedade para a Psicologia Humanística) e foi listado entre “Os 50 psicólogos mais influentes do mundo” e “*Fifty Key Postmodern Thinkers*” (Sims, 2013).

Sua produção intelectual, ao longo de mais de 50 anos de carreira, abrange 38 livros (entre obras próprias e organização de coletâneas) e aproximadamente 530 textos, entre artigos, capítulos de livro, prefácios e comentários. No início de sua carreira, realizou pesquisas no campo da psicologia social tradicional daquele tempo, para logo em seguida desenvolver uma crítica ao empiricismo em psicologia. A partir disso, fez contribuições significativas à

difusão do movimento construcionista social e enfatizou, nas últimas décadas, a importância das práticas relacionais.

A tentativa de compreender sua vasta obra pode ser facilitada ao olhar alguns de seus principais textos. Assim, em *Social psychology as history* (K. Gergen, 1973), Gergen é um dos protagonistas da chamada “crise da psicologia social” ao enfatizar a dimensão histórica das teorias psicológicas e apontar os problemas com a tentativa de produzir um conhecimento cumulativo, supostamente neutro e que transcende seus limites históricos. Em *The social constructionist movement in modern psychology* (K. Gergen, 1985), ele apresenta uma proposta de investigação social voltada ao processo de produção de sentido, enfatizando: o entrelaçamento entre linguagem e realidade; a natureza relacional e histórica das formas de descrição da realidade; os processos sociais de validação do conhecimento; e a importância de analisar o impacto cultural das formas de conhecimento. Já em *Relational being: Beyond self and community* (K. Gergen, 2009a), Gergen radicaliza a crítica ao individualismo e expande as consequências de um pensamento relacional por meio de conceitos como co-ação e ser múltiplo (*multi-being*) e do fomento de práticas relacionais em distintos campos. Para finalizar, vale destacar como em *From Mirroring to World-Making: Research as Future Forming* (K. Gergen, 2014), ele convida a formas de pesquisar que produzam mudanças sociais no seu próprio processo de desenvolvimento.

Kenneth Gergen foi casado com Mary Gergen, destacada pesquisadora do campo feminista, professora da *Penn State University* (Estados Unidos), com quem compartilhou diversas publicações, como *Social Construction: Entering the Dialogue* (K. Gergen & M. Gergen, 2004), *Playing with Purpose: Adventures in Performative Social Science* (M. Gergen & K. Gergen, 2012a) e *Paths to Positive Aging: Dog Days with a Bone* (M. Gergen & K. Gergen, 2016). Ilustração tocante da importância da colaboração mútua entre os dois pode ser encontrada no texto *Duographic Writing* (K. Gergen & M. Gergen, 2012) em que, ao defenderem a natureza relacional de qualquer biografia, apresentam suas narrativas entrelaçadas num movimento de composição conjunta que questiona a separação inequívoca e bem delimitada de qualquer relato autobiográfico.

Para além de sua trajetória como docente e pesquisador, Kenneth Gergen tem sido um grande aglutinador de pessoas e projetos. Ele fundou o *Taos Institute*, em 1993, junto com outros importantes pesquisadores e profissionais da área, com o objetivo de difundir ideias construcionistas e promover a colaboração entre a academia e a prática profissional. Atualmente, esse instituto congrega mais de 600 associados de todo o mundo, e oferece várias oportunidades de formação e intercâmbio profissional por meio de programas de doutorado, workshops, congressos, bem como, possui uma editora que publica livros de inspiração construcionista em vários campos de saber e em diferentes línguas.

## 2.2 Com a palavra, Kenneth Gergen

**Ken, no campo da psicologia, muito do seu trabalho tem sido controverso e levantado muitas questões críticas sobre a disciplina. Como isto se concretizou?**

Pode parecer irônico, mas a minha formação foi em psicologia social experimental. Como estudante universitário, fiquei atraído pela forma como a investigação experimental poderia transformar atividades sociais complexas em gráficos limpos e enxutos, com a promessa de que tal investigação acabaria por contribuir para reduzir preconceitos, conflitos, agressões, e assim por diante. Este foi também um período na psicologia social em que um positivismo rigoroso estava emergindo como a chave para o futuro. A especulação de gabinete deveria ser substituída por leis de comportamento sistemáticas e empiricamente fundamentadas. A psicologia social tomaria assim o seu lugar como uma ciência básica. O meu mentor de pós-graduação, Edward E. Jones, foi também um líder no estabelecimento da *Society for Experimental Social Psychology*. Como eu acabei me tornando razoavelmente bom no trabalho experimental, a Universidade de Harvard me recrutou para o meu primeiro cargo de professor.

Mas agora, indo para os bastidores: tenho sido perseguido durante a maior parte da minha vida por uma voz silenciosa que levanta questões críticas – até mesmo ridículas – sobre o que quer que eu esteja dizendo ou fazendo no momento. Há estas perguntas incômodas sobre as possíveis falácias no meu raciocínio, o valor do que estou fazendo, e assim por diante. Esta voz também assombrou a minha vida profissional (a propósito, continua a assombrar). Assim, o trabalho inicial de Erving Goffman sobre a representação do eu estava abrindo caminho na comunidade da psicologia experimental da época. Havia também experimentalistas, como o meu mentor, que estavam tentando testar a validade de algumas das suas ideias. A minha voz silenciosa começou a perguntar: se as pessoas são tão espertas em se apresentarem aos outros como Goffman propõe, então como podem os psicólogos estabelecer leis de comportamento humano? Se as pessoas conhecem as leis, não poderiam responder mudando o seu comportamento, por exemplo, resistindo ao que a lei prediz? E, uma vez que muitos dos conceitos que utilizamos em psicologia são carregados de valor – como preconceito, altruísmo etc. – pode haver boas razões para resistir ou confirmar as previsões científicas. Por exemplo, conhecendo os resultados da investigação sobre conformidade, obediência, ou agressão, pode-se muito bem decidir agir de formas que não sejam conformes, obedientes ou agressivas.

E a voz continuou: não significaria isto que a própria comunicação do nosso trabalho como psicólogos para a sociedade poderia então minar o que tínhamos estabelecido como lei? Nós, como psicólogos, estaríamos assim a

mudar os próprios padrões sociais que estávamos estudando. Os resultados da investigação não seriam cumulativos, mas sim amostras da vida cultural das quais nós, psicólogos, somos agentes ativos no processo de formação e constituição. Apresentei timidamente algumas destas ideias numa pequena conferência de psicologia social, e um editor de revista que as considerou interessantes, me pediu irrefletidamente que lhe enviasse um manuscrito. O resultado foi o artigo *Social Psychology as History* e a sua publicação, em 1973, mudou o rumo da minha vida profissional.

Esta publicação criou uma tempestade de controvérsias, precipitando o que foi chamado de “a crise da psicologia social”, e foi premiada pelas suas numerosas citações. Os meus pares em psicologia social experimental estiveram entre os meus mais ferozes críticos. E embora eu tivesse escrito esse artigo ao mesmo tempo que tinha uma bolsa da *National Science Foundation* para investigação experimental, dificilmente iria me desculpar ou me retratar. Pelo contrário! Em vez disso, comecei a ler amplamente fora do campo da psicologia, buscando apoio para os meus argumentos. Aqui eu comecei a me dar conta de que havia, de fato, críticas crescentes à filosofia positivista da ciência, e devido, em parte, à resistência à guerra do Vietnã, houve um repúdio crescente às reivindicações dos cientistas de valorização da neutralidade. Além disso, estudiosos da história da ciência e da sociologia do conhecimento começaram a desafiar as justificações filosóficas da ciência e a demonstrar, cada vez mais, as muitas formas pelas quais os fatos científicos são o resultado de negociações multifacetadas entre cientistas. O outrora lobo enjaulado da autocrítica foi libertado para vaguear pela floresta.

**Você escreveu muitos livros e artigos, e sobre muitos temas. Em resumo, como descreveria esta trajetória ao longo do tempo, e quais seriam seus principais marcos?**

Esta é uma questão difícil, pois há muitas maneiras de narrar o passado. Dado o que acabei de dizer sobre ser libertado, deixem-me começar por aí e ver para onde vai a história. De fato, o primeiro passo foi a passagem de uma crítica aos fundamentos positivistas da ciência para o desenvolvimento de uma alternativa construcionista social. A alternativa emergiu, em grande parte, das suposições incorporadas nas críticas que acabei de mencionar. Este é obviamente o caso da literatura crescente sobre a história da ciência e da sociologia do conhecimento. Ambas ligaram a origem do conhecimento científico ao processo social. Com efeito, embora oferecessem uma crítica ao fundacionalismo filosófico também podia se identificar aí a base para uma teoria alternativa do conhecimento. Do mesmo modo, enquanto o conjunto de críticas ideológicas destruiu a ideia de uma ciência neutra em termos de valor,

estas críticas poderiam também fornecer as bases para uma alternativa moral e politicamente informada. Finalmente, ao ter em conta as críticas literárias, semióticas e retóricas da razão científica, caminhos para um pluralismo enriquecedor poderiam ser encontrados. A minha tentativa, então, foi de combinar estes vários esforços em uma teoria única e coerente do conhecimento, a saber, a do construcionismo social. Poderia se dizer que o marco seria o meu livro de 1994, *Realities and Relationships: Soundings in Social Construction*. No entanto, embora esta constituísse a afirmação mais significativa destas ideias, o meu marco pessoal seria a publicação, em 1985, de *The Social Constructionist Movement in Modern Psychology* na *American Psychologist* – a principal revista da profissão. Esta foi minha resposta aos meus colegas críticos.

Neste momento, posso ter me narrado como em um beco sem saída. Esta mudança para uma orientação construcionista foi, para mim, enormemente libertadora enquanto pesquisador. Mas não havia caminhos bem estabelecidos à minha frente. Liberdade é liberdade... mas, então, o que fazer? De alguma forma, me dei conta que estava indo em várias direções diferentes, mas sobrepostas ao mesmo tempo. É muito difícil pegar esta série de atividades distintas e convertê-las em uma narrativa organizada. Mas para tornar o passado inteligível, deixem-me juntá-las em três histórias inter-relacionadas, cada uma com as suas próprias lutas e epifanias.

A primeira destas poderia ser chamada de “aventuras em teoria”. Ainda que minha formação em psicologia social não tenha, por si só, oferecido muito sobre como teorizar, me dei conta de que gostava da leitura e da escrita que resultou na teoria do construcionismo social. Assim, continuando nesta linha, tentei muito cedo desenvolver um movimento em psicologia social histórica. Enquanto a psicologia positivista parecia estar presa na rotina de procurar leis de comportamento atemporais, a tentativa, aqui, era de explorar formas de compreender o desenrolar da atividade ao longo do tempo. Este é um problema muito difícil do ponto de vista filosófico, então, eu não deveria ter me surpreendido que os meus escritos não encontraram um nicho. Um pouco mais exitosa foi a tentativa de reconceitualizar a função da teoria nas ciências sociais. A ideia positivista de construir teorias indutivamente e testar as suas derivações estava claramente morta, mesmo na filosofia. Então, qual é a função da teoria? Esta discussão continua viva hoje em dia, mas, naquela época, eu estava olhando a teoria como uma forma de construir o mundo. Nesta linha, defendi o ponto de vista de que a teoria deveria questionar o já dado e gerar novas perspectivas de ações possíveis. Embora quase não fosse notado na Psicologia, o meu artigo *Toward Generative Theory* (K. Gergen, 1978) gozava de uma boa acolhida em outros campos.

Em direção à teoria, houve também uma preocupação com a construção de uma infraestrutura teórica em psicologia. Conjuntamente com o psicólogo

canadense Hendrikus Stamm, lançamos a revista *Theory and Psychology*. Isso também acrescentou força à emergente *International Society for Theoretical Psychology*. Fico muito contente por ver que continuam a funcionar bem. Falando de associações, devo também mencionar a minha sorte em ser incluído em um pequeno grupo de filósofos sociais, incluindo Charles Taylor, Stephen Toulmin, e Rom Harre. As reuniões com esse grupo despertaram o meu interesse por questões de hermenêutica, o conceito de pessoa, ética, e muito mais. A estas discussões eu também ligaria a minha aventura wittgensteiniana sobre a forma como os limites da linguagem se tornam os limites das explicações psicológicas para o comportamento humano. Penso que [o artigo *The limits of language as the limits of psychological explanation* (K. Gergen, 2018)] é um dos meus melhores trabalhos analíticos, mas ninguém parece lê-lo. Em todo o caso, o verdadeiro marco neste caminho teórico foi o desenvolvimento de uma teoria relacional da ação humana e a publicação, em 2009, do *Relational Being: Beyond Self and Community*.

A segunda trajetória foi uma pesquisa sobre a pesquisa ou, mais grosseiramente falando, sobre os métodos de pesquisa. Tinha escrito muito sobre os problemas com os métodos experimentais, mas, depois da viragem construcionista, o que há para dizer sobre a pesquisa? A metateoria construcionista não condena a tradição positivista de pesquisa. Simplesmente, a vê como uma abordagem entre muitas possibilidades. O convite ao construcionista é, então, para abrir a porta para estas possibilidades. Eu me questioneei: quais são as novas possibilidades e com que objetivo? Admirei muito o trabalho que estava surgindo na análise do discurso e, em menor medida, na análise da conversação. Em outras áreas das ciências sociais, o movimento foi no sentido de práticas de investigação interpretativistas. Isto foi essencialmente um retorno à hermenêutica, mas substituindo o texto como objeto a ser compreendido, por pessoas ou culturas. Mas, naquela altura, eu estava demasiado imerso em ideias pós-estruturalistas para me juntar a elas. John Shotter e eu editamos uma série de 18 volumes, *Inquiries in Social Construction*, para a Sage, que tentava dar voz ao que estava sendo produzido de forma semelhante em distintas disciplinas. Mas permaneci insatisfeito.

Fiquei mais energizado por discussões posteriores com vários companheiros da psicologia sobre a possibilidade de abrir a disciplina à investigação qualitativa. A maioria das revistas americanas de psicologia não aceitava a investigação qualitativa. Inspirei-me também nas conferências internacionais de Norman Denzin na Universidade de Illinois sobre investigação qualitativa. Havia pesquisadores de todas as disciplinas e nações que partilhavam um conjunto brilhante e criativo de novas práticas de investigação. Mary Gergen e eu também explorávamos o potencial de uma orientação performativa para a pesquisa, e as conferências de Denzin foram um contexto acolhedor para

o trabalho de performance. Mais importante ainda, senti que a orientação pluralista destas conferências era essencialmente construcionismo em ação. Todas as vozes tinham um lugar à mesa, com resultados muito ricos. Embora o construcionismo ainda fosse visto como altamente suspeito nos corredores da pesquisa em psicologia, a ideia do *pluralismo* poderia possivelmente abrir a porta para legitimar a investigação qualitativa na *American Psychological Association*. No entanto, como descobrimos, a ferrugem da tradição quase fechou as portas. Exigiu quase dez anos de esforço sustentado pelo nosso pequeno grupo, apoiado por uma petição de milhares, para finalmente obter sua entrada. No final, a investigação qualitativa tornou-se uma divisão formal da APA, e foi-lhe concedido um periódico oficial, e uma série de livros. Talvez o marco esteja representado no nosso artigo de 2015, na *American Psychologist*, *The promises of qualitative inquiry* (K. Gergen, Josselson & Freeman, 2015).

A terceira trajetória pode ser vista como o caminho para a prática. Como mencionei, as minhas esperanças quando entrei no campo eram, de alguma forma, contribuir para o bem-estar humano. No entanto, após o desenvolvimento das ideias construcionistas, o caminho não era realmente claro para mim. Como é que eu deveria proceder? Os profissionais da prática mostraram-me o caminho. Primeiro, houve novos desenvolvimentos no mundo da terapia em que as ideias construcionistas estavam sendo incorporadas. A terapia narrativa é o exemplo mais visível. Sheila McNamee e eu tentamos trazê-las para um quadro coerente no livro que organizamos *Therapy as Social Construction* (1992). Pesquisadores e profissionais da prática em desenvolvimento organizacional estavam avançando em direções semelhantes. Mais centralmente, David Cooperrider e os seus colegas tinham utilizado o conceito de teoria generativa como um trampolim para desenvolver a prática da investigação apreciativa. Tais desenvolvimentos estavam também se tornando evidentes na educação e na construção da paz. Lentamente, fui convidado para conversas com profissionais nestas áreas. E foi a partir destas conversas que desenvolvi uma profunda admiração pelo que eles estavam realizando. E me pareceu que, aqui, estavam os verdadeiros realizadores da mudança.

Esta imersão também me ajudou a perceber o potencial de unir teoria e prática. A tradição positivista colocou a prática numa relação subserviente com a teoria: a prática era simplesmente uma aplicação da teoria. E como nenhuma teoria das ciências sociais podia ser comprovada, nunca houve muita aplicação prática. Contudo, eu podia agora começar a apreciar as potencialidades de uma relação mais dialógica e sinérgica entre a teoria e a prática. Ideias teóricas poderiam, por exemplo, oferecer aos profissionais recursos para a reflexão, metáforas energizantes, apoio aos seus esforços, e conexões com desenvolvimentos semelhantes em outras profissões. Os profissionais poderiam fornecer aos teóricos alimento para a reflexão, desafios para a

imaginação, conhecimentos sobre os limites e potenciais das suas ideias, e muito mais. As divisões entre teóricos e profissionais da prática deram lugar a teóricos práticos e profissionais da prática teóricos.

Aqui foram também plantadas as sementes para o desenvolvimento do *Taos Institute*. Nosso pequeno grupo – que contava tanto com acadêmicos como com profissionais da prática – começou a oferecer conferências informais sobre construcionismo social e prática profissional em Taos, Novo México. O nosso prazer em trabalhar juntos foi mais tarde institucionalizado no *Taos Institute*. No entanto, naquele momento, não podíamos imaginar o crescimento e desenvolvimento subsequente [do Instituto]. Outros estavam entusiasmados e queriam juntar-se a nós, as energias e imaginações borbulhavam. Ao longo dos anos, começamos a publicar livros, oferecendo recursos gratuitos *online* em várias línguas, e propondo cursos certificados, programas de pós-graduação, e muito mais. Juntaram-se a estes esforços mais de 700 associados de todo o mundo. Há muito mais a dizer sobre a organização e o quanto ela significou para mim ao longo dos anos, mas penso que o marco, para mim, foi a conferência do 25º aniversário do Instituto, realizada no México, em 2018. Para os meus colegas, suspeito que o marco seria a recente publicação do *The Sage Handbook for Social Constructionist Practice* (McNamee, M. Gergen, Camargo-Borges & Rasera, 2020).

**Pensando no seu trabalho, parece haver uma distinção importante entre o conceito de “relação social” e o de “relacional”. Qual é a diferença entre eles? O que se ganha e o que se perde com a utilização de cada um deles?**

Estas são boas questões, pois também tocam no que vejo como uma mudança ao longo do tempo no desdobramento da teoria e prática construcionistas em geral. Você pode encarar isto como uma mudança do *conteúdo* para o *processo*. A maioria dos primeiros escritos sobre construção social tocaram no que se poderia chamar de conteúdo, ou seja, as nossas construções tradicionais do mundo. Nesse sentido, você tem uma literatura enorme que trata da “construção social de...”. Os tópicos abrangem gênero, doença mental, identidade, a criança, moralidade, a mente, economia, envelhecimento, emoções, objetividade, evolução.... e assim por diante. Em parte, esta é uma literatura de crítica e libertação. Ela demonstra como os pressupostos que tomamos como certos ou que parecem “apenas naturais”, são histórica ou culturalmente inseridos, limitantes e possivelmente opressivos. Por meio desse gênero de escrita, o natural se torna opcional. Essa escrita ainda floresce entre as disciplinas e continua sendo um meio significativo de estimular a transformação.

No entanto, ao longo das décadas, a ênfase deslocou-se do conteúdo construído, para o processo social de construção de sentido. Penso que a principal razão para esta mudança começou quando as ideias construcionistas entraram nos vários campos da prática. Ao contrário dos académicos, cujos principais investimentos são na escrita (gerando conteúdo verbal), os profissionais estão trabalhando, em grande parte, com relações em movimento – em terapia, educação, cuidados de saúde, desenvolvimento organizacional e assim por diante. À medida que fui convidado para estas conversas, os meus próprios interesses teóricos tornaram-se cada vez mais atraídos por estes processos, e isto tornou-se um importante ponto de virada na trajetória do meu trabalho.

Em resumo, fiquei impressionado com a questão de como conceitualizar o processo social de construção de sentido. Esta é simultaneamente uma questão sobre a natureza da comunicação e sobre a compreensão humana. Agora, como sugerido pela minha observação anterior sobre a hermenêutica, já não conseguia compreender os pressupostos de longa data do dualismo – das mentes dentro dos corpos. A visão de longa data da comunicação como algum tipo de conexão intersubjetiva foi, assim, colocada na gaveta. Este movimento foi também apoiado pela crescente antipatia pelo individualismo e pelas formas de vida “primeiro eu” que ele convidava. Assim, o desafio teórico era o de desenvolver uma teoria do processo social que não dependesse de indivíduos que se juntassem para formar uma *relação social*.

Comecei, então, a trabalhar com a ideia de um processo relacional a partir do qual a própria ideia do indivíduo poderia (ou não) vir a surgir. A metáfora fundamental, para mim, era a linguagem. Nenhuma vocalização em si constitui uma palavra porque a vocalização só se torna palavra através da confirmação dos outros. Aquilo a que chamamos linguagem emerge essencialmente através de um processo de coordenação. Este processo pode (ou não) incluir palavras que identificam o que frequentemente consideramos como os participantes individuais. Em suma, colocamos o processo à frente das pessoas. Meu livro *Relational being* (K. Gergen, 2009) expande a ideia e as suas muitas implicações. Em trabalhos recentes, me concentrei nos cenários relacionais a partir dos quais nos tornamos quem somos. Por exemplo, se participamos de um cenário de debate, nos tornamos antagonistas; no cenário da sala de aula, nos tornamos professores e alunos; em um jogo de ténis, nos tornamos concorrentes. Sem os cenários relacionais, não somos nada disso. Se não houvesse formas relacionais, poderíamos perguntar: quem seríamos nós? Como podem imaginar, a criação de cenários ou formas de diálogo torna-se especialmente interessante.

Poderíamos ter uma longa conversa sobre as implicações de passar de uma orientação individualista para uma relacional em nossas vidas partilhadas. Mas, em resumo, uma lente relacional abre um enorme leque de novas

possibilidades conceituais e práticas. E não menos importante, é o valor atribuído à nossa constituição mútua ao invés da nossa separação, ao nós em oposição a mim e, possivelmente, a você. Ao mesmo tempo, é preciso ver esta orientação como uma construção em si mesma. Ela não elimina as tradições individualistas e comunitárias. No entanto, essas tradições não são mais funcionais, e pode-se começar a ver um movimento na direção relacional como essencial para o futuro bem-estar do planeta. Na verdade, estou terminando um pequeno livro, *The Relational Imperative: Resources for a World on Edge*. Este não é um jogo intelectual.

### **Como vê os desafios de integrar esta perspectiva relacional em vários campos da prática, por exemplo, na terapia, nas organizações e na educação?**

Esta pergunta é um pouco difícil de responder, em parte porque a passagem do conteúdo para o processo estava ocorrendo simultaneamente com o desenvolvimento da teoria relacional. Assim, não era tanto a teoria que estava sendo integrada nestas práticas, mas o seu desenvolvimento estava numa relação dialógica com elas. Após a publicação do *Relational being* (K. Gergen, 2009), muitos profissionais consideraram útil ver as suas práticas como relacionais. Essencialmente, a perspectiva foi integrada na prática como uma companheira conceitual. Devo também dizer que fiquei enormemente impressionado com o leque de novas práticas dialógicas que estão surgindo. Percebemos, cada vez mais, como se pode criar andaimes para diferentes tipos de conversas, com diferentes tipos de resultados. Vejo estes tipos de conversas como formas relacionais.

Também tem sido interessante ver como o termo “relacional” tem surgido em territórios múltiplos e independentes. Neste momento, o termo é definido de muitas formas diferentes, muitas das quais são mesmo antitéticas às minhas. Eu diria mesmo que, ao contrário da maioria destas definições, a minha descrição é radical na sua colocação do processo antes das pessoas. Contudo, o uso generalizado do termo em vários cenários práticos torna difícil determinar como esta visão mais radical está operando.

Mas me deixem descrever alguns trabalhos relevantes na educação em que tenho estado envolvido. É amplamente reconhecido que os nossos sistemas escolares são arcaicos. Em grande parte baseados num modelo de fábrica, enfatizam currículos padronizados, ensino de cima para baixo, e o uso de testes e notas para assegurar o controle de qualidade. Entre outros problemas, o processo é opressivo tanto para estudantes como para professores e não prepara os jovens para um futuro em que a colaboração e a inovação serão a chave para a sobrevivência global. Como poderia, então, o sistema ser transformado?

Trabalhando com a educadora britânica Scherto Gill, a tentativa foi de substituir a visão de fábrica por uma visão relacional da educação. As escolas não são locais de produção, como se argumenta, mas sim centros dinâmicos de relacionamento. E é na forma deste processo que a aprendizagem tem (ou não) lugar e professores e alunos tornam-se quem são. Em termos de prática, também sentimos que a necessidade central é de uma alternativa à orientação da avaliação, com os seus efeitos perniciosos tanto na aprendizagem como na relação. As escolas inovadoras já estavam experimentando práticas de ensino colaborativas e dialógicas e o desenvolvimento da aprendizagem baseada em projetos constituía um desafio para os currículos padronizados. No entanto, a expansão destas práticas ricas em relações é impedida, porque elas não se prestam a testagem e classificação sistemáticas.

Desenvolvemos, assim, o conceito de avaliação relacional que se referia às práticas de avaliação que tanto fomentavam um envolvimento na aprendizagem quanto enriqueciam o próprio processo relacional. Este enriquecimento das relações se estendia para além da sala de aula, incluindo a família, a comunidade, e o restante do mundo. Poderíamos também localizar uma série de inovações em avaliação que poderiam ilustrar esse potencial. Como se pode imaginar, estas práticas centraram-se no diálogo, colaboração, discussões com as diversas partes etc. O nosso livro, *Beyond the Tyranny of Testing: Relational Evaluation in Education* (K. Gergen & Gill, 2020), foi publicado no ano passado. A nossa esperança atual é de colocar o trabalho nas mãos de educadores, escolas, e dos planejadores das políticas. Isto é especialmente importante agora, pois há muitas discussões pós-covid sobre os problemas com a avaliação.

### **Como você avalia a recepção inicial do seu trabalho e o impacto que ele tem na atualidade?**

Como mencionei, a resposta à *Social Psychology as History* (K. Gergen, 1973) foi largamente crítica. O editor da revista ficou chocado com o que tinha publicado. Embora tenha escondido o artigo no final da edição, não creio que tenha compreendido as suas implicações. Assim, quando a publicação do artigo explodiu na psicologia, ele rapidamente encontrou alguém para escrever uma crítica. A crítica – um pastiche escrito apressadamente – foi substancialmente mais longa que o meu texto, e foi o artigo principal de um número posterior. No entanto, embora tenha perdido muitos amigos na disciplina e tenha sido rejeitado pelo meu orientador de doutorado, o artigo ressoou em muitas outras pessoas. A crise na psicologia social não foi obra minha por si só. Apesar desse artigo ter sido publicado há quase 50 anos, as tensões permanecem até hoje, uma vez que o artigo continua a ser citado e baixado. A atual crise na psicologia sobre a incapacidade de replicar os resultados de

pesquisa é a última virada dessa história. Por que devemos prever que os resultados experimentais permanecerão estáveis ao longo do tempo quando as culturas estão em movimento contínuo?

No caso do trabalho construcionista social, a questão da recepção é mais complicada. O termo construtivismo já estava em uso, especialmente em psicologia e educação, então havia um público pronto para o construcionismo. Contudo, logo se percebeu que as duas abordagens eram bastante diferentes em relação a onde colocavam o local de construção. Para os construtivistas, era um processo psicológico, enquanto a maioria dos construcionistas ligava a produção de sentido a um processo social. O resultado foi frequentemente controverso. A situação era semelhante em sociologia, pois o livro de Berger e Luckmann, *The Social Construction of Reality* (1978), já gozava de grande popularidade. No entanto, a vertente emergente do construcionismo social foi fortemente influenciada pelas teorias pós-estruturalistas em oposição às inclinações estruturalistas desse livro. Estas tensões permanecem hoje em dia, mas os diálogos sobre a construção social tornaram-se, desde então, tão expandidos e enriquecidos que as diferenças se desvaneceram e passaram para um segundo plano. Por exemplo, os termos construtivismo e construcionismo são hoje utilizados de forma quase intercambiável.

Isto não quer dizer de modo algum que não haja resistência. As tradições morrem lentamente e as formas de positivismo continuam a ser dominantes, mesmo que intelectualmente mortas. No período inicial do desenvolvimento construcionista, Karl Popper bateu com a mão na mesa ao chamar-me de “o inimigo”. Uma década depois, John Searle estava diante de uma plateia me atacando em defesa do realismo. E, recentemente, um departamento de psicologia na Europa declarou o construcionismo proibido para seus alunos de pós-graduação. Tudo isto é lamentável, pois o construcionismo pode integrar a investigação positivista na sua visão das ciências sociais, enquanto o positivismo não pode tolerar nada fora da sua estreita gama de ferramentas de outrora. No entanto, o tempo está do lado de uma orientação construcionista. À medida que as culturas continuarem a se misturar, reinará o pluralismo, serão necessárias inovações na pesquisa, a investigação colaborativa será essencial, e uma orientação construcionista pode ser uma anfitriã agradável para todos.

Quanto ao impacto do meu trabalho, devo admitir uma certa resistência à palavra “impacto”. Para mim, ela sugere um mundo social em que estamos relacionados uns com os outros como bolas de bilhar em termos de “causa e efeito”. Preferia abordar a questão de uma forma mais bakhtiniana, que seria perguntar como tenho participado nos diálogos. Na verdade, quando escrevo, sinto como se o meu trabalho estivesse emergindo de conversas anteriores nas quais participei, quer diretamente, quer por meio da leitura. A escrita é uma forma de continuar a conversa. Ao mesmo tempo, também tento, da melhor

maneira que posso, inserir algo novo nas conversas que estão por vir. Assim, se eu ouvir bem, trabalhar com as várias lógicas em jogo e puder moldar os resultados de maneiras que possam se encaixar no fluxo contínuo, o resultado pode ser estimulante. Poderíamos ter uma conversa interessante sobre o que quero dizer com “trabalhar com” e “moldar” no que acabei de dizer, mas devo dizer que fui abençoado por ter um pai que era matemático e uma mãe que tinha talento para escrever. Então, de certa forma, eu sinto que suas vozes estão sempre falando comigo enquanto eu encontro meu caminho ao longo dos vários planos da conversação. Há vários anos, fui listado entre os 50 psicólogos vivos mais influentes do mundo. Mas não há “influência”, a menos que os leitores já estejam participando, de alguma forma, da conversa. Eu sou simplesmente um escriba que absorve, integra e se articula no fluxo contínuo de diálogo.

### **Como você percebe a difusão do pensamento construcionista no mundo? Existem diferenças significativas entre países/regiões?**

Não é fácil rastrear a difusão global do pensamento construcionista e não digo isto simplesmente porque não estou bem-informado. Mas, como mencionei, as ideias construcionistas surgiram em diferentes campos do mundo acadêmico. Tem havido desenvolvimentos contínuos em cada uma destas disciplinas, juntamente com a emergência de disciplinas ou campos novos e híbridos – tais como estudos culturais, estudos midiáticos, estudos *queer*, e assim por diante. Estes desenvolvimentos têm evoluído em muitas direções e em diferentes partes do mundo. É também o caso de muitos dos conceitos centrais dos primeiros debates que foram levados para outros contextos e foram muito longe. Em muitos contextos, os conceitos são absorvidos sem se considerar tudo o que eles representam. O conceito de narrativa é um bom exemplo. Nos debates construcionistas, o conceito desempenhou um papel central na demonstração das exigências do discurso sobre as nossas representações do mundo. Em termos simples, por exemplo, não se pode escrever uma história inteligível sem obedecer às regras da estrutura narrativa. A estrutura dita o que consideramos ser a verdade histórica. No entanto, o termo é apropriado de uma forma ou de outra pelas disciplinas e práticas. Há terapia narrativa, poesia narrativa, pedagogia narrativa, medicina narrativa, teologia narrativa, e assim por diante. Há também várias revistas exclusivamente dedicadas à narrativa, incluindo teoria narrativa, narrativa e bioética, e várias revistas internacionais e interdisciplinares sobre narrativa. Ninguém é proprietário do termo ou da sua utilização, mas o seu legado histórico está sempre presente nas sombras.

Claro que a mesma dificuldade se aplica a responder à questão sobre as diferenças geográficas na difusão destas ideias. Mas deixem-me falar aqui a partir de algumas das minhas próprias experiências, pois por vezes senti que

existem diferenças sutis entre países e regiões. Por um lado, surpreende-me que haja menos resistência a ideias e práticas construcionistas em regiões onde o “modernismo cultural” foi menos dominante. Por “modernismo cultural”, refiro-me a uma condição cultural marcada pela ordenação racional e sistemática da sociedade. Poderia se pensar, aqui, em termos de concepção racional de fábricas, empresas, escolas, casas, e assim por diante. Na minha opinião, as ciências sociais positivistas, como a psicologia, foram atores centrais nesta mudança, oferecendo teorias de causa e efeito, categorizações de indivíduos, dispositivos de medição e vigilância, e assim por diante. De alguma forma, sinto que grande parte da América Latina escapou dessa fúria para ordenar nossas vidas e, portanto, da adoção da ciência social positivista. Além disso, em termos da distinção tradicional, mas estranha, entre as culturas individualista e comunitária, eu diria que as ideias construcionistas são muito mais compatíveis com a última. À medida que pesquisadores e profissionais construcionistas sociais têm centrado cada vez mais seu interesse no processo social, esse apelo parece ainda mais proeminente. Aqui estou pensando na maior popularidade destas ideias e práticas na Escandinávia e na Ásia do que na órbita europeia anglo-saxônica. Você pode ficar tentado a concluir que me sinto mais em casa em qualquer lugar que não o meu país!

**O construcionismo social enfatiza o caráter situado do conhecimento. Neste sentido, como o contexto social, histórico e político influenciou a sua escrita?**

Em certo sentido, isto nos leva de volta ao contexto conversacional de onde emerge cada trabalho. A única forma de podermos separar o social, político e histórico é para fins analíticos, ainda que os termos apontem para histórias diferentes. Assim, permitam-me que aponte primeiro algumas influências significativas em termos do contexto social. A mudança de um programa de pós-graduação em psicologia para o meu primeiro emprego como professor no *Department of Social Relations*, em Harvard, teve uma grande influência. O próprio departamento era uma anomalia, pois tentava alojar três ciências sociais sob o mesmo teto. A partir de relações animadas com colegas da sociologia e da antropologia, uma rica gama de novas perspectivas intelectuais se apresentou diante de mim, e a disciplina da psicologia experimental começou a parecer ilhada. Um segundo contexto social significativo foi minha longa trajetória no *Swarthmore College*. Embora Harvard fosse maravilhosamente estimulante, também tendia a promover uma atitude semelhante à de um jogador em relação à pesquisa. Swarthmore é uma pequena instituição de artes liberais de alto nível, onde a investigação séria é mais valorizada do que a

publicação. Também não havia pressão sobre o corpo docente para publicar na sua área designada de investigação ou para obter financiamentos para pesquisa. A dimensão do corpo docente era também pequena, com uma forte ênfase no diálogo interdisciplinar. Assim, por exemplo, um grupo de professores de vários departamentos formou um programa de estudo no qual ensinávamos juntos o que se poderia chamar teoria pós-moderna. Finalmente, a faculdade tem sido tradicionalmente uma fonte de ativismo político, então questões de valor e ideologia foram o ar que respiramos. E não estou superestimando o significado deste meio para o meu trabalho.

Isto me leva ao contexto político. Os protestos antiguerra do final dos anos 60 transitaram para os anos 70 e expandiram-se para uma desconfiança mais geral em relação ao governo, aos negócios, à ciência e às grandes narrativas modernas de progresso. Não se pode separar o divisor de águas intelectual que agora vemos como pós-moderno e pós-fundacional desta era de resistência à autoridade. Por exemplo, as principais ideias do famoso livro de Kuhn (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*, já se encontravam disponíveis em obras anteriores. No entanto, o fato de o título conter a palavra “revolução” dialogava com o seu tempo. E este *ethos* certamente injetou energia na minha própria luta contra o paradigma dominante na psicologia. Mais recentemente, posso reconhecer os efeitos da presidência de Trump no meu trabalho. Talvez, ironicamente, neste caso, não estou lutando contra a autoridade, mas profundamente preocupado com o fim da tradição – da democracia, da justiça, da honestidade e assim por diante. É assustador ver como as nossas instituições podem se deteriorar rapidamente, mesmo quando sabemos que são mantidas unidas apenas pelos nossos acordos negociados.

Finalmente, no que diz respeito à história, não estou sozinho em sentir que, no mundo anglo-europeu, o século XX representou o ápice do Iluminismo, ou seja, um século em que as capacidades individuais de razão e observação formaram o núcleo da maior parte das nossas instituições – governo, ciência, indústria e educação entre elas. Cresci nesse meio e, no final do século, tinha me tornado um crítico ardente de muito do que ele representava. Neste sentido, o construcionismo social e a teoria relacional são constituintes da virada pós-moderna e pós-fundacional. Uma segunda influência histórica tem sido a explosão do mundo digital. Na minha infância, era emocionante se chegasse um telegrama ou uma chamada telefônica de longa distância. Agora, a minha caixa de correio eletrônico está diariamente carregada com correspondência de todo o mundo. O meu livro *The Saturated Self: Dilemmas of Identity in Contemporary Life* (K. Gergen, 1991) tratava principalmente sobre como o mundo conectado afetava as nossas vidas, a concepção do eu, a mudança da cultura moderna para a cultura pós-moderna e a emergência dos diálogos construcionistas.

**Se um(a) pesquisador(a) novato(a) estiver interessado(a) em fazer pesquisa com uma sensibilidade construcionista e lhe perguntar por onde começar, o que lhe responderia? Que autores(as) sugeriria que ela/ele começasse a ler? Que precauções deve ela/ele tomar no seu projeto de investigação?**

A meu ver, o construcionismo favorece uma visão da investigação como uma forma de pragmatismo reflexivo. Em contraste com a visão positivista, o objetivo não é estabelecer a Verdade para além da cultura e da história, mas, sim, resultados que sejam simultaneamente úteis e conscientes dos valores. Assim, do lado pragmático, a primeira questão para o pesquisador é: o que busca realizar com a sua investigação, o que pretende fazer com ela, qual é o seu propósito? Por exemplo, o objetivo da investigação é ilustrar um ponto teórico, apoiar uma crítica social, provocar a discussão, fomentar a solidariedade social, apoiar uma minoria, fornecer uma visão sobre um modo de vida, ou... ..? Do lado reflexivo, estão questões de valores ou ideologia. Para que tipo de mundo está contribuindo com esta investigação e sua escolha metodológica? Quais são os valores implícitos? Quem é beneficiado? Quem é silenciado? E assim por diante. É neste contexto que as escolhas de uma prática de pesquisa específica devem ser moldadas.

Para enfatizar o que disse anteriormente, isto não exclui a investigação tradicional – experimentação, medição, estatística e assim por diante. Estas permanecem, mas como opções e não como restrições. Ao mesmo tempo, muitos pesquisadores orientados para a construção social tendem a evitar estas práticas – tanto por motivos pragmáticos como ideológicos. A necessidade de contar e controlar restringe muito o que se pode fazer como pesquisador e os métodos criam uma relação alienada entre o pesquisador e aqueles que está estudando. Queremos um mundo, por exemplo, em que “nós, como conhecedores superiores, colocamos você, o ignorante, sob nosso microscópio, e usamos os resultados para nossos propósitos?”. No entanto, como resposta à sua pergunta sobre leituras, a principal recomendação é que leia amplamente! E, especialmente, em toda a gama crescente de abordagens qualitativas.

A razão por que digo isto é que com o desaparecimento das fundações positivistas, a porta se abriu para os cientistas sociais explorarem alternativas aos “métodos de pesquisa” positivistas. Assim, nos últimos 30 anos, tem havido uma expansão exponencial na gama do que é problemáticamente chamado de práticas de pesquisa qualitativa e nos vários usos que delas têm sido feitos. Não existem apenas práticas de pesquisa discursiva e narrativa, mas também autoetnografia, teoria fundamentada (*grounded theory*), análise situacional, etnografia evocativa, pesquisa-ação, e muito mais. E se prestam

a muitos tipos diferentes de propósitos, favorecem diferentes epistemologias e valores. Tal como as palavras do vocabulário, quanto mais se sabe, mais opções se tem para a investigação.

Devo acrescentar, aqui, uma nota pessoal: a maioria das práticas de pesquisa visa ao presente – elas relatam o que está acontecendo no mundo atualmente. Isto também significa que, quando [o texto oriundo da pesquisa] for publicado, será sobre o que ocorreu no passado. Por que devemos presumir que a vida cultural permanece congelada? Tenho estimulado os pesquisadores a pensarem em suas pesquisas a partir de seu potencial de formação de futuros. O que você pode realmente criar ou que mudança pode realizar? A pesquisa-ação seria um exemplo óbvio, mas também o seria a criação de uma nova prática de ensino ou forma de resolução de conflitos.

Deixe-me abordar sua questão das “precauções” desta maneira: como pesquisador, qual é seu público e como você pode alcançá-lo? Você está falando para uma audiência acadêmica, para o público, para o governo, para uma fundação ou para uma empresa? Você pode fazer pesquisas excepcionais, mas se você não levar em conta a comunidade (ou comunidades) discursiva e de valor que você espera alcançar, todos os seus esforços podem ser insuficientes. Poderíamos ter uma discussão prolongada sobre os complexos desafios de compartilhar com os outros. Por exemplo, quem lê periódicos acadêmicos hoje em dia? Eles têm algum impacto fora dos pequenos círculos profissionais? É a linguagem do pesquisador elitista, opaca para aqueles fora dos círculos acadêmicos? Quais são os critérios usados na comunidade para avaliar sua pesquisa? Escrever é a forma mais eficaz de chegar ao público? Tais perguntas estão muito vivas hoje em dia e, embora não haja respostas definitivas, o pesquisador novato deve se tornar um participante ativo nas conversas.

**Alguns construcionistas convidam a diferentes formas de fazer e comunicar ciência, incluindo formas não tradicionais de escrita (narrativas, poesia, etc.), o uso de recursos visuais e a realização de performances. Como você entende as implicações deste convite para os pesquisadores?**

Na verdade, sua pergunta remete ao tipo de questão que estávamos discutindo. Como tenho estado muito envolvido nestas formas não-tradicionais de comunicação, deixe-me compartilhar um pouco de história. Para mim, as origens estão na visão construcionista social de que não existe uma linguagem privilegiada para descrever ou explicar o mundo. Com essa ideia em mente, comecei a me perguntar por que nós cientistas sociais usamos a linguagem que usamos em nossos escritos acadêmicos, nossas revistas e nossos livros-texto. Em sua maioria, é um discurso sufocante: passivo, sem paixão, monótono

e, muitas vezes, difícil de ler. Então, por que não acrescentar vida, usar ironia, referência em primeira pessoa, humor, imaginação...? Ou, para expandir ainda mais, por que linguagem escrita? Por que não usar arte, música, dança, cinema e todos os outros meios de comunicação à nossa disposição? Ecoando Wittgenstein, “não diga, mostre-o”!

Neste ponto, Mary Gergen abriu o caminho para mim, “mostrando-o”. Ela criou uma série de peças de performance, talvez a mais memorável, *Woman as Spectacle* – uma rebelião contra as formas como os estereótipos sobre as mulheres mais velhas restringem suas vidas. A performance incluiu, entre outras coisas, fumar um charuto, beber uísque e fazer um strip-tease parcial. Ela também brincou com gêneros de escrita, poesia Haiku, e desenhos animados. Comecei a colaborar com um fotógrafo e amigos artistas, e me dediquei à escultura, canção e vídeo. Todo este trabalho estava relacionado a nossos interesses acadêmicos... construcionismo, feminismo, comentários culturais etc. Grande parte do trabalho aparece em nosso livro *Playing with Purpose: Adventures in Performative Social Science* (M. Gergen & K. Gergen, 2012). Curiosamente, um movimento semelhante estava ocorrendo simultaneamente nas artes em geral, e agora existe um compêndio sobre pesquisa baseada nas artes. Em muitas conferências de pesquisa qualitativa, você agora encontra muito trabalho performático.

Voltando à sua pergunta, há várias implicações significativas deste trabalho. Por um lado, convida os cientistas sociais a usarem todos os meios disponíveis para se comunicarem com o mundo. A criatividade é abundante. A expansão dos modos de comunicação também fornece um importante meio de subverter a crítica de que os cientistas sociais são elitistas em suas formas de comunicação. Além disso, expandindo as nossas formas de expressão, podemos também aumentar o impacto do nosso trabalho muitas vezes. A performance de Mary *Woman as Spectacle* teve audiências que passaram do riso às lágrimas. Numa conferência, uma mulher ficou tão comovida que ela interrompeu a sua apresentação com os gritos de um orgasmo simulado!

### **As análises construcionistas da prática científica têm contribuído para repensar a autoridade científica. Quais são as implicações destas análises em tempos de *fake news*?**

Esta é uma questão importante, pois existe agora uma nova onda de críticas às ideias construcionistas por contribuírem para um contexto em que o conceito de verdade é diminuído. *Mea culpa*. Tinha até intitulado um ensaio, “Verdade em apuros”. É este tipo de conversa, diz-se, que tem

encorajado membros do governo, como Trump, e vários meios noticiosos a inventarem histórias falsas para manipularem o público. Trump foi um mestre nisto, porque conseguiu convencer os seus seguidores de que quando as histórias veiculadas pelos jornais legítimos reportavam as suas falhas, as suas reportagens eram falsas. O mentiroso chamava, assim, de mentirosos aos que dizem a verdade!

Poderia se questionar por que razão eu poderia proferir esta última linha, dada a visão construcionista de que as nossas descrições do mundo não são nem mapas nem imagens, mas construções socioculturais. Mas isto me leva ao ponto central. A crítica construcionista visa especificamente às reivindicações da Verdade, ou seja, reivindicações do que quer que seja, independentemente do que alguém pensa sobre o assunto. O exemplo típico é a “descoberta” de Galileu de que a terra é redonda e não plana, que é tratada como verdadeira, independentemente do contexto cultural ou histórico. Como argumentado, não importa quem é, o que valoriza, a sua religião ou tendências políticas, isto é verdade para todas as pessoas e continuará a sê-lo. Este é o tipo de reivindicação que tem sido alvo de críticas construcionistas. Você tem que fazer um número enorme de suposições injustificáveis para propor que a Terra é redonda, juntamente com as condições sob as quais é prático fazer tal proposta. Para quem está tentando encontrar o caminho no deserto, ou a distância mais curta em uma cadeia de montanhas, a terra não é redonda. Com efeito, dizer que a Terra é redonda não é uma verdade transcendente, mas uma descrição que ganha significado pela maneira como é usada por certas pessoas em certos momentos para realizar certos fins. Isso é certamente importante, mas há perigos em vestir o pragmático com as vestes da universalidade.

Isso é, de fato, para honrar as afirmações da verdade no nível pragmático. Tais alegações da verdade a este nível são absolutamente cruciais para a nossa convivência em comunidades, seja nas comunidades científicas ou no mercado. Uma vez acordada a forma como utilizamos as palavras, e confiando um no outro para continuar a utilizá-las desta forma, elas são essenciais para o nosso bem-estar. Sem esta confiança, não há ciência nem mercado. É aqui reside o enorme perigo de uma autoridade política que explora estes entendimentos para proveito pessoal ou político. Quando se viola os critérios tradicionais da verdade pragmática, e depois se rotula aqueles que continuam a usá-los como mentirosos, prejudicam-se dramaticamente as condições de confiança essenciais para a existência de uma sociedade. Como muitos já comentaram, a presidência Trump nos deixou com “uma democracia quebrada”.

**Vivemos em tempos de intensa polarização política, autoritarismo e questionamento sobre o que é o bem comum. Alguns críticos dizem que existe um relativismo construcionista que o impede de dar contribuições significativas para o confronto destes problemas. Você acha que o construcionismo pode promover práticas transformadoras no contexto político atual?**

Compreendo plenamente a importância da crítica relativista no contexto da polarização política. O construcionismo reconhece o significado dos valores e da ideologia em toda a nossa atividade, mas não propõe por si só uma lista de valores ou um modo de vida ideal. Não é relativista, no sentido de que “todo modo de vida é tão bom quanto outro”, na medida em que reconhece os muitos modos diferentes de vida no mundo, cada um dos quais é valorizado por seus participantes. E não há como escolher entre eles, exceto abraçando alguma tradição de avaliação. Assim, admito ter opiniões políticas bastante fortes e opiniões apaixonadas sobre as direções que devemos seguir no mundo. O meu desgosto pela presidência de Trump foi tão forte que me alienei de antigos amigos, vizinhos e mesmo parentes. Nada disto é inconsistente com minha orientação construcionista. No entanto, neste contexto, você também pode ver por que uma postura construcionista é essencial para o futuro do mundo.

Digo isto por várias razões. Por um lado, o construcionismo convida a uma certa humildade sobre onde a pessoa se posiciona. Sim, tenho opiniões políticas fortes, mas também compreendo que não existem fundamentos para elas, e todas as minhas justificativas poderiam ser desconstruídas. Com este tipo de consciência, não sou movido a dominar ou eliminar aqueles de quem discordo. Com demasiada frequência ao longo da história, declarações de fundamentos morais, éticos ou políticos levaram a um derramamento de sangue. Ao mesmo tempo, a minha dúvida convida a uma certa curiosidade. Será possível que se eu ouvisse aqueles cujos caminhos de vida considero odiosos, poderia localizar alguma sabedoria nas suas atividades ou encontrar valor em coisas que nunca tinha pensado? Poderíamos aprender uns com os outros? Finalmente, e o mais importante, o construcionismo convida ao desenvolvimento de práticas dialógicas que possam atravessar fronteiras e restaurar formas viáveis de relacionamento. Há muito que isto tem sido um interesse nos círculos construcionistas, desde a Investigação Apreciativa até ao presente. E esses convites à humildade e à curiosidade estão sempre presentes para mim, mesmo quando não consigo perceber seus potenciais.

## **Na sua opinião, quais são hoje os principais debates no campo do construcionismo social? E o que prevê para o futuro próximo?**

Em vez de grandes debates, penso que se trata mais de tensões contínuas e desafios emergentes. Como mencionei, se você adota ideias construcionistas, as divergências se tornam menos controversas e um pouco mais compatíveis do que de outra forma. Dito isto, porém, entre as tensões contínuas, a principal permanece sendo a que existe entre o construcionismo e o realismo. A sua atual reencarnação encontra-se na literatura sobre o novo materialismo. Este é um movimento particularmente interessante, visto que o construcionismo social é falho, entre outras coisas, pelas deficiências ideológicas resultantes de sua ênfase no processo sociocultural em oposição ao meio ambiente. Até certo ponto, as críticas são razoáveis, mas de um ponto de vista construcionista todos os argumentos são construções em si, alojadas em linguagem, cultura e ideologia. E isso inclui nossa construção de um “mundo físico”. Assim, mais uma vez, estamos a falar de diferenças entre nossos mundos construídos. Isso não é para banalizar a crítica, mas simplesmente para reconhecer que ela não é fundacional. Então, a conversa continua.

Há uma questão relacionada que tem uma promessa particular para o desenvolvimento futuro. Nas suas discussões sobre conhecimento, os construcionistas estão quase que exclusivamente concentrados em relatos descritivos, ou seja, conhecimentos transmitidos em linguagem falada ou escrita. No entanto, os filósofos têm frequentemente distinguido entre “saber que...” algo é o caso (conhecimento descritivo), e “saber como” agir de uma forma eficaz. Especialmente no enfoque das práticas, este último tipo de conhecimento é essencial. Por exemplo, uma terapeuta pode saber muito bem que deve ouvir atentamente o seu cliente, mas saber como fazê-lo no processo contínuo de relacionamento é outra questão. Como ela sabe onde colocar seu olhar e por quanto tempo, como ajustar seu tom de voz, se e com que frequência balançar a cabeça, quando e com que intensidade rir, quando interromper com uma pergunta ou comentário, e assim por diante? Como outro exemplo, os construcionistas têm muito a dizer sobre as formas de diálogo, mas muito pouco a oferecer no que diz respeito a partilhar competências para o diálogo. Uma nova perspectiva a ser explorada está no horizonte: o conhecimento como algo inserido em formas de vida.

Deixem-me terminar aqui com uma preocupação atual, de importância capital: a governança. Desde a pandemia, se tornou cada vez mais claro para mim que os governos do mundo são inadequados para lidar com os enormes desafios que a humanidade enfrenta na atualidade. Vivemos num mundo de mudanças globais rápidas e imprevisíveis, com modos de vida que

estão repletos de conflitos e ambientalmente insustentáveis. As democracias baseiam-se em um modelo de conflito interno e as relações internacionais reúnem nações que são primariamente autoinvestidas. A governança está basicamente se aproximando de um estado de crise. No entanto, vejo vislumbres de esperança emergindo em várias experiências de colaboração, diálogo e participação na governança. A minha forte esperança é que possamos contribuir com recursos construcionistas na teoria e na prática para o desenvolvimento destes movimentos vitais.

**Obrigado!**

# CAPÍTULO 3

## DIÁLOGO COM LUPICINIO ÍÑIGUEZ-RUEDA

*Lupicinio Íñiguez-Rueda*  
*Jacqueline I. M. Brigagão*

---

### 3.1 Para começo de conversa...

Lupicinio Íñiguez-Rueda é espanhol, nasceu no Pueblo de Anguiano, na comunidade autônoma de La Rioja, na Espanha. Em 1977, mudou-se para Barcelona para estudar na *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB), onde realizou graduação e doutorado em filosofia e letras (com especialização em psicologia). Desde que se graduou em 1982, tem trabalhado com pesquisa e docência. Em 1987, tornou-se professor titular e, em 2003, professor catedrático de psicologia social na UAB. Orientou dezenas de pesquisadoras e pesquisadores em trabalhos de conclusão de curso de graduação, em dissertações de mestrado e em teses de doutorado.

Na graduação em psicologia, teve uma formação centrada em questões individuais. Mas, como tinha um grande interesse político pelas discussões da tradição libertário-anarquista, buscou articular seus interesses acadêmicos com suas leituras sobre os jogos de poder nas relações sociais, a auto-organização e a emancipação de grupos e coletivos. Assim, passou a se dedicar ao estudo dos problemas sociais numa vertente crítica. Nesse sentido, podemos dizer que Lupicinio Íñiguez-Rueda desenvolveu um modo de pesquisar que está intrinsecamente associado à problematização e ao questionamento de tudo que é dado como certo ou estabelecido. Estudou diferentes temáticas e dedicou-se à formação e à consolidação de uma corrente de pensamento denominada “psicologia social crítica” e ao desenvolvimento de métodos de investigação qualitativa em ciências sociais e análise do discurso.

No ano de 1997, organizou junto com Tomás Ibáñez, o livro *Critical Social Psychology*, que contém as reflexões de diversos intelectuais sobre as abordagens críticas em psicologia social apresentadas num encontro sediado em Barcelona, em 1993. Trata-se de um livro que apresenta a heterogeneidade de posições presentes neste campo. Porém, há dois aspectos que estão presentes em todos os textos e de certo modo os articulam: a centralidade da linguagem e o entendimento de que práticas, discursos e instituições são produtos históricos, que precisam ser contextualizados.

Em 2003, publicou, na Espanha, o livro *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales* (2003a). Em 2004, ele foi traduzido para o Brasil como *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Na introdução, Íñiguez-Rueda nos explica que o livro tem por objetivo

familiarizar seus leitores sobre o papel da linguagem nas ciências sociais e com os fundamentos teóricos que justificam esse papel. Mais especificamente, tem também a intenção de oferecer-lhes uma introdução à Análise do Discurso como perspectiva teórico-metodológica e como ferramenta de investigação. (Íñiguez, 2004a, p. 15).

Os textos do livro não apenas apresentam a variedade de posições e tradições de análise do discurso, como também apresentam uma maneira específica de fazer análise crítica do discurso. Maneira esta pautada na perspectiva de que os discursos têm um papel crucial na construção, manutenção e transformação social e que é fundamental incluir nas análises discursivas os contextos sociais em que esses são produzidos.

A partir do fim dos anos 1990, Lupicínio Íñiguez-Rueda tornou-se um dos principais interlocutores internacionais no campo da psicologia social para diversos pesquisadores(as) brasileiros(as) e latino-americanos(as). Ele tem uma grande capacidade de aglutinar ideias, pessoas, grupos e articular redes de pesquisadores(as). Participou como palestrante de inúmeros congressos e esteve na condição de professor visitante em várias universidades, no Brasil, no Chile e no Uruguai. Na UAB, recebe estudantes de doutorado de diversas partes do mundo, bem como pós-doutorandos(as) interessados(as) em ampliar discussões teóricas e metodológicas no campo da psicologia social.

Essa abertura para conhecer e dialogar com pesquisadores de diversas regiões do mundo também está muito presente em suas pesquisas e textos, bem como no esforço para que as posturas construcionistas não se tornem “novas ortodoxias.” Essa postura o levou a propor uma perspectiva pós-construcionista (Íñiguez, 2005), na qual há uma abertura para contribuições de outras abordagens, como a teoria ator-rede, as epistemologias feministas, as discussões sobre reflexividade na produção de conhecimentos etc. Ou seja, ele propõe uma ampliação dos diálogos a fim de manter um permanente questionamento/problematização dos modos de produção de conhecimento.

Esse esforço contínuo para ampliar as discussões sobre conhecimento também pode ser observado em seu trabalho como editor de periódicos científicos. Íñiguez-Rueda defende as publicações em acesso aberto e o princípio de que os conhecimentos científicos são bens públicos que devem ser disponibilizados gratuitamente. Defende, ainda, que as revistas de acesso aberto incentivam a troca global e ampliam a circulação de conhecimentos.

Assim, tem trabalhado como editor de revistas científicas de acesso aberto desde 2001. Atualmente, é coeditor da revista *Athenea Digital: Revista de pensamento e investigación social*, é editor da revista *Quaderns de Psicologia: International Journal of Psychology* e, no Brasil, é coeditor da *Revista Psicologia e Sociedade*.

### 3.2 Com a palavra, Lupicínio Íñiguez-Rueda

**Você pode nos contar quando e como foi o seu encontro com o movimento construcionista? E como isso influenciou os modos como você faz pesquisa?**

Eu era estudante, ainda não havia terminado minha graduação e comecei a trabalhar com Tomás Ibáñez no princípio da década de 1980. Eu estava no quarto ano (do total de cinco) de meus estudos e começamos a trabalhar com ele coisas muito diferentes. Ele é um homem muito generoso, que compartilhava conosco o que pensava, o que lia... Me lembro como se fosse hoje do dia em que chegou com um livro na mão, jogou-o sobre a mesa e disse: “Todos vocês deveriam ler este livro, porque será o livro mais importante das próximas décadas”. Era o livro de Richard Rorty, *A Filosofia e o Espelho da Natureza* (Rorty, 1994). Esse foi o primeiro contato que tive com o que, mais tarde, poderíamos chamar de construcionismo. Naquela época, não havíamos sequer imaginado uma corrente em psicologia que tivesse essas ideias. Mas éramos apaixonados por epistemologia. Ele nos convidou a ler Imre Lakatos, Karl Popper, Ludwig Wittgenstein, entre outros. E eu li tudo. Nós estávamos envolvidos nesta dinâmica e, só mais tarde, soubemos que este era o começo, no sentido mais radical do termo, do pensamento, das posições construcionistas. Depois, surgiram outros fenômenos. Mas, primeiro, entrei nessa discussão em função de interesses teórico-epistemológicos. E esse é o momento preciso, que ainda guardo em minha memória, como o início de tudo.

Tomás Ibáñez acreditava que tínhamos que nos conectar. Aprendi com ele que a sociabilidade não acontece por acaso, ela tem que ser trabalhada. Esse posicionamento nos colocou em contato com pessoas que pareciam estar fazendo um tipo diferente de psicologia social. E isso foi feito, especialmente, na América Latina e na Inglaterra. A interlocução com essas pessoas foi muito boa e estabelecemos uma relação recíproca e de muitas aprendizagens. Isto é, nossos colegas anglo-saxões – como Kenneth Gergen, Jonathan Potter, Charles Antaki, Derek Edwards, John Shotter, ou Ian Parker – nunca nos trataram de maneira diferente, como sendo da periferia. Pelo contrário, tínhamos relações muito horizontais. E o mesmo ocorria com a parte latino-americana da rede, principalmente com Pablo Fernández Christlieb, no México, Maritza Montero,

na Venezuela etc. No Brasil, antes de nos encontrarmos com Mary Jane Spink, fizemos contato com Silvia Lane e com outros psicólogos e psicólogas na Argentina, Chile e Colômbia.

Assim, embora ainda não utilizássemos a etiqueta “construcionista”, nem a etiqueta “psicologia social crítica”, claramente um grupo muito heterogêneo de “outras” psicologias sociais estava se formando, psicologias que não se enquadravam na psicologia social *mainstream*. Embora, mais tarde, algumas dessas pessoas tenham mudado seus posicionamentos teóricos/epistemológicos, esse foi o primeiro contato que tive com o construcionismo. Portanto, primeiro, pelo livro de Rorty, com o que poderíamos chamar de bases epistemológicas do construcionismo, e, depois, por meio de vínculos diretos com pessoas que estavam fazendo uma psicologia social diferente.

Como isso mudou a minha maneira de trabalhar? Fui treinado na corrente *mainstream* da psicologia social dos anos 70 e 80 na Espanha e tenho uma formação muito sólida em metodologia experimental – só em minha tese de doutorado, devo ter cinco desenhos experimentais e um tratamento estatístico muito rigoroso. Mas havia algo mais que achávamos que a psicologia social deveria estudar, mas isso não estava claro nem para nós. Então, começamos a suspeitar – e esta é uma suspeita que posso colocar em palavras hoje, mas não conseguiria naquela época – que o que estávamos procurando tinha a ver com linguagem. Mas realmente não sabíamos explicar o porquê. Havia apenas uma intuição de que o que queríamos estudar tinha a ver com a linguagem.

Então, foi esse o impacto que o construcionismo teve no meu trabalho: o abandono da experimentação e da pesquisa quantitativa, lançando-me no vazio inesperado e completamente incerto de algo que sabíamos que tinha a ver com a linguagem, sem nenhum recurso técnico, teórico ou metodológico, porque ninguém jamais nos havia ensinado a trabalhar dessa outra maneira.

### **Você nomeia seu modo de fazer pesquisa como sendo Psicologia Social Crítica. Como você define essa perspectiva? Qual a sua relação com o movimento construcionista?**

Passamos muitos anos, até meados dos anos 1990, tentando não usar a expressão “psicologia social crítica” porque pensávamos que o uso de uma etiqueta acabaria por reificar o campo. Mas perdemos a batalha porque vários colegas pesquisadores que trabalhavam nessa vertente adotaram o nome e passaram a organizar mesas redondas em reuniões científicas e congressos para discutir essa abordagem. Na época, falávamos mais em “psicologia social como crítica”, tentando evitar o termo “psicologia social crítica”. Mas uma vez que toda tentativa de nos mantermos fora desse movimento da psicologia

social crítica falhou, acabamos aceitando o termo e é por isso que o livro que Tomás Ibáñez e eu editamos em 1997 acabou sendo intitulado *Psicologia Social Crítica* (Ibáñez & Íñiguez, 1997), sem hesitações. Mas há também outra psicologia social crítica que vem da Escola de Frankfurt.

Há um livro de Philip Wexler chamado *Critical Social Psychology* (Wexler, 1996) e temos nosso livro, também denominado *Critical Social Psychology*. Um não tem nada a ver com o outro. Eles são praticamente do mesmo período: o livro de Wexler é de 1996, e o nosso é de 1997. Mas são duas tradições radicalmente diferentes. Isso não quer dizer que não sejam bons companheiros de viagem, mas são claramente duas posições diferentes. No livro de Wexler, a base é o pensamento da Escola de Frankfurt e as diferentes vertentes do marxismo. E, no nosso livro, é a filosofia da linguagem, na esteira, digamos, pós-Wittgenstein, cujo representante máximo me parece ser Richard Rorty.

**Alguns(mas) autores(as) entendem que há vários construcionismos, sendo que existem, inclusive, divergências epistemológicas e ontológicas entre as várias vertentes. Qual seu ponto de vista sobre isso? Quais as principais diferenças entre essas várias abordagens?**

Bem, esta é uma pergunta fácil [risos]. Muito fácil, porque tudo tem a ver com a realidade. Então, a questão que temos que discutir é: essa realidade existe (ou pré-existe) ao fato de que nós, como seres humanos, a estamos olhando, vivendo, manejando, sofrendo? Ou ela resulta de nossa própria atividade? Dito de outra forma: antes de nascermos, o mundo real – tanto material como social – já existia? E se ele existia, qual era sua natureza? Ou pouco importa se ele existia ou não, porque não podemos dizer nada sobre ele até que façamos algo com ele? Essa seria a dinâmica. Então, há aqueles que pensam que sim [que há uma realidade dada de antemão, que independe de nossa capacidade de acessá-la ou de conhecê-la] e há aqueles que pensam que não.

A fim de exemplificar esse debate, costumo dizer para meus estudantes que, como psicólogo social, não estou interessado no mármore por ser mármore. Me interessa quando o mármore é um instrumento, quando é uma escultura ou quando é alguma coisa. Enquanto pedra, deixo o mármore para a química e a geologia. Estou interessado no mármore a medida em que a atividade humana interveio para torná-lo um objeto. E o mesmo vale para as relações. Estou interessado na sociedade como resultado da atividade humana, não como algo pré-existente onde tenho que entrar ao nascer e me socializar.

Penso que o problema é que, quando defendemos uma visão não-realista do construcionismo, tendem a pensar que somos idiotas. Mas não somos idiotas. Tal como certa vez ouvi Ken Gergen dizer: não sou burro o suficiente

para atravessar a rua sem esperar que o semáforo fique vermelho (para carros, obviamente). Mas, como psicólogo social, não estou interessado nisso. Então, por que a questão entra em colapso? Porque se tende a pensar que o que chamamos de “a realidade construída” não tem nenhuma entidade. Eles (os realistas) esperam que o trabalho de construção seja fixado materialmente ou simbolicamente, de uma forma imutável, e que permaneça lá para sempre. Mas para o construcionismo relativista, por assim dizer, a metáfora não é a de um edifício construído. É a de um edifício em construção. Portanto, não sabemos como ele vai acabar e pouco importa se ele já tinha sido iniciado antes de eu nascer. O que é relevante é o que você e eu fazemos para construir o edifício ao longo do tempo.

E esse edifício é, fundamentalmente, discursivo. É um edifício, é uma realidade e é de natureza simbólica. Não é material. Porque não estamos interessados em sua materialidade. Estamos interessados em sua continuidade como resultado da atividade humana, portanto, simbólica. Assim, a realidade social, que é a que nos compete, é uma realidade tão real quanto aquela que pensam os materialistas, porque é uma realidade que nos condiciona, é uma realidade que nos forma, é uma realidade que nos limita etc., mas é uma realidade que está em constante construção. Não é de uma só maneira a vida toda.

Um bom exemplo que estamos vivendo hoje é o debate sobre as realidades trans e a resposta de uma parte do feminismo que rejeita a ideia de autoidentificação como homem, como mulher ou como não-binário ou sem gênero. E é exatamente este o tipo de problema: como podem estudiosos que afirmam ser materialistas e que afirmam ser marxistas se esquecer que o mais importante não é a matéria, mas a história. Isso é o que importa. E que, no caso da pessoa, o mais importante para estabelecer a diferença entre homem e mulher não são seus genitais, porque isso é irrelevante. É claro que há o pênis e há a vagina. Mas isso não nos informa sobre a subjetividade dos indivíduos ou sobre sua identidade. Os genitais não os criam nem os determinam, outra operação é necessária. Estamos interessados nessas outras operações.

Outro ponto importante de enfrentamento é o que poderíamos chamar de princípio político, questão moral ou problemas éticos envolvidos em ser um construcionista. Eu adoraria acreditar em Deus pois, assim, eu não teria que estar o tempo todo pensando que o que faço vai produzir uma consequência, e se essa consequência está indo na direção certa ou não. Esse é o martírio dos pobres construcionistas: temos que estar o tempo todo pensando se o que fazemos está orientado para o que estamos defendendo. Como diz Richard Rorty, discutir a existência de princípios que estão acima de nós – seja porque foram construídos pela sociedade no passado, seja porque estão lá como uma espécie de moralidade natural, como a Igreja gosta de dizer – não significa

que esses princípios não tenham que mudar, nem significa quem tem que fazer essa mudança. Quem os mudaria senão nós, seres humanos? Quem mudaria essas normas, esses direitos? Quem mudaria esse *status quo* se não nós mesmos, com nossa atividade?

Portanto, é claro, se obedecemos apenas às contingências de nossa ação, temos que estar constantemente problematizando o que fazemos, por que o fazemos e para que o fazemos, e isto está longe de ser irresponsável. Esta é provavelmente a prova máxima de responsabilidade.

**Você pode explicar o que denomina de perspectiva pós-construcionista? O que te levou a adotar esse termo? E como você avalia a sua importância hoje?**

Estávamos um pouco cansados de sermos chamados de construcionistas, porque, tal como disse Tomás Ibáñez (2003) em um texto crucial, o construcionismo fez sua parte, mas começava a se converter em algo hegemônico e as posturas críticas em Psicologia queriam tudo menos ser hegemônicas. Assim, tínhamos que abandonar o termo. Portanto, tínhamos que problematizar esta questão e começamos a problematizá-la de muitas maneiras e a articulá-la com outras perspectivas que estavam nos afetando. É claro que alguns de nós foram mais afetados pela performatividade e pelo trabalho de Judith Butler, por exemplo. Confesso que tive um choque na primeira vez em que li um trabalho seu. Outros foram mais impactados pelo trabalho de Bruno Latour, outros foram mais impactados pelos trabalhos sobre reflexividade, que vieram do campo dos estudos da ciência. Todas essas efervescências que menciono naquela conferência [proferida durante o Encontro Nacional da ABRAPSO de 2003], claramente, estavam indicando uma saída para que pudéssemos permanecer criticamente ativos, sem cair na ortodoxia. Lembro claramente, como se eu estivesse lá, que, assim que terminei de falar, uma pessoa levantou a mão e disse: “Eu que acabo de chegar ao construcionismo, acabo de descobrir que já estamos no pós-construcionismo”. Foi muito engraçado [risos]! Mas isso de alguma forma ilustra exatamente o que eu queria pontuar: o termo “pós-construcionismo” não se refere a um avanço ou a uma transformação do pensamento ou a qualquer coisa que viria a transformar o construcionismo, mas a um momento em que o construcionismo estava avançando perigosamente em direção à hegemonia, o que contradiz o espírito muito crítico que temos tentado manter. Assim, tivemos que nos abrir para outros tipos de posições e, é claro, estávamos interessados no feminismo, nas perspectivas simétricas como ANT [sigla em inglês de Teoria Ator-Rede], na performatividade e na

reflexividade porque, logicamente, eram as mais condizentes com a nossa proposta e as que eram produzidas em nosso próprio ambiente. Mas nunca quisemos dar-lhe a natureza, digamos, de uma escola ou orientação. Nada disso! O prefixo “pós” indica algo puramente cronológico, que veio depois do construcionismo, nada além disso. É por isso que é pós-construcionista.

**Lupi, o texto em que você faz um convite ao pós-construcionismo é de 2003, ou seja, já tem quase 20 anos (Íñiguez, 2003b). Naquela época, você falou das feministas, da teoria Ator-Rede, da performatividade, da reflexividade... Você considera que ainda faz sentido falar em pós-construcionismo? Se sim, os convites para pensar as contribuições de outras abordagens seguem os mesmos?**

Ainda acho que o termo pós-construcionismo é útil, mesmo que tenham passado 20 anos. A única resistência que tenho ao termo “pós-construcionista” é a possibilidade de que alguém veja nele uma escola de pensamento ou algo assim, porque eu acho que não tem nada a ver com isso.

Então, o que é que me interessa? A vida cotidiana me interessa cada vez mais. A vida cotidiana me interessa em um duplo sentido: as incógnitas que valem a pena ser resolvidas, os problemas que não conhecemos da vida. E, também, em termos políticos ou ético-políticos, do que é necessário para transformar para que possamos viver melhor. Perdi toda a confiança no pensamento [risos], e me parece que a ação está se tornando cada vez mais importante. Assim, se você me pergunta: “o que vem depois?”. Bem, eu acho que o que vem depois é o que tem a ver com a vida, no sentido mais simples do termo vida. Portanto, aquilo que nos constitui como indivíduos, aquilo que marca nossa experiência como seres humanos, aquilo que nos faz gerar ideias e realidades, como a comunidade, o grupo, o comunitário. E, para mim, isso é feito na vida cotidiana, então estou interessado em entrar na cozinha daqueles pratos magníficos que comemos e ver o que acontece.

Meus interesses atuais são muito mais orientados para o concreto, para o cotidiano. E aqui vou usar um conceito de Gilles Deleuze. Nunca fui muito “deleuziano”, mas esse conceito vem muito a calhar: que é o de uma caixa de ferramentas. Sou cada vez mais eclético, e o que quer que funcione para mim, eu o ponho em prática, sem mais delongas.

Portanto, não sei como pode continuar, mas tenho a sensação de que o pensamento original de Donna Haraway traz um pouco da luz que vai iluminar o pensamento não-conformista ou crítico nos próximos anos. Por quê? Porque ela propõe uma visão completamente contrária ao que os outros propõem, uma visão planetária, por assim dizer, onde o importante é o relacional. A simples

ideia de colocar coisas, animais e pessoas em um plano de interlocuções equivalentes me parece profundamente revolucionária.

E eu acho que é por aí que as novas formas de pensar se encaixarão, com as apropriações que todos são capazes de fazer. Assim como o construcionismo, a performatividade e o próprio pensamento feminista tiveram o valor de catalisar todas essas divergências, todos esses pensamentos divergentes. E eu acho que, em um futuro imediato, o trabalho de Donna Haraway exercerá esse papel catalisador. Mas é um tipo de atividade da qual claramente não vou participar, porque estou mais interessado nas coisas cotidianas.

**A análise do discurso tem um papel central nos seus modos de pesquisar e você situou a sua perspectiva de trabalho como intimamente articulada ao giro linguístico, à teoria dos atos de fala, à pragmática linguística, à etnometodologia e à obra de Michel Foucault. Você diria que alguma dessas influências assumiu mais peso nessa abordagem ao longo do tempo? Ou acrescentaria outras?**

Bem, sempre digo que a análise do discurso... e isso não está tão claro no livro que organizei, mas, há muitos anos, digo que, para mim, a análise do discurso não é um método, nem um procedimento, é acima de tudo uma perspectiva. Assim, analiticamente, não mudei muito. Ou seja, ainda faço o mesmo: me deparo com um texto e procuro as implicaturas, procuro os marcadores de texto etc. Ao longo do tempo, algumas coisas ficaram mais fortes. A etnometodologia, por exemplo, tem ganhado cada vez mais peso em meus trabalhos, bem como as ferramentas da abordagem pragmática da linguagem. Foucault segue tendo muito peso. Embora não tenha deixado isso muito explícito no livro, naquela época, eu era definitivamente foucaultiano (não que eu não seja agora), e o que mais me interessava... bem, muitas coisas me interessam em Foucault... mas em relação ao discurso, o que mais me interessava eram as condições que tornam os discursos possíveis e a forma como esses discursos produzem sujeitos sociais. Sempre me interessei pelo modo como Foucault pensa o sujeito. Ou seja, não estava interessado nas pessoas por seus nomes e sobrenomes, não estava interessado na Mariana Prioli Cordeiro como tal, mas na posição desta pessoa em particular. E isso está no livro e ainda é importante.

Mas, em termos teóricos, com o decorrer do tempo, o que mais influenciou minha visão e meus modos de trabalhar foi a etnometodologia. Esta, por várias razões, sempre foi a irmã menor da sociologia e tem uma publicidade muito ruim. Mas eu gosto dela cada vez mais. E há muitas coisas que me parecem essenciais a fim de sustentar um ponto de vista que poderíamos chamar de discursivo por natureza. A primeira é que a produção do conhecimento é

uma produção que deriva de toda a atividade humana, não apenas da ciência. Portanto, estamos interessados em identificar as formas de produção de conhecimento, quaisquer que sejam as ações que o produzem. E isso é muito incômodo para a sociologia – suponho que é por isso que a etnometodologia é tão pouco apreciada –, pois isso equivale a dizer que o que diferencia o trabalho das ciências de outras atividades produtoras de conhecimento, como as das pessoas em sua vida cotidiana, é somente seu caráter institucional. Portanto, isto é algo que, para mim, está se tornando cada vez mais importante.

A outra é de natureza estritamente política. Eu não tinha palavras para nomeá-la, e as palavras foram-me emprestadas por Harold Garfinkel e também por Peter Spink: a ideia de que a ação da pesquisa é uma ação, em geral, profundamente assimétrica. Os profissionais da ciência – ou seja, nós – vamos a lugares porque acreditamos que temos o direito de ir lá para fazer pesquisa. E não nos sentimos obrigados a justificar diante de ninguém porque estamos interessados em alguns tópicos e não em outros, e porque as pessoas têm que colaborar conosco para que possamos fazer nossas pesquisas. Não sei, a instituição científica é algo muito singular... Como temos esse reconhecimento institucional, chegamos nos lugares e dizemos “eu vim para investigar”.

Essa ideia me levou a uma terceira razão que fez com que a etnometodologia tivesse tanta importância para mim: a ideia de que, por estranho que pareça, há um possível papel para a pesquisa em qualquer contexto social. Porque, para usar uma metáfora, são os cozinheiros que cozinham a vida social. Qualquer um pode entrar na cozinha para cozinhar o prato do dia, com suas diferentes contribuições. Qualquer um que saiba cozinhar, ou que só saiba cortar, ou qualquer um que saiba lavar o prato... Há vários tipos de trabalho a serem realizados e qualquer um pode contribuir. Especialmente se você tiver que cozinhar para muitos, qualquer contribuição é bem-vinda. E eu acho que os e as cientistas sociais podem ser, no mínimo, ajudantes de cozinha. Ou seja, podemos contribuir para cozinhar o prato. Podemos contribuir para produzir a vida cotidiana, para construir a sociedade.

Então, como cientistas, o que devemos fazer para poder participar dessa grande cozinha do social nos contextos de pesquisa? Do meu ponto de vista, o que temos que fazer é negociar o papel do pesquisador nesse contexto, o que é diferente de socializar-se. A ideia de socializar-se em um contexto vem da antropologia e de parte da psicologia. Portanto, sabemos que existe a visão de que um pesquisador ou pesquisadora teria que socializar-se para entender o contexto que ele ou ela quer analisar. Eu abandonei essa ideia, e a abandonei porque a etnometodologia nos dá uma alternativa, a alternativa de nos tornarmos uma pessoa competente. Não nos tornamos competentes ao nos socializarmos ou quando conhecermos todas as normas e tudo mais. Nos tornamos competentes quando somos capazes de nos comportarmos de

forma coerente com o contexto, mesmo que seja um comportamento bizarro, mesmo que seja estranho, mesmo que seja diferente, mas que seja aceitável para o contexto. Para fazer isso, é preciso ter competência, não conhecimento.

Para as pessoas que não conhecem a proposta da etnometodologia, sempre dou o exemplo da habilidade de falar idiomas: você pode estudar um idioma a vida inteira, conhecer a gramática, aprender cem palavras desta língua todos os dias, por exemplo, do inglês. Mas pode acontecer de a primeira vez em que você for a um país de língua inglesa, você não entender absolutamente nada, porque a competência não depende do conhecimento. Portanto, a pesquisa precisa do reconhecimento das pessoas que você vai pesquisar, ou seja, o reconhecimento da sua competência. Você tem de ser capaz de desenvolver-se nesse contexto como um sujeito reconhecível. E esta é uma tarefa que às vezes custa mais e às vezes custa menos, mas que é essencial para a pesquisa. Então, isto é algo que vem diretamente, penso eu, da influência da etnometodologia na minha visão de análise do discurso, deste braço etnometodológico.

Isso ganhou cada vez mais valor e peso específico, ao ponto de eu agora reivindicar explicitamente uma abordagem etnometodológica para a análise do discurso. Em outras palavras, o que era simplesmente um elemento constitutivo desta orientação metodológica, para mim, é agora uma parte substancial da perspectiva discursiva. E nós escrevemos algo sobre isso. Há um texto que escrevi com Antar Martínez e Antonio Stecher (Martínez-Guzmán, Stecher & Íñiguez-Rueda, 2016) onde explicamos um pouco os motivos disso. E essa seria a mudança em relação ao que pensava duas décadas atrás, quando publicamos o livro pela primeira vez. Analiticamente, porém, como disse, não mudei muito, ainda faço o mesmo com os textos.

### **Como você pensa a análise do discurso a partir de uma perspectiva construcionista?**

Penso que se realmente admitirmos que a realidade social é produzida discursiva ou linguisticamente (no todo ou em parte) e, se quisermos conhecer a sociedade, não teremos outra maneira de fazê-lo a não ser investigando a maneira como ela é produzida. Portanto, para mim, não há possibilidade de separar a análise do discurso, em qualquer uma de suas versões, do construcionismo. De um ponto de vista estritamente técnico, ou seja, do ponto de vista da análise do discurso como método, você pode analisar muitos documentos e muitos *corpora* de origem textual sem assumir o compromisso com a construção da realidade social. Sempre dou o exemplo de meu amigo Charles Antaki, que teve o privilégio de registrar horas e horas e horas e horas e horas de interação em uma instituição com crianças com diferentes

tipos de deficiência ou problemas cognitivos e materiais, e ele gastou muito tempo investigando como o aprendizado realmente acontece nesses contextos. Assim, um psicólogo convencional pode lhe dizer que, dependendo das habilidades e competências cognitivas da pessoa, ela atingirá um certo nível de aprendizagem e desenvolvimento. E terá uma teoria: se for piagetiano, ele ou ela dirá uma coisa, se for vygotskiano, ele ou ela dirá outra e tudo isso é ótimo e muito interessante. Mas Charles Antaki, nessa pesquisa, nos fala sobre o modo em que efetivamente as crianças aprendem.

Um documento é uma espécie de texto produzido por alguém. Sempre terá um autor (alguém que o escreveu), mas podemos compreendê-lo como resultado da ação de uma coletividade, de um grupo, de uma instituição, ou o que quer que seja. Os documentos são equivalentes a uma conversa, porque resultam de uma atividade conjunta, da atividade da instituição como tal, ou do grupo como tal. Assim, quando analisamos esses documentos, temos a possibilidade de entender como as instituições são criadas e mantidas – bem, primeiro, como elas são criadas e, depois, como são mantidas.

### **Quais as principais ferramentas/estratégias que você utiliza para analisar discursos?**

Quais são as ferramentas analíticas? Qualquer ferramenta! Qualquer ferramenta, qualquer ferramenta que faça algum tipo de gerenciamento de informação já é alguma coisa. E não há nenhuma forma específica de análise do discurso que seja mais construcionista do que a outra.

Sou completamente contra o tipo de análise que não usa ferramentas e não trabalha sobre os discursos. Não me incomoda se você disser claramente que é um hermenêuta. A Hermenêutica me ensina que posso interpretar as coisas muito bem, não tenho nenhum problema com isso. Mas se você diz que é um hermenêuta, não me diga que faz análise do discurso, porque são coisas diferentes. Na análise do discurso, você faz uma operação material sobre o texto, você me explica como você fez as divisões, a partir de que critérios você comparou algumas unidades com outras e qual é o resultado dessa comparação. Essas unidades são nomeadas de modo diferente nas diversas modalidades de análise do discurso. Alguns chamam de temas, outros de categorias, ou de qualquer outra coisa. Isso é fazer algo com o texto, isso é usar uma ferramenta analítica.

A perspectiva pragmática na análise do discurso é muito interessante. Ela implica pegar o texto e ver que consequências ou que implicaturas cada unidade (que geralmente é uma simples afirmação, por exemplo, uma frase) tem. E de onde nascem as implicaturas? E de onde vem o implícito? Bem, do que está relacionado a certas regras no uso da linguagem. Portanto, quando faço isso, tenho que explicitar em que sentido esse efeito deriva disso ou

daquilo, tenho que poder explicar porque é uma implicação. E isso é uma operação específica sobre o texto, não é uma mera leitura do texto.

Qualquer estratégia que envolva alguma atividade com o discurso é uma forma legítima de análise do discurso. Pode ser qualquer atividade, mas tem que haver uma. Assim, uma simples leitura abrangente de um texto não é uma análise do discurso, a despeito de isso ser o que se faz com mais frequência.

### **Como as relações de poder são entendidas e analisadas pela análise do discurso de orientação construcionista e como essas análises podem contribuir para a transformação dessas relações?**

Nem todo poder está inserido em relações de poder que são discursivas por natureza... Se eu for à sua casa, prendê-lo e levá-lo ao calabouço e torturá-lo, a análise do discurso será inútil. A análise do discurso é útil para aquelas formas de controle e poder social que usam ferramentas de natureza simbólica, aquelas que constroem sujeitos de certa forma, que abrem ou fecham as possibilidades do pensamento, que constroem você como mulher, ou como homem, ou como for... Essas formas discursivas que produzem subjetividades eu posso analisar discursivamente. Aquelas que têm a ver com poder coercitivo e outras formas de poder explícito, ou controle explícito, não. Não porque não possam ser analisados em abstrato, porque eu posso pegar a lei e dizer “olha, a lei”. Mas não faz sentido [risos], porque são autoexplicativos.

É neste sentido que posso dizer que a análise do discurso me permite desvelar relações de poder, evidenciar as assimetrias e opressões. Mas isto não significa que não existam outras formas de dominação que escapem completamente do discurso. Portanto, a análise do discurso é uma ferramenta que nos permite desvelar algumas, mas não todas, as situações de controle ou relações de poder. Nos permite desvelar especialmente aquelas relacionadas com o universo simbólico, mas não é muito eficaz para desvelar outras formas de relações de poder que são eloquentes em si mesmas e que podemos evidenciar de outra forma.

**Se uma pesquisadora ou pesquisador iniciante chegasse até você e expressasse seu interesse em fazer pesquisa adotando uma abordagem construcionista e lhe perguntasse por onde deveria começar, o que você responderia? Por quais autores(as) você sugeriria que ele(a) começasse suas leituras? Quais cuidados deveria ter em seu projeto de pesquisa?**

Depende de onde é esse estudante. Se é espanhol, ou de língua espanhola, eu lhe diria para ler o livro *Psicología Social Construccionalista*,

de Tomás Ibáñez (2001b). Se ele fala inglês, eu lhe diria para ler *Critical Social Psychology* (Ibáñez & Íñiguez, 1997), ou qualquer livro de Ken Gergen. E, se é português, eu lhe diria para ler Mary Jane Spink. Muito simples. Mas realmente, o que eu diria a ele é: “procure outra profissão!” É lamentável, mas é a realidade. Estamos em um momento em que dedicar-se à pesquisa é um ato heroico e não creio que possamos pedir ou exigir que alguém seja um herói. Então, eu lhe diria: “olhe, procure outro emprego e ganhe a vida de outra forma”. Mas se eu não tivesse sucesso em minha recomendação, lhe diria para se deixar levar. Em outras palavras, há muitos anos, eu diria a um estudante para ler muitas coisas, na linha da primeira parte de sua pergunta.

Hoje em dia, eu não lhe pediria para ler nada, pediria para começar a investigar: o que lhe interessa? O que o deixa curioso? Por que o deixa curioso? Eu o deixaria ir para a rua e lá ele aprenderia a fazer pesquisa. Em outras palavras, estou realmente em um momento em que acredito que o aparato conceitual ou teórico é mais útil quando vem mais tarde. Quando vem antes, é paralisante, colapsa, não permite. Essa é uma experiência que tive com praticamente todos os meus estudantes. Então, eu faria o caminho inverso, o que eu sei que é um pouco contraintuitivo. Ou seja, primeiro, diria para pesquisar e, depois, para estudar.

**Obrigado!**

# CAPÍTULO 4

## DIÁLOGO COM MARY JANE SPINK

Mary Jane P. Spink  
Mariana Prioli Cordeiro

---

### 4.1 Para começo de conversa...

Mary Jane Paris Spink graduou-se em psicologia em 1969, no Instituto de Psicologia da USP e, em 1982, concluiu seu doutorado na Universidade de Londres. Desde 1987, é docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde coordena o Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. É bolsista de produtividade do CNPq desde 1998.

Entre 1994 e 2003, esteve muito envolvida com pesquisas sobre a Aids, o que fez com que a noção de risco assumisse uma grande importância em seus estudos. Neles, Spink rompe com a concepção de risco como algo estável e facilmente identificável e introduz a discussão sobre linguagem dos riscos. Com essa expressão, ela quer dizer que cada campo tem suas formas específicas de falar sobre riscos, mas que essas podem ser agrupadas em três tradições discursivas diferentes: a do perigo, a do controle e a da aventura. Risco continua sendo um dos temas de suas pesquisas e ela tem se dedicado a estudá-lo em diferentes contextos. Um de seus livros mais recentes (M. J. Spink, 2018), por exemplo, discute vulnerabilidades socioambientais e a difícil tarefa de viver em áreas de risco.

Spink é considerada uma das principais divulgadoras do movimento construcionista no Brasil. Sua obra inclui uma série de livros, capítulos e artigos que abordam diferentes aspectos desse movimento: seus pressupostos ontológicos e epistemológicos, bem como suas implicações metodológicas e éticas. Vários desses textos têm servido de referência para pesquisadores(as) iniciantes e iniciados(as), principalmente, no campo da psicologia. Entre eles, destaca-se o livro *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (M. J. Spink, 1999a). Essa coletânea não apenas contribuiu para a disseminação de novas maneiras de pensar e fazer pesquisa em psicologia social, como representou um marco em sua obra. Afinal, ela evidencia o rompimento com a teoria das representações sociais, que por anos embasou suas pesquisas, bem como a consequente mudança radical no seu modo de pensar a realidade. Assim, ao invés do compartilhamento de representações, passa a se interessar pelos processos de negociação de sentidos que marcam o “aqui-agora” da interação. Cabe destacar que essa virada não se caracteriza apenas por uma mudança no objeto de interesse, mas por uma ruptura

epistemológica. Afinal, o conceito de representações sociais fundamenta-se na sociologia de Durkheim, para quem há uma realidade que antecede nossas ações, enquanto, para as abordagens construcionistas, a realidade é produto de nossas práticas sociais (M. J. Spink, 2010).

Muitas das pesquisas que Spink realizou e/ou orientou buscam discutir processos de produção de sentidos no cotidiano. Nesses estudos, sentido é entendido como uma construção social. Ou seja, como um empreendimento coletivo (ou interativo) “por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.” (M. J. Spink & Medrado, 1999, p. 41). Assim, os processos de produção de sentidos não são entendidos como atividades cognitivas intra-individuais ou reproduções de modelos predeterminados. Mas como práticas sociais dialógicas, que envolvem a linguagem em uso.

Spink pode ser definida como uma pesquisadora inquieta, reflexiva e muito aberta aos diálogos com pensadores(as) de diversas áreas, tanto que, em sua obra, podemos identificar a influência de vários autores e autoras – desde aqueles(as) que explicitamente falam de construcionismo (como Peter Berger e Thomas Luckmann, Ian Hacking, Tomás Ibáñez, Kenneth Gergen, Lupicínio Iñiguez-Rueda), como aqueles(as) que não usam essa etiqueta, mas propõem teorias e conceitos que, de certo modo, contribuem e ampliam os debates construcionistas, como Michel Foucault, Mikhail Baktin, Brownyn Davies, Rom Harré e, mais recentemente, os(as) autores(as) da teoria Ator-Rede, como Annemarie Mol, John Law e Bruno Latour.

Desde seu ingresso na PUC-SP, Spink orientou mais de 150 trabalhos de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutorado). Muitos(as) de seus(uas) ex-alunos(as) tornaram-se professores(as), levando na bagagem o contato com seus modos de pensar e fazer pesquisa em psicologia social. Alguns desses vínculos continuaram fortes durante anos (ou até mesmo décadas) após o término das formações e, hoje, são a base de uma extensa rede que envolve pesquisadoras(es) dos quatro cantos do país.

## 4.2 Com a palavra, Mary Jane Spink

**Mary Jane, como foi a trajetória que te levou às representações sociais, ao construcionismo, às vertentes pós-construcionistas e ao seu trabalho atual?**

Esta pergunta remete à espiral do meu tempo de vida e, com tantas mudanças de percurso, só poderia tratar-se de uma trajetória teórica nômade<sup>1</sup>. Nômade, porém não desordenada, como explica Michel Serres:

1 Agradeço a leitura cuidadosa e repleta de boas sugestões de Benedito Medrado e Peter Spink.

O tempo não flui de acordo com uma linha... nem de acordo com um plano, mas sim de acordo com uma mistura extraordinariamente complexa, como se refletisse pontos de parada, rupturas, poços profundos, chaminés de acelerações estrondosas, fendas, brechas – tudo mostrado ao acaso, pelo menos como uma desordem visível. Assim, o desenvolvimento da história realmente se assemelha ao que descreve a teoria do caos. (Serres, 2011, p. 57).<sup>2</sup>

Vocês me perguntam como foi o meu encontro com a obra de autores(as) construcionistas, e confesso que não tenho uma resposta simples. Esse encontro, que de certo modo é fugaz e já tomou outros rumos, não tem um ponto de inflexão simples. Para responder a esta pergunta tenho de retomar minha trajetória acadêmica e pessoal. Como não se trata de uma “história de vida”, vou eleger alguns eventos-chave que vão conformando posturas críticas sobre ciência e produção de conhecimentos.

Tendo completado o terceiro ano de faculdade, no curso da psicologia da USP, ganhei uma viagem para a Inglaterra, a fim de conhecer os parentes de meu pai. Resolvi esticar a viagem e por lá fiquei todo um ano. Para sobreviver, consegui um emprego – carteira assinada e tudo – como *research assistant* no Departamento de Psicologia Ocupacional do *Birkbeck College*, Universidade de Londres. Aliás, foi lá que conheci meu companheiro Peter, com quem compartilho esta jornada pessoal e acadêmica.

Na despedida de Londres, as(os) companheiras(os) de departamento me deram um livro: *Pragmatics of Human Communication*, de Paul Watzlawick, Janet Bavelas e Don Jackson, que havia sido recém-publicado (1967) e continua até hoje como referência nessa área. Eu não lembro por que essa escolha, mas, certamente, eu já trilhava caminhos que tinham a linguagem e a comunicação por foco. Voltei ao Brasil para concluir o curso, tendo frequentado o quarto ano no período mais duro da ditadura militar no Brasil (segunda metade da década de 1960).

Retornei em 1969 à Inglaterra, já casada com Peter, e ingressei no mestrado (MPhil)<sup>3</sup> em psicologia social na *London School of Economics* (LSE). Certamente, não foi lá que se deu meu mergulho nas vertentes mais críticas da psicologia, mas a inserção acadêmica me levou a dois contextos que, somados, foram constituindo minha visão sobre o que é produção de conhecimentos e, paralelamente, aguçando meu interesse por pesquisar no cotidiano. Um foi o contato e imersão na psicologia humanista (Carl Rogers, Rollo May, Abraham

2 “Time does not flow according to a line... nor according to a plan but, rather, according to an extraordinarily complex mixture, as though it reflected stopping points, ruptures, deep wells, chimneys of thunderous accelerations, rendings, gaps – all shown at random, at least in a visible disorder. Thus, the development of history truly resembles what chaos theory describes.”

3 O MPhil (Master of Philosophy) é um curso de pós-graduação em pesquisa semelhante ao Mestrado no Brasil. Um MPhil pode servir como inscrição provisória para um PhD.

Maslow entre outros/as) e, mais precisamente, nos movimentos de contracultura na área da psicologia, dos quais me aproximei nesse retorno à Inglaterra. Inse-re-se aqui a vinda dos *workshops* de Terapia Gestalt, inspirada em Fritz Perls, e outros do movimento de *personal growth* do Instituto Esalen da Califórnia.

O outro contexto está associado à minha inserção no *Department of Management Studies, Polytechnic of North London*, como *research assistant*. Lá, participava da equipe que realizava treinamentos de dinâmica de grupo para gestores(as) cujas instituições estavam em processo de reorganização. Nosso foco eram as enfermeiras que estavam, na época, migrando do trabalho *hands on* das enfermarias para a gestão (coitadas!). Contudo, era necessário também que aprimorássemos nossas habilidades grupais e, entre os muitos eventos de que participamos, destaco as experiências de convivência comunitária, primeiro em uma viagem à Dinamarca para encontros com nossos pares terapeutas e, um pouco mais tarde, na fantástica experiência da *mini-society*. Esse experimento derivou da vontade de um grupo de pesquisadores(as) de dinâmica de grupo de entender como um grupo reproduz as características de uma sociedade. Basicamente envolvia convivência em um mesmo local, durante uma semana, de pessoas de diferentes estratos sociais, sexos e idades que, organizados em vários subgrupos, tinham que resolver os problemas cotidianos da vida em comum: compra de alimentos, cozinha, limpeza, lugares para dormir, assembleias para decisões coletivas etc. (P. Spink, 1974). Essas experiências de convivência comunitária, lado a lado com leituras a respeito de psicologia ambiental<sup>4</sup>, dão pistas sobre como e por que o cotidiano se tornou foco de meus interesses e reflexões, que detalharei ao responder à pergunta específica sobre como a noção de cotidiano orienta minha prática de pesquisa.

Até então, no MPhil (que depois se transformou em PhD), minha pesquisa versava sobre complexidade cognitiva, com foco na tomada de decisão em diagnósticos médicos. Mas, no final de 1971, engravidei e fiquei totalmente imersa não só na própria gravidez como também no processo de atenção ao pré-natal, parto e pós-parto, no contexto do *National Health Service* (NHS). Assim, abandonei o projeto de pesquisa original, para tristeza de meu orientador, Dr. Bram Oppenheim, e reestruturei a proposta para analisar experiências de gravidez entre as “marinheiras” de primeira viagem (primigestas). Atravessada pela experiência da gestação e dos cuidados iniciais com minha filha que nasceu em 1972, mergulhei na literatura feminista, sobretudo em obras relacionadas à maternidade, gravidez, parto. Certamente minhas heroínas feministas coloriram meus modos de pensar sobre o mundo e a academia. Dentre as obras que me foram referência à época, cito três livros que foram particularmente influentes,

4 O volume 4 da série *New Directions in Psychology*, publicado em 1970, incluiu um capítulo sobre Psicologia Ambiental, introduzida como novo campo de pesquisa, com uma ampla bibliografia cobrindo 11 páginas de referências.

todos da maravilhosa dupla Barbara Ehrenreich e Deirdre English: *Complaints and disorders* (1973a); *Witches, midwives & nurses* (1973b) e *For her own good – 150 years of the experts' advice to women* (1979).

Foi também um mergulho na história da medicina, campo que sempre me fascinou, e que, eventualmente, traria Michel Foucault para minha constelação de interlocutores(as).

Mas o caminho rumo às posturas mais críticas sobre produção de conhecimentos não se reduz às vertentes mais experienciais. Nas conversas com colegas na LSE, as novas tendências teóricas e metodológicas da psicologia – ou das ciências sociais mais precisamente – deixaram suas marcas. Dentre os muitos livros que li naquela época, entre trocas de fraldas (meu segundo filho nasceu em 1974) e afazeres domésticos, um deixou marcas profundas: *Reconstructing Social Psychology*, organizado por Nigel Armistead e publicado em 1974. Meu exemplar tem a data de quando comprei: 1975. Há neste livro um fascinante rol de autores(as) em que se incluem John Shotter, Rom Harré e autores(as) da corrente humanista, a exemplo de John Rowan.

Outra reviravolta. Resolvemos passar um ano no Brasil para testar a possibilidade de retorno. Em conversa com ex-colegas dos tempos de USP, sobretudo Marília Andrade, e meio perdida quanto à pesquisa de doutorado, fui encorajada a apresentar um projeto para a Ford Foundation – Estudos Populacionais. Para minha surpresa, ganhei a bolsa com um projeto que se transformou em minha tese de doutorado com uma dotação para financiar a pesquisa *Gravidez e parto em dois grupos socioeconômicos contrastantes*.

Porém, eu tinha de encontrar um departamento que me acolhesse e, já não me lembro de como cheguei lá, mas fui muito bem acolhida no Departamento de Medicina Preventiva da então Escola Paulista de Medicina, hoje Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Não fui apenas acolhida, pois o então diretor, Dr. Magid Iunes, me colocou em contato com o Dr. Walter Leser, então secretário de saúde de São Paulo, que abriu todas as portas para que eu pudesse usar os cinco postos do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) do município para entrar em contato com minhas potenciais interlocutoras. Claro, estávamos às portas da reestruturação do sistema de saúde, com a criação também do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e, portanto, mais uma influência em minha trajetória: a saúde coletiva em sua vertente exuberantemente crítica.

Pronto! Os ingredientes estavam postos. *Mise en place* feita... Mas ainda faltavam a receita do bolo e o cozimento. Idas e vindas, voltamos ao Brasil (definitivamente?) em 1980. Em 1982, defendi minha tese e, logo depois, fui trabalhar na FUNDAP (Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública) no Centro de Estudos e Coordenação de Bolsas e Estágios que, na época, era responsável pelos programas de aprimoramento na área da saúde – opção óbvia considerando minha trajetória.

Ingressei na FUNDAP como pesquisadora autônoma para desenvolver um projeto sobre avaliação de programas de aprimoramento profissional na área de psicologia e multiprofissionais, e pouco depois, fui efetivada. Lá fiquei até 1988 e participei de muitos projetos interessantes que versavam sobre organização e gestão de sistemas de saúde e organização da atenção básica que já estava sendo estruturada em São Paulo. Contudo, as pesquisas em que eu podia conhecer o dia a dia das ações é que me fascinavam: as visitas de campo na pesquisa sobre os programas de alimentação para autoconsumo no Estado de São Paulo e as pesquisas acerca da atuação de psicólogos (recém-inseridos) na atenção básica. Mobilizada por essas experiências, decidi mudar de rumo profissional: prestei seleção no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), onde ingressei como professora em 1987.

Não sei exatamente como eu mergulhei no campo de estudos das representações sociais. Lembro-me de que, em busca de mais informações, perguntei à colega Bader Sawaia, que disse que Silvia Lane, professora mais antiga do Programa, estimulava o estudo das obras de Serge Moscovici e Denise Jodelet. Afinal, Silvia havia estado com eles na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), em uma viagem a Paris. Ademais, também nessa época havia lido o livro de Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (1966/1978), usando-o como referência básica no curso sobre metodologia que ministrei na PUCSP, em 1989. Certamente, a visão mais sociológica de construção da realidade proposta por esses autores(as) influenciou a maneira como eu passaria a teorizar sobre o campo das representações sociais.

Em 1989, no II Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, no curso *Trabalhando com os conceitos*, dei uma aula intitulada *As representações sociais e sua aplicação em pesquisa na área da saúde* que “viralizou”. Uma cópia do texto circulou bastante e, revendo meus arquivos, vi que contém muitas referências a textos básicos sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), incluindo uma lista detalhada ao final. Ou seja, já havia lido bastante sobre a TRS. Minha única ponte mnemônica sobre onde e como adentrei nesse campo de estudos é um livro de Claudine Herzlich, *Health and Illness*, traduzido para o inglês pela Academic Press, em 1973, e que Peter havia adquirido na Tavistock, quando ainda morávamos em Londres. Lembro de tê-lo manuseado sem grande interesse, mas ele veio na mudança, meio desfigurado pela umidade, e se tornou uma importante fonte de referência para o estudo das representações sobre o processo saúde-doença.

Foi uma fase de intensa atividade e pesquisas sobre a TRS, inclusive com a criação do GT homônimo na ANPEPP, em 1990, no qual permaneci até

2000<sup>5</sup>. Em 1992, participei da I Conferência Internacional de Representações Sociais em Ravello, na Itália (o evento mais lindo dentre os que já participei). Mas, após a apresentação do meu texto, no qual já ensaiava uma leitura temporal das representações sociais – da qual falarei mais tarde – Moscovici disse que eu parecia estar trabalhando mais próximo ao grupo da psicologia discursiva inglesa – que certamente era crítico da TRS. Todavia, continuei nessa empreitada por mais um tempo, por exemplo, organizando o livro: *O conhecimento no cotidiano*, publicado em 1993 pela Brasiliense, que reunia textos sobre representações sociais, baseado em diferentes abordagens.

Ainda em 1993, no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, realizado no Chile, participei de uma mesa-redonda sobre representações sociais, explorando uma leitura mais complexa sobre temporalidade. Ian Parker, que estava na plateia, enviou uma nota simpática, me cumprimentando e dizendo que minha abordagem era muito mais crítica do que a TRS. Aliás, ficamos muito amigos e, toda vez que íamos à Inglaterra e dávamos uma passadinha em Manchester para visitar a mãe do Peter, nos encontrávamos. Ou seja, embora ainda integrando o “núcleo duro” do campo das TRS, já se viam fissuras. Com pesquisas focadas no cotidiano, o que eu encontrava era polissemia de sentidos e não as teorias compartilhadas de representações propostas por várias vertentes de estudo das representações sociais.

É sempre difícil analisar essas mudanças de rota, todavia, creio que a imersão na obra de Foucault, mais especificamente em seus textos sobre medicina e saúde mental, foi importante influência na busca de novos caminhos. Fiquei absolutamente encantada com a História da Loucura (1978), embora outras obras também tivessem sido relevantes, tanto que, em 1990, dei um curso na PUCSP intitulado Sociedade e doença mental no qual constavam da bibliografia básica vários livros e textos de Foucault.

Esse longo relato tem obviamente o objetivo de responder à pergunta que não tem resposta: como foi meu encontro com o construcionismo? Minha resposta acaba transitando entre o plano das ideias e os (des)encontros com autores(as) representacionistas e construcionistas. O que quero enfatizar nesta narrativa é que não há um ou dois ou muitos autores e autoras que poderiam indicar o ponto de inflexão que me levou a fazer a crítica à TRS e migrar para o movimento construcionista. É quase uma decorrência inevitável de uma trajetória marcada por leituras voltadas a posturas críticas sobre produção de conhecimentos. Porém, se tiver que indicar um autor, uma leitura capaz de provocar uma reviravolta conceitual seria um texto pouco citado de Tomás Ibáñez, publicado na *Newsletter of the Social Psychological Section, da British Psychological*

5 Em 2000, criei outro GT: *Cotidiano e Práticas Sociais* – que ainda existe. Mas eu migrei novamente: em 2020 criamos o GT *Psicologia Social nos estudos urbanos*.

*Society* em 1990. Seu título? *Henri, Serge – and the next generation* (1990/1991) – claro, ele se referia a Henri Tajfel e Serge Moscovici. Trata-se de um belíssimo texto em que Tomás migra da retórica da verdade na modernidade para uma postura pós-moderna, na qual somos “*simply humans*” (*sic*).

Porém, a virada ontológica ainda estava por vir pelas mãos de Richard Rorty: *A filosofia e o espelho da natureza* (1979), leitura fundamental para quem quer navegar nas águas turbulentas dos movimentos antifundamentalistas e se aproximar do que se convencionou chamar de “virada discursiva” ou “virada linguística”. Li, me empolguei e usei este livro de Rorty na aula inaugural da Faculdade de Psicologia, Universidade São Marcos, em março, 1996. Segue um pequeno trecho desta aula:

Já há muito tempo venho procurando uma “paternidade filosófica”. Namorei alguns filósofos e talvez o namoro mais duradouro tenha sido com Foucault. Identifiquei-me com o construcionismo, que é uma postura frente à epistemologia mais do que uma filosofia, mas que me aproxima dos pós-modernistas como Lyotard.

Deparava-me sempre com a falta de base em filosofia e, nesse sentido, na impossibilidade de ler os filósofos sem um mentor, apelei várias vezes para as “histórias da filosofia”. Dentre estas, a mais apaixonante foi a de François Chatelet intitulada “O nascimento da razão”.

Eu já havia me deparado com Rorty por meio de Jurandir FreireCosta mas... há sempre um momento certo, aquele em que o encontro promove o encantamento. E foi agora, neste início de ano [1996], que eu pude me abrir ao encantamento com Rorty através da leitura do livro “A filosofia e o espelho da natureza”. Deve haver outras obras dele e ele pode ter mudado suas ideias, afinal este livro foi publicado pela primeira vez em 1979. Por que o encantamento? O livro é difícil, denso, e deixa a descoberto a minha falta de base em filosofia, o desconhecimento dos autores, ou, pelo menos, de uma leitura mais sistemática de filósofos como Platão, Aristóteles, Descartes, Locke e Kant, entre outros.

Mas Rorty é “um dos meus”. Me identifico com sua obra por duas razões: por sua sensibilidade histórica e por sua abertura ao discurso anormal – aquele capaz de “[...] tirar-nos para fora de nossos velhos eus pelo poder da estranheza, para ajudar-nos a nos tornarmos novos seres. (p. 354).

Não surpreende, portanto, que eu também tenha dado adeus à TRS (digo “também”, pois Tomás Ibañez igualmente teve incursões pelo representacionismo – ou, mais especificamente, apresenta a teoria para justamente apontar suas discordâncias<sup>6</sup>). Foi um adeus mesmo. Em 1996, fui convidada a parti-

6 Em 1988, Tomás Ibañez publicou o livro *Ideologías de la vida cotidiana* no qual apresenta os alcances e limites da TRS.

cipar de uma reunião pequena (do Brasil fomos apenas Celso Sá e eu), que seria realizada na LSE, com o objetivo de pensar o futuro da TRS. Fiz minha apresentação que era até conciliatória mas desagradou a todos(as) – falarei desta proposta, ao focalizar a questão dos “tempos”. Saí bem machucada, mas voltei ao Brasil decidida a reunir grupos de alunos e colegas para pensar outros caminhos. Dessas reuniões, entre 1995 e 1998, das quais participaram mestrandos(as) e doutorandos(as) da PUCSP (Benedito Medrado, Vera Menegon, Ricardo Pimentel Mélo, Carlos André F. Passarelli, Helena Lima, Lia Yara Lima Mirim, Odette de Godoy Pinheiro e Rose Mary Frezza), bem como Marisa Japur, da USP de Ribeirão Preto, e seus orientandos e orientandas (entre eles/as Emerson Rasera e Carla Guanaes), saiu o novo livro – *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*, publicado pela Cortez em 1999 (reeditado em 2013 pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais) – carinhosamente referido como nosso “pretinho básico” (dada a cor da capa e o caráter ainda inicial das proposições ali apresentadas). Este livro inaugura o que poderíamos definir como linhas gerais de um construcionismo à brasileira, que produz questões e proposições em diálogo com as leituras de Kenneth Gergen, por um lado, e de Tomás Ibáñez e seus interlocutores(as), por outro.

Na busca de apresentar, ainda que brevemente, eventos-chave que me levaram ao movimento construcionista, nesse meio tempo, fui convidada a coordenar o componente sociocomportamental do Projeto Bela Vista (Determinação da incidência de HIV entre homossexuais e bissexuais masculinos em preparação para testes de eficácia da vacina anti HIV-Aids). O projeto durou seis anos (1994 a 2000), período durante o qual também integrei a Comissão Nacional de Aids. Além da familiarização com autores(as) teoricamente críticos e ativistas dos movimentos da Aids, essa fase trouxe à baila a questão do poder e da governamentalidade. Foi por esse caminho que cheguei aos estudos sobre risco – mais especificamente sobre linguagem do risco como estratégia de governamentalidade. Novo encontro com a obra de Foucault, desta vez com a trilogia de cursos do Collège de France relacionados à biopolítica<sup>7</sup>.

Assim, o caminho estava pavimentado para mais um posicionamento em relação à produção de conhecimentos: o movimento construcionista. No entanto, o que acabamos desenvolvendo no Núcleo de Pesquisa foi uma vertente construcionista que descrevo sempre como um triângulo: no ápice, as reflexões epistemológicas e ontológicas (sempre em movimento); na parte inferior do triângulo, de um lado a questão da linguagem em uso e, do outro lado, a dimensão da governamentalidade.

Porém, a gente não viaja só e além do companheirismo do Peter, dos encontros com orientandos(as) e ex-orientandos(as) e das várias iniciativas

7 Em defesa da sociedade (1975-76); Segurança, território, população (1977-78); Nascimento da biopolítica (1978-79).

coletivas e eventos, há outro interlocutor que vem nos fazendo companhia, seja quanto ao movimento construcionista, seja nos novos caminhos que não deixam de aparecer como oportunidades para “deixar a conversa fluir” (como sugere Rorty). Seu nome é Lupicínio Íñiguez-Rueda, carinhosamente conhecido como Lupi.

Conheci Lupi no *Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia* (SIP), realizado em 1997 na PUC, em São Paulo, do qual fui Vice-Presidente. Lupi e suas colegas estavam sempre na companhia de professores da Universidade Central da Venezuela, Maritza Montero, Esther Wiesenfeld e Euclides Sánchez, com os quais eu já mantinha longa interlocução, por ter ido a Caracas para ministrar cursos. Fazíamos parte dos pesquisadores ditos “críticos” na América Latina.

Lupi havia tido uma experiência bem ruim em São Paulo e, inicialmente, não foi muito simpático às nossas aproximações. Eventualmente, no encontro seguinte da SIP, em Caracas, e a partir da interlocução com ele quando da participação de orientandos (Vera Menegon e Benedito Medrado) no *I Encontro de Doutorandos em Psicologia Social*, promovido pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), conseguimos convencê-lo a vir a São Paulo como pesquisador visitante, em 2000. Naquela ocasião, ele ministrou o curso *Construccionismo e Memória Social*. Nessa época, portanto, eu estava intensamente inserida no “movimento construcionista” tendo, inclusive, ido à Universidade Autônoma de Barcelona em três ocasiões como professora convidada.

Com essa trajetória teórica um pouco nômade, tal como havia acontecido com a TRS, as coisas logo começaram a mudar. Contudo, creio que havia aprendido a lição de que rupturas nem sempre são de fato rompimentos.<sup>8</sup> Nosso primeiro encontro da “rede construcionista”<sup>9</sup> ocorreu concomitantemente em Fortaleza (na praia de Lagoinha) e São Paulo, em junho de 2003. Revendo a bibliografia que utilizamos, não constam textos de autores(as) associados diretamente ao movimento construcionista. Constam capítulos do livro *Actor Network Theory and After* (Law & Hassard, 1999), textos de Donna Haraway e de Francisco Maturana.

Resultaram desse encontro apresentações feitas na mesa-redonda *Psicologia social@materialidades.net: dialogando com dissidentes contemporâneos*, no *XII Encontro Nacional da ABRAPSO*, realizado em Porto Alegre, em outubro de 2003. Nessa mesma ocasião, Lupi fez a conferência de abertura intitulada *La psicología social en la encrucijada postconstruccionista*:

8 Haja vista que, no Google Scholar, o segundo texto mais citado é sobre representações sociais: O conceito de representação social na abordagem psicossocial (1993c).

9 Criada em 2001, durante o Encontro da ABRAPSO realizado em Florianópolis.

*historicidad, subjetividad, performatividad, acción*, posteriormente publicado em livro organizado por Neuza Guareschi, em 2004.

A conferência de Lupi e as leituras e discussões do encontro em Fortaleza abriam dois caminhos, que poderíamos definir como pós-construcionistas, não necessariamente confluentes, mas com certas interlocuções: reflexões feministas pautadas por leituras críticas sobre ciência, identidade e poder, com base em debates sobre performatividade, interseccionalidade e decolonialidade do ser/saber/poder, e uma segunda linha mais interessada pelos aportes de autores(as) da Teoria Ator-rede. Minha opção foi pelo segundo caminho.

Como a produção de conhecimentos esteve sempre no cerne de minhas reflexões, creio que minha entrada no campo da Teoria Ator-Rede veio por meio dos estudos da sociologia da ciência, entre eles, *A vida de laboratório* (Latour & Woolgar, 1979/1997) e *Ciência em ação* (Latour, 1998/2000). Outros(as) autores(as) e outros temas desta sociologia simétrica foram sendo paulatinamente explorados e, como relatam Ricardo Pimentel, Vera Menegon e esta vossa entrevistada, nos tornamos, de certo modo, pioneiros no uso dessa abordagem na psicologia social.<sup>10</sup>

Para encerrar, tomo emprestada a famosa afirmação de Antoine Lavoisier sobre conservação de massas: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Estranha opção, talvez, já que, seguindo pistas pós-construcionistas, a natureza, como entidade, só existe se a pensarmos como materialidades relacionais. Porém, tomando a frase como figurativa e retórica, ela nos cai bem: em nossas trajetórias nada se perde, tudo se transforma; tudo pode ser ressignificado. Do mergulho na teoria das representações sociais, sobrevive o interesse pelos estudos sobre o cotidiano e o conceito de repertórios interpretativos (Potter & Wetherell, 1997)<sup>11</sup>. Perde-se a noção mais estruturada de teorias compartilhadas que se transmutam, cedendo lugar a um interesse genuíno sobre a polissemia e a contradição nos processos de produção de sentidos. Abandonamos os significados e passamos a pensar mais nos sentidos como efeitos e direções. O foco sócio-histórico permanece, mas também de forma menos estruturada, como possibilidades de sentidos, afinal, como sintetiza Ian Hacking, no livro *The social construction of what?* (1999), o “X” (um fenômeno qualquer) não precisava ter sido assim. A premissa de Donna Haraway sobre o privilégio da perspectiva parcial (1995) passa a ser revista fundamentada nas noções contemporâneas de multiterritorialidades (Haesbert,

10 Sobre o uso da TAR na PUCSP: Mélo, M. J. Spink & Menegon (2016). Contudo, somos bastante isolados. O grupo mais influente na difusão da TAR na Psicologia está localizado no Rio de Janeiro. Vide, por exemplo, Ferreira, Freire, Moraes & Arendt (2010).

11 Benedito Medrado, em artigo publicado em 1998, faz uma síntese dos elementos que consideramos centrais em nossa leitura sobre repertórios.

2004/2020) de modo que local e global sejam considerados como redes heterogêneas de materialidades e socialidades (Law & Mol, 1995). E o grande enigma, para mim e para quem me acompanha nessas viagens, é como colocar isso tudo em prática em nossas pesquisas. Sejam “empíricos”, abrindo-nos a experimentos sobre “como fazer” ou simplesmente “como temos feito”, sem buscarmos receitas, mas apostando no potencial criativo das nossas narrativas sobre desafios, escolhas e negociações éticas nos caminhos metodológicos.

**Você destacou a importância da noção de tempo para a psicologia social e nos apresentou as noções de tempo longo, tempo vivido e tempo curto. Qual a importância da história para as pesquisas na área? Quais os desafios de trabalhar simultaneamente com esses tempos?**

Sem um olhar situado, estaríamos inevitavelmente presos a um presente que nos impediria de ter uma visão crítica do que se passa. Porém, não se trata apenas de ter familiaridade com as obras de historiadores – até porque há muitas vertentes de história. Não se trata apenas, mas é fascinante ler narrativas sobre o passado. Contudo, o que me mobiliza, nessas leituras, é entender a presença do passado no presente e no futuro potencial. A linearidade cede lugar às interdependências dos tempos. O que se mantém como verdade (ou pelo menos como repertório de verdade), quando pensamos, por exemplo, nossa experiência da pandemia da covid-19, seja como sujeitos assujeitados ao vírus sars-cov-2, seja como cidadãos que se posicionam a respeito da condução das ações por governantes. A história de epidemias e pandemias passadas nos ajuda a entender o momento presente,

A noção tripartite de temporalidade foi desenvolvida ao longo de alguns anos: 1992 (*Social Representations – the wonderful world of paradoxes*); 1993 (O contexto como pretexto); 1996 (*The narrative constitution of social selves*) e 1999 (*Making sense of illness experiences*). O texto de 1999, publicado pouco antes do “pretinho básico”, tem por subtítulo *Integrating the cultural-historical and local-situated levels for understanding meaning* (M. J. Spink, 1999b). É talvez a explicitação mais elaborada dos desafios de trabalhar simultaneamente esses tempos. Vejamos um trecho síntese:

Assim, a compreensão dos sentidos na vida cotidiana requer um duplo esforço: focalizar a cadeia concreta de enunciados que ocorrem em *contextos locais*, a fim de compreender a especificidade aqui e agora do diálogo; e mapear o *contexto histórico-cultural* mais geral que molda as diversas linguagens sociais e gêneros de linguagem.... Mapear o contexto histórico-cultural é, acima de tudo, uma incursão na história das ideias. Implica o desenvolvimento de uma sensibilidade

histórica (em vez de ser um exercício de fazer história) com o objetivo de apreender a possibilidade de sentido em nível coletivo (M. J. Spink, 1999b, p. 84).<sup>12</sup>

A proposta, neste texto, integra conceitos como imaginário social de Catoradis; cultura de Geertz; *habitus* de Bourdieu e muitos conceitos de Bakhtin, especialmente o de dialogia. Mas, como fazer isso? Bem, para além da prática em análise das interações face a face, há que se desenvolver a tal sensibilidade histórica – bom para quem gosta de ler!

### **Vários de seus trabalhos enfocam o cotidiano. Como você define essa noção? E como ela orienta suas práticas de pesquisa?**

O cotidiano nada mais é que o fluxo da ação no dia a dia. Uma coisa é perguntar sobre o que alguém fez: quando, como fez e como se sentiu fazendo. Outra coisa é estar junto, compartilhar ou acompanhar uma ação que se dá em um lugar (ou lugares). A noção de cotidiano e a noção de lugar andam de mãos dadas. É um conhecimento situado que está ancorado em um lugar, mas reverbera em muitos lugares. Portanto, se lugar remete a territórios de vivência (Koga, 2013), a possibilidade de ação também está em outros lugares, em redes heterogêneas de materialidades e socialidades que remetem à noção de multiterritorialidades (Haesbert, 2004/2020). A importância de pesquisas no cotidiano para a psicologia social foi por mim explicitada em artigo publicado em 2007: *Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia*.

Um exemplo bastante antigo de pesquisa no cotidiano decorre de nossa participação (Peter e eu) na organização de um curso piloto visando à criação de um Centro de Educação e Comunidade do qual participaram alunos da Faculdade de Educação do *Trinity College de Camarthen*. O curso, realizado há meio século, em 1971, foi baseado na imersão em uma comunidade de um bairro no sul de Londres e envolveu três exercícios:

1) passeios em dupla para observação do espaço físico de uma área por nós delimitada. Foram estabelecidas seis rotas e o exercício envolveu duas etapas: a) passeios individuais ou em grupo; b) convite para um(a) morador(a) para refazer o trajeto (*strolling interview*) para conversar sobre esse mesmo espaço físico;

2) observação de padrões e dinâmicas de interação em um centro comunitário; e

12 "Thus, understanding meaning in everyday life requires a double effort: focusing on the concrete chain of utterances that take place in *local-situated contexts* in order to understand the here-and-now specificity of dialogue; and mapping the more general *cultural-historical context* that shapes the various social languages and speech genres.... mapping the cultural-historical context is above all an incursion into the history of ideas. It implies the development of a historical sensibility (rather than being an exercise in history making) with the aim of apprehending the possibility of meaning at the collective level."(p. 84)

3) observação em uma diversidade de *Behaviour settings* (Barker & Wright, 1955/1971).

Metodologia semelhante foi utilizada na segunda fase do projeto *Controle e uso de tabaco* em espaços públicos de convivência: um estudo sobre a comunicação de riscos à saúde, desenvolvido com bolsa produtividade do CNPq de 2006 a 2009, em que buscamos colocar em confronto estratégias de controle do tabaco e seu uso em espaços públicos de convivência, quando a criminalização dessa prática começava a ser esboçada. De modo a tornar essa proposta viável, delimitamos um território dentro do espaço urbano que possibilitasse contrapor a diversidade de usuários com certo grau de compartilhamento de práticas culturais. As observações foram feitas em dois momentos e espaços distintos: no *campus* da Monte Alegre e no “quadrilátero da PUCSP” (ruas que circundam a universidade).

Um exemplo mais recente é a pesquisa atualmente em desenvolvimento também com bolsa produtividade do CNPq: versões de moradia digna na periferia sul do município de São Paulo (2017- em andamento). Mais uma vez, nos apoiamos na experiência de que há muitas vantagens em definir um território de abrangência, no caso uma paróquia da Zona Sul do município de São Paulo. Como em tantas outras pesquisas, esta envolveu várias fases, uma delas baseada em passeios em companhia de moradoras para conhecer a área, e em visita às casas de várias interlocutoras. Conhecer o bairro pelas mãos de moradoras possibilitou uma visão muito distinta, pois colorida pela conversa continuada sobre os locais por onde passávamos, suas histórias e seus problemas. E, como o objetivo era entender como se atribuía dignidade à casa, as visitas e entrevistas sobre a história de cada casa foram fundamentais. Para tanto, fomos desenvolvendo aproximações, mas também fluxos e movimentos em campo-tema.

Portanto, pesquisar no cotidiano é estar lá, conversar, passear junto.

### **Como você vê as dimensões ética e política nas abordagens construcionistas? E como essas dimensões impactam a pesquisa em psicologia social?**

A questão da ética foi abordada em muitos textos já publicados (por exemplo, M. J. Spink, 2000) nos quais busco diferenciar a ética prescritiva dos códigos e a ética na condução das pesquisas. O referido texto tem sido amplamente utilizado, inclusive em processos seletivos para pós-graduação. Em minha leitura, é preciso ter normas para que não haja formas abusivas de realização de pesquisas, portanto não se trata de nos posicionarmos contrários(as) aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). Porém, não basta ter o aval de um CEP. O que conta é como atuamos no dia a dia da pesquisa, e aqui, mais do que reflexões construcionistas ou pós-construcionistas, é a assunção ética da comunicação

como interanimação dialógica que está em pausa. Para essa reflexão, meu guia tem sido Mikhail Bakhtin (1994). Se levamos a sério que interação é dialógica, então, nossa corresponsabilidade junto ao(à) outro(a) fica evidente.

Tal postura também remete à questão política. Não se trata de nos posicionarmos em uma das muitas dimensões políticas teóricas ou partidárias. Trata-se da responsabilidade por nossas opções. Uma das maneiras de pensar essa corresponsabilidade é por meio da reflexão proposta por Annemarie Mol sobre ontologias políticas (1999). Se a realidade é múltipla no plano ontológico, então temos opções em nossas práticas. Por exemplo, no plano da gestão, no momento atual da pandemia de covid-19, são definidas prioridades para vacinar diante da escassez de vacinas disponíveis. Haveria muitas maneiras de definir prioridades, assim como muitas maneiras de inventar novas prioridades. São decisões sobre práticas que têm consideráveis implicações sanitárias que remetem, certamente, a dimensões políticas sobre cidadania.

Não saberia dizer como isso impacta a pesquisa em psicologia social. Estamos acostumados a ouvir que a pesquisa visa à transformação social e, mais recentemente, os órgãos responsáveis pela avaliação de programas de pós-graduação, assim como várias agências financiadoras de projetos, incluíram em seus quesitos o impacto social das pesquisas realizadas. Porém, para além do refrão fácil, seria muito difícil avaliar o impacto da dimensão política nas pesquisas em psicologia social.

**No livro *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* (M. J. Spink, 2010), você afirma que há muitos construcionismos, havendo, inclusive, divergências epistemológicas e ontológicas entre as várias vertentes. Quais as principais diferenças entre essas várias abordagens?**

Não diria que há muitos construcionismos. Há muitos pesquisadores e pesquisadoras que buscam escapar dos grilhões das formulações empiristas baseadas na crença da verdade única, no intento de espelhar a natureza e de descortinar seus segredos por meio do rigor dos métodos hipotéticos dedutivos; formulações que buscam, enfim, questionar a autoridade científica ou o modelo moderno de ciência. São muitos: por exemplo, em minha trajetória de pesquisa sobre linguagem dos riscos, o sociólogo Ulrich Beck foi relevante, sobretudo seu livro *Risk Society* (1993). De acordo com Beck, na modernidade reflexiva, a ciência também se volta contra si mesma, tornando-se objeto não só de acordos, mas de disputa. Ou seja, mais do que “muitos construcionismos” diria que há muitos que, nesta contemporaneidade, problematizam o que seria “conhecimento legítimo”. E essa multidão vem de contextos teóricos muito distintos.

Se considerarmos mais especificamente o construcionismo social – as vertentes do movimento construcionista que floresceram no âmbito da psicologia social – a análise de Kurt Danzinger continua sendo um bom começo para entender essa variedade. Danzinger (1997) analisou 11 volumes da série *Inquiries in Social Construction*, editada por Kenneth Gergen e John Shotter, visando entender o que havia em comum e quais as desavenças entre autores e autoras que, de alguma forma, se identificavam com essa abordagem. Uma empreitada de fôlego, considerando que vários livros da série eram compêndios e nem todos(as) se identificavam como construcionistas. A análise do autor cobre um período de quatro anos (1990-1994). O artigo está estruturado em três partes: na primeira, o foco são as raízes do construcionismo social para os(as) autores(as) desta série de publicações; a segunda se volta aos temas e preocupações (*concerns*) compartilhados pelos(as) autores(as); na terceira, aborda as tensões que se fazem presentes nos textos dos 11 volumes analisados. Complementa sua análise com uma revisão de três livros que, diferente dos demais, são de autoria (ou coautoria) única.

Certamente não cabe aqui reproduzir a análise de Danzinger (1997), mas vale destacar que ele introduziu uma distinção que ficou bastante conhecida entre nós: o construcionismo “*light*” e o construcionismo “*dark*”. Um continuum, e não uma polaridade<sup>13</sup>. Na versão *light*, o discurso tem centralidade: “as pessoas constroem suas vidas no discurso, e assim a remoção de ameaças à transparência e multiplicidade do discurso enriquece a qualidade de vida”<sup>14</sup>. (p. 410). Embora discurso seja base da abordagem dos autores de Loughborough (Jonathan Potter; Michael Billig; Derek Edwards; David Middleton), dificilmente eles se enquadrariam nessa versão *light* dado que suas reflexões rompem com uma convenção fortemente arraigada de que o indivíduo é a unidade básica da psicologia. “Eles o fazem através da localização do fenômeno psicológico no espaço interpessoal de conversação.”<sup>15</sup> (p. 411). De certo modo, é uma abordagem mais próxima à sociologia do conhecimento, pelo menos quanto à importância do contexto: “se a cognição humana é sempre parte de um desempenho socialmente situado, então sua interpretação irá de fato variar de acordo com a natureza da ocasião social” (p. 414)<sup>16</sup>.

13 Tomás Ibáñez faz uma leitura semelhante em texto publicado em 1994, no qual se refere a três intensidades de posturas construcionistas (forte, fraco e médio ou semiconstrucionista), tomando como referência o modo como o/a autor/a compreende a noção de verdade e de linguagem em sua produção.

14 “People construct their lives in discourse, and so removing threats to the openness and multiplicity of discourse is life-enhancing.”(p. 410)

15 “They do so by locating psychological phenomenon in the interpersonal space of conversation.”(p. 411).

16 “If human cognition is always part of a socially situated performance, then its interpretation will indeed vary with the nature of the social occasion.”(p. 414).

O que dá especificidade à versão “*dark*” é a ênfase nos aspectos não discursivos das relações humanas, aspectos relacionados à questão do poder. Há nessas versões conotações marxistas, mas também influência de obras de Foucault relacionadas à questão do poder/saber.

Eu complementaria essa análise com mais um complicômetro: autores(as) não ficam parados no tempo. Emerson Rasera, por exemplo, realizou seu pós-doutorado no Núcleo de Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano (NUPRAD), na PUCSP, e a pesquisa versava sobre a obra de Kenneth Gergen. Um dos artigos de Emerson, ora em elaboração, segue as teorizações de Gergen sobre a noção de *self* em uma perspectiva diacrônica. Então, a qual Gergen estaríamos nos referindo ao situá-lo em uma ou outra vertente construcionista? É um belo exemplo de como é difícil, senão impossível, comparar abordagens.

Ainda poderia acrescentar que, para muitos(as) autores(as) ditos(as) construcionistas na psicologia, há um evidente silêncio sobre ontologia. É mais fácil discutir questões epistemológicas, seja na vertente da construção histórica do modo como certos fenômenos são performados, seja na vertente mais relacional de como produzimos sentidos em nossas interações cotidianas. Portanto, podemos levar adiante um belo programa de pesquisa que visa o cuidado de nossos(as) interlocutores(as) em que a reflexão sobre a relação que estabelecemos tem papel primordial. Contudo, nosso interesse pode ir além das interações face a face, e nosso foco poderia se concentrar em como certos saberes se tornam hegemônicos; nessa direção, a reflexão epistemológica se torna fundamental.

Diria, porém, que a reflexão ontológica não costuma estar muito presente nos textos construcionistas. Ainda não! Todavia, adentramos, segundo os próprios geólogos estratigrafistas – aqueles/aquelas que estudam a história da terra se baseando na análise de rochas --, em uma nova era, o Antropoceno, onde não há mais como separar natureza e sociedade. Nossas práticas e artefatos técnicos ficam inscritos ou impressos na história das rochas. Creio que serão as reflexões sobre aquecimento global, desastres e catástrofes a ele relacionadas e até mesmo possibilidades de extinção da vida tal qual a conhecemos, que nos forçarão – a nós psicólogos (pois essa discussão já está na pauta das reflexões e pesquisas de muitos/as) – a encarar questões ontológicas.

### **Quais dessas abordagens mais influenciaram a psicologia social brasileira, de uma forma geral, e suas pesquisas, em específico?**

Provavelmente, toda narrativa construcionista começa citando um texto de Gergen: a psicologia como história (1973). De resto, depende de qual vertente seja mais presente. Se forem pesquisadores/as que passaram pelo

NUPRAD, as correntes espanholas (e catalãs), capitaneadas por Thomás Ibáñez e Lupicínio Íñiguez-Rueda se farão presentes. Se a psicologia da USP de Ribeirão Preto tiver sido o berço dessas reflexões, em diálogo com Marisa Japur, abordagens terapêuticas grupais relacionais estarão mais presentes, com influência de autores/as associados/as ao Taos Institute dos EUA. E, se as trajetórias levam a posturas mais pós-construcionistas, em que questões de gênero, raça e sexualidade têm prioridade, então, as abordagens construcionistas serão pontos de articulação iniciais, e a literatura sobre feminismo como projeto político-científico na ciência e sobre interseccionalidade e decolonialidade terão precedência. Se tiverem passado por mais de um desses grupos, certamente novas dobras terão sido produzidas.

Quanto às minhas pesquisas, a longa introdução a esta entrevista já deve ter dados suficientes pistas.

**Se uma pesquisadora ou pesquisador iniciante chegasse até você e expressasse seu interesse em fazer pesquisa adotando uma abordagem construcionista e lhe perguntasse por onde deveria começar, o que você responderia? Por quais autores(as) você sugeriria que ele(a) começasse suas leituras? Quais cuidados deveria ter em seu projeto de pesquisa?**

Não sei. É uma pergunta difícil cuja resposta poderia dar uma falsa ideia de porto seguro, na medida em que meus próprios orientados e orientandas se declaram perdidos! E não vejo isso, necessariamente, como um problema. Em linhas gerais, tudo depende da voracidade ontológica ou epistemológica de cada uma/um. Se tivesse que recomendar uma única leitura, considero que o livro *A Construção social da realidade* (Berger & Luckman, 1978) seria um excelente começo – para não assustar e, ao mesmo tempo, ampliar o olhar para além das perspectivas psicossociais. De resto, creio que sugeriria ler pesquisas cujas(os) autoras(es) entenderam a proposta construcionista (ou pós-construcionista) e souberam fazer uso de modos de pesquisar coerentes com a abordagem escolhida. Dou três exemplos:

1) Derek Edwards e David Middleton. *Conversational remembering and family relationships: how children learn to remember*. *Journal of Social and Personal Relationships*, v. 5, p. 3-25, 1988.

2) Vera Mincoff Menegon. *Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano*. 1998. 235 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

3) Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro. *Além das Secas e das Chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de*

*Pernambuco*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Quanto aos cuidados: uma boa compreensão das questões éticas na pesquisa, dando prioridade ao cuidado relacional, é primordial. O segundo cuidado é de não colocar muitos ingredientes na sopa: ao usar muitos autores e autoras para demonstrar suposta erudição corre-se o risco de gerar uma cacofonia, uma produção retalhada que torna a leitura indigesta.

Assim, encerro esta entrevista agradecendo a oportunidade de rememorar alguns eventos dessa longa trajetória que, por um lado, não se encerra em si mesma, posto que não temos domínio sobre apropriações de nossas produções e, por outro, é uma trajetória que dialoga com as de tantos(as) outros(as) e que, portanto, se constrói na multivocalidade típica de empreendimentos coletivos.

**Obrigado!**

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

# CAPÍTULO 5

## DIÁLOGO COM TOMÁS IBÁÑEZ

Tomás Ibáñez  
Felipe Tavares Paes Lopes

---

### 5.1 Para começo de conversa...

Nascido em 1944, em Zaragoza (Espanha), Tomás Ibáñez Gracia é herdeiro da tradição libertária, com uma trajetória intelectual marcada, ao mesmo tempo, pela recusa radical de se submeter a qualquer tipo de dogma teórico e pela vontade de renovar constantemente seu próprio pensamento. Um pensamento que está, portanto, em movimento, sendo refratário à estagnação e à mera repetição de ideias-prontas cristalizadas nas mais diversas correntes teóricas. Exemplo de sua recusa a essa repetição é o seu convite para abandonarmos a (falsa) segurança do continente platônico – fundado sobre a ilusão dos absolutos – e nos lançarmos nas águas turbulentas do relativismo. Apesar de pensadores(as) dos mais diferentes matizes ideológicos evitarem navegar nessas águas, segundo o autor, elas podem nos levar a novas paisagens, que estimulem, mais do que qualquer outra, o desejo de interrogar e pensar as relações de poder.

Aliada a suas atividades intelectuais, Ibáñez engajou-se, ao longo de toda a sua vida, em atividades políticas, sempre questionando as diversas formas de dominação que caracterizam as sociedades atuais. Em 1968, por exemplo, participou, de forma muito ativa, dos acontecimentos revolucionários que ocorreram na França – país onde viveu durante parte de sua vida. De volta à Espanha em 1973, participou das tentativas de reconstrução do anarco-sindicalismo espanhol. Paralelamente, doutorou-se e tornou-se professor de psicologia social da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), onde chegou a ocupar o cargo de vice-reitor. Também cofundou a *Revista Archipiélago* e escreveu diversos artigos e livros sobre o movimento anarquista, o construcionismo e o relativismo, estabelecendo um fértil diálogo com pensadores como Cornelius Castoriadis, Michel Foucault, Richard Rorty e Michel Serres.

O diálogo com esses autores pode ser lido, em particular, no livro *Contra la dominación* (Ibáñez, 2019) – que, em certo sentido, dá continuidade às reflexões que faz em *Municiones para disidentes* (Ibáñez, 2001a). Neste último, desenvolve uma poderosa crítica ao absolutismo (ontológico, epistemológico e ético), colocando em xeque o legado do pensamento moderno. Ao fazer isso, analisa (e critica) o que denominou de “ideologia da representação”.

Ideologia que, segundo ele, é a base de tal pensamento, alimentando quatro mitos: o do conhecimento válido como representação correta e confiável da realidade; o do objeto como elemento constitutivo do mundo; o da realidade como entidade independente de nós e o da verdade como critério decisório. A fim de rechaçar esses mitos, defende, entre outras ideias, que toda forma de conhecimento (inclusive, o considerado verdadeiro) é uma construção nossa e que, portanto, é tão contingente e relativo a nossas práticas quanto qualquer outra coisa que fazemos.

De acordo com Ibáñez, essa defesa conduz-nos diretamente aos marcos da perspectiva construcionista, que discute em diversas produções, como o livro *Psicología Social Construccionalista* (Ibáñez, 2001b). Nele, analisa, entre outras coisas, as contribuições de diversos(as) autores(as) – em particular, Kenneth J. Gergen – para a constituição de tal perspectiva, argumentando que ela é crítica na medida em que questiona tudo aquilo que é dado como óbvio, evidente, natural, insistindo no caráter cultural e historicamente situado de qualquer referencial interpretativo. Afinal, o construcionismo, como observa, chama nossa atenção para o fato de que realidade social é construída por meio de práticas concretas desenvolvidas pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas ao mesmo tempo em que define os marcos de possibilidade dessas práticas.

Além de analisar as contribuições do construcionismo para o campo psicológico, Ibáñez indica algumas possíveis críticas a ele. Por exemplo, no artigo *La construcción social del socioconstruccionismo: retrospectiva y perspectivas* (Ibáñez, 2003), chama a nossa atenção para o fato de que, de modo geral, as análises construcionistas não deram a devida atenção às práticas de caráter não discursivo, esquecendo da importância das condições materiais de existência para a compreensão dos fenômenos e processos sociais. Também indica que elas possuem certa resistência para retirar as consequências explicitamente políticas de seus próprios pressupostos. Ao discutir os limites do construcionismo, o autor é coerente com a sua posição de que, a fim de não perder sua criticidade, tal perspectiva não deve ser fixada em um conjunto de conceitos acabados, mas permanecer em movimento – o que implica discutir constantemente seus próprios pressupostos.

A chamada psicologia social crítica – que inclui o próprio construcionismo, mas não se esgota nele – também foi objeto de várias obras de Ibáñez, como o clássico *Critical Social Psychology*, que ele organizou conjuntamente com Lupicínio Íñiguez (Ibáñez & Íñiguez, 1997). Da mesma forma, o papel desempenhado pela linguagem, tanto nas Ciências Humanas e Sociais quanto na formação dos fenômenos que costumam estudar, tem sido sistematicamente por ele analisado. Na coletânea *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*, encontramos aquele que, provavelmente, é um dos seus mais conhecidos textos no Brasil: *O “giro linguístico”* (Ibáñez

Gracia, 2004). Tomando como ponto de partida a tradição cartesiana, Ibáñez mostra como a linguagem foi deixando de ser vista como uma roupagem com a qual apresentamos nossas ideias para o exterior para ser vista como a própria condição do pensamento, isto é, como produtora de ideias. Mas não apenas, também de identidades, práticas e relações sociais. A linguagem, como nos recorda, passou a ser vista como ação sobre o mundo e, portanto, como um instrumento para atuarmos nele. Ideia que, segundo o autor, foi fundamental para o próprio desenvolvimento do construcionismo.

Além de analisar o construcionismo (e contribuir para seu desenvolvimento), Ibáñez, como já antecipamos, discutiu o movimento anarquista (e sua atualidade) em diversas produções, como o livro *Anarquismo é movimento* (Ibáñez, 2015). Nessas produções, sustentou, entre outros argumentos, que esse movimento não deve ser concebido como um conjunto cristalizado de ideias e estratégias de luta, uma vez que as diferentes práticas de dominação, contra as quais desfralda sua bandeira, estão em constante transformação. Também mostrou que, hoje em dia, a atividade revolucionária consiste, principalmente, em criar fragmentos de uma sociedade paralela, que possam transformar a nós mesmos. Diante disso, argumentou que tal atividade envolve, necessariamente, um processo de dessubjetivação. Processo que, de acordo com ele, é coletivo; não meramente individual. Assim, seja no campo político seja no científico, o autor parece apostar suas fichas na luta coletiva. Uma luta que deve dirigir seus esforços para debilitar a força dos diversos tipos de autoridade e mecanismos de dominação que constroem a nossa autonomia. Uma luta pela liberdade que, paradoxalmente, já é, em si mesma, um exercício de libertação.

## 5.2 Com a palavra, Tomás Ibáñez

**Seus textos tiveram forte impacto no movimento construcionista brasileiro, especialmente no campo da psicologia social. Como foi seu encontro com a obra de autores(as) construcionistas e qual foi a importância deste encontro na sua forma de pensar e de fazer pesquisa?**

No final dos anos 60, tendo recém-concluído meus estudos de psicologia, tive a sorte de começar a trabalhar no *Laboratoire de Psychologie Sociale* da Sorbonne, ligado ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). No início, meu trabalho consistia em ler e analisar as revistas especializadas recebidas pelo Laboratório, o que me possibilitou acompanhar de forma privilegiada grande parte da produção científica da disciplina [psicologia social]. O resultado foi uma insatisfação crescente com as orientações dominantes que as revistas científicas, muitas delas vindas dos EUA, difundiram na França, assim

estive muito atento à crise que abalou a minha disciplina nos anos setenta, bem como às perspectivas renovadoras que se seguiram nos anos oitenta.

Interpretei a crise como uma das manifestações do choque de paradigmas que estava sendo produzido em um plano muito mais geral entre diferentes concepções do conhecimento científico, e isto levou-me a ler com grande interesse os textos de autores que partilhavam essa interpretação, especialmente os de Kenneth Gergen, cuja teoria generativa logo evoluiu para o socioconstrucionismo.

Depois desse primeiro contato intelectual, veio a relação pessoal e o debate presencial graças ao simpósio que organizamos na minha universidade em junho de 1987 sob o título *Social psychology in the making*, e que contou com a participação, entre outros, dos Gergens – Ken e Mary –, John Shotter e John Searle. Esse encontro deu asas à inserção da minha docência e investigação na esfera de um paradigma destinado a promover uma nova inteligência da realidade social, preocupada não só em compreendê-la e explicá-la, mas também em transformá-la numa perspectiva emancipatória.

### **Seu trabalho é marcado pela reflexão sobre relativismo, construcionismo e anarquismo. Quais são as semelhanças e diferenças entre relativismo e construcionismo? É possível ser um(a) construcionista sem ser relativista ou vice-versa?**

Começarei por este último ponto, claro que é possível ser um construcionista sem ser um relativista, diria que isto é o mais habitual. Sem dúvida, o construcionismo e o relativismo partilham uma série de pressupostos, tais como a ênfase na historicidade e na importância das práticas, ou a crítica ao essencialismo, o que aproxima ambas as orientações. Contudo, isto não significa que os socioconstrucionistas devam necessariamente adotar o quadro geral do relativismo, nem que os relativistas devam subscrever todas as teses do socioconstrucionismo. Mais ainda, ao tratar de dois âmbitos claramente diferenciados, uma vez que se trata, por um lado, de uma orientação filosófica geral e, por outro, de uma orientação específica em um determinado campo do conhecimento, faz pouco sentido realizar uma abordagem comparativa em termos de diferenças e semelhanças entre os dois. O mais prudente seria limitarmo-nos a sublinhar que não há nada entre eles que os confronte ou os torne incompatíveis, mas sim o oposto.

Se quisermos ser mais precisos, temos de especificar que tipo de relativismo queremos comparar com que tipo de construcionismo, porque não existe o relativismo. É mais conveniente falar de relativismos, diferenciando-os de acordo com o que relativizam (relativismo ético, relativismo ontológico, relativismo da verdade etc.) e segundo o grau em que o relativizam.

Existe, evidentemente, uma ligação comum entre todos eles, e isto é explicitado naquela que seria a definição mais geral e abstrata do relativismo: nenhum X é incondicionado, independentemente do que X se refere, e isto significa que tudo é relativo a algo diferente de si mesmo e que a sua existência não se esgota em si mesma, mas depende de outros elementos que o tornam possível. Dito de outra forma, não há nada que seja em si mesmo, as coisas não passam do nó, ou do feixe das relações que as constituem. O relativismo está, portanto, necessariamente inscrito no quadro do contextualismo e na esfera do relacional.

Por sua vez, o construcionismo, que também é plural, enfatiza a forma concreta como as coisas, longe de serem dadas em si mesmas em virtude da sua natureza supostamente essencial, resultam de conjuntos de práticas sociais que lhes conferem suas características constitutivas em cada contexto sócio-histórico. É a mesma oposição frente ao postulado essencialista assumido por grande parte da filosofia ocidental desde a época de Platão que aproxima o relativismo e o construcionismo.

### **Na mesma linha, como vê os diálogos teóricos e políticos entre o construcionismo e o anarquismo?**

Mais que um diálogo entre duas entidades de natureza bastante diferente – uma vez que se trata de uma orientação de caráter acadêmico, por um lado, e de um pensamento coletivo e de um movimento político, por outro –, penso que podemos destacar a existência de alguns pontos de convergência e um certo ar de família entre eles, ainda que apenas em alguns aspectos. Pode-se citar, por exemplo, um espírito crítico semelhante face a discursos baseados em argumentos de autoridade – seja no quadro da ciência ou na esfera política –, ou também uma sincronia em relação à importância que ambos atribuem às práticas como formativas de realidades, por oposição à tendência geral de essencializar o que existe e o que está instituído.

Existe uma relação direta entre anarquismo e política porque o anarquismo é, entre outras coisas, um *corpus* de concepções, práticas, lutas, realizações e experiências históricas de certos movimentos sociais, que pertence à esfera política. Em suma, é impossível ser anarquista e não estar diretamente envolvido na atividade política. No entanto, é perfeitamente possível ser construcionista e manter uma total indiferença em relação à política. Contudo, há uma série de pressupostos no construcionismo que tornam muito difícil conciliar, por um lado, a opção pelo construcionismo e, por outro, as atitudes políticas de caráter reacionário. Embora o socioconstrucionismo não tenha uma cor política precisa, e nem sequer exija um compromisso político, não há dúvida de que constitui uma opção que politicamente tende para o polo progressista.

**No Brasil, observamos que o movimento construcionista é fortemente influenciado por autores(as) espanhóis(las), especialmente da Universidade Autônoma de Barcelona, e por autores(as) norte-americanos(as), tais como Kenneth Gergen. Do seu ponto de vista, quais são os principais pontos de contato e as principais diferenças entre as contribuições destes(as) autores(as)?**

Anos atrás, à medida que, paulatinamente, o socioconstrucionismo ganhava espaço na academia – com o risco de se tornar uma nova corrente dominante desprovida de impulso crítico e sustentada pela inércia do que já estava instituído –, tomamos certa distância e desenvolvemos abordagens que ainda eram semelhantes, mas que eram marcadas por uma maior carga política e a que chamamos psicologia social crítica. Nos últimos anos, não tenho acompanhado a evolução do socioconstrucionismo, nem a da psicologia social crítica, no entanto, atrevo-me a conjecturar que o socioconstrucionismo teve de acentuar a sua preocupação em melhorar a vida psicológica e relacional das pessoas, enquanto que a psicologia social crítica continuou a fornecer ferramentas para ajudar a dismantelar os dispositivos de dominação em todas as esferas da vida, e para encorajar a transformar radicalmente a sociedade. Mas, repito, a minha distância dos temas acadêmicos durante estes últimos anos não me coloca como uma fonte muito confiável para formular tais conjecturas, que podem estar completamente equivocadas.

**Temos observado que uma das dificuldades dos(as) estudantes e mesmo dos(s) investigadores mais experientes é transformar discussões teóricas abstratas em investigação concreta. Quais são, então, os principais desafios e implicações do relativismo para a prática da investigação no campo da psicologia social?**

Se o objetivo é conduzir a investigação numa perspectiva relativista, considero que é na construção dos objetos de estudo e no *status* atribuído aos resultados obtidos que a orientação relativista da investigação pode ser mais bem manifestada. Trata-se, por exemplo, de optar por temas cuja investigação ajude a esclarecer as etapas por meio das quais se confere um determinado *status* aos resultados obtidos. Isto implica desconstruir os procedimentos utilizados para que os resultados de uma investigação adquiram um estatuto de verdade científica, mesmo que se trate apenas de uma verdade provisória. Assim, o relativismo não intervém tanto na rotina da investigação quanto na configuração do seu ponto de partida, dos seus objetivos e na forma dada à sua conclusão. Contudo, é óbvio que, deste ponto de vista, metodologias que se limitam a

quantificar a incidência de certas variáveis, ou a sua frequência de ocorrência, não serão as mais apropriadas para a natureza relativista de uma investigação.

### **Em tempos de *fake news*, o relativismo não se torna um discurso perigoso?**

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Não, muito pelo contrário, ajuda a combater as *fake news*, porque estas não baseiam a sua eficácia na negação da verdade, mas se apropriam do significado da verdade, bem como dos efeitos produzidos pelo fato de se vestir com suas roupagens. Para colocar de forma breve, as *fake news* colocam a retórica da verdade a serviço das suas estratégias de engano. É o poder que a crença na verdade tem nas nossas culturas, e a confiança que gera, que assegura o sucesso de qualquer afirmação que se reivindique como verdadeira. É precisamente quando se subtrai a credibilidade do discurso da verdade, quando os efeitos da verdade (isto é, de dizer a verdade) são desacreditados, e quando se mina a propensão para aceitar uma informação simplesmente porque é tida como verdadeira, que somos encorajados a desenvolver uma visão crítica de qualquer declaração que afirme dizer a verdade, ajudando, assim, a desmantelar os alicerces sobre os quais assentam as *fake news*. Em suma, na medida em que a verdade é relativizada, também se relativiza a pretensão à verdade sobre a qual repousa o eventual êxito das *fake news*. Da minha perspectiva, se o relativismo faz algo, é ajudar a imunizar-nos contra as *fake news*.

Contra a ideia de que o relativismo representa um perigo porque nega a verdade, convém recordar que, se o relativismo negasse taxativamente a verdade, incorreria naquela famosa autocontradição que é empunhada contra ele. No entanto, o relativismo não diz que a verdade não existe, nem nega o valor pragmático que a verdade tem – incluindo a concepção (insustentável) da verdade como correspondência com a realidade – para lidar com a vida quotidiana, para a própria possibilidade da vida social e para que a comunicação entre as pessoas seja factível. A única coisa que o relativismo questiona é o pressuposto absolutista de que a verdade é incondicionada. Para o relativismo, a verdade é sempre verdadeira em relação a um determinado quadro, e é, portanto, relativa a esse quadro. A ideia de uma verdade que é independente de qualquer marco, ou que transcende qualquer marco, ou seja, todos os marcos, é uma ideia puramente teológica que não tem sentido... fora desse marco.

### **Num artigo publicado em 2005 (Ibáñez Gracia, 2005), você nos convida para um mundo sem igrejas. O que quer dizer com isso? Ainda defende esta posição?**

Sim, claro que sim. Naquele texto, utilizei essa metáfora para designar qualquer instituição que tome a forma de uma igreja, entendida como

uma instância que provoca – e por vezes exige – a interiorização acrítica dos seus pressupostos e a submissão a suas ordens. Sugeri, então, que a forma da igreja poderia ser vislumbrada mesmo em certas orientações teóricas no campo das ciências sociais, sem descartar, por exemplo, o próprio socioconstrucionismo ou a teoria das representações sociais. Isto levou-me a questionar a tendência a privilegiar na academia o valor intrínseco do conhecimento, saber por saber, em vez de prestar mais atenção ao saber para quê? Concluí, então, definindo um mundo sem igrejas como um mundo onde as relações de poder não se tornam relações de dominação e onde as formulações inovadoras no campo do conhecimento não abandonam a sua capacidade de incitar o pensamento e o seu potencial criativo em troca de conseguir poder e discípulos no altar do prestígio acadêmico, tornando-se apenas mais uma engrenagem na roda da ciência moderna.

Quando questiono a ciência moderna não estou sugerindo que ela não tenha um enorme valor instrumental para alcançar determinados objetivos, um valor superior ao de outros tipos de conhecimento para esses mesmos objetivos, e, por isso, não questiono a necessidade de recorrer a ela em múltiplas circunstâncias nem a conveniência de contribuir socialmente para mantê-la ativa. O que questiono é a ideologia da ciência que a modernidade construiu à sua volta e que confere à racionalidade científica, e a quem nela se refugiar, o privilégio de estar a salvo de qualquer crítica que não seja formulada a partir da sua própria ordem de discurso. Este privilégio é tanto mais inaceitável quanto melhor conhecemos a dinâmica interna do próprio trabalho científico, por exemplo, voltando-se para a investigação da sociologia do conhecimento científico e das tecnologias.

**No seu trabalho, a preocupação com as questões políticas esteve sempre muito presente. E, nos últimos anos, parece ter dado prioridade à discussão dessas questões em publicações sobre o anarquismo. Nesta segunda parte da entrevista, gostaríamos de abordar algumas dessas questões. Começamos perguntando: o que significa ser um anarquista hoje em dia?**

Na medida em que o anarquismo é constituído no seio, a partir de dentro, da luta contra a dominação em todas as suas formas, ele muda necessariamente com as mudanças experimentadas por aquilo que enfrenta, e isso significa que ser anarquista hoje em dia difere necessariamente de ser anarquista no início do século passado. Por exemplo, todo o imaginário de revolução que impregnou o antigo anarquismo mudou substancialmente, perdendo os seus componentes escatológicos e situando as realizações revolucionárias no presente. No entanto, estas diferenças desaparecem assim que se considera o que é propriamente

constitutivo do anarquismo enquanto tal, que não é outra coisa senão essa oposição radical a qualquer forma de dominação. Formulada positivamente, esta invariância do anarquismo assume a forma de uma intensa exigência de liberdade, talvez a mais extrema de todas aquelas que foram formuladas, dando lugar à construção do maior número possível de práticas de liberdade e autonomia.

Seria contraditório formular antecipadamente em que consistem essas práticas de liberdade, porque é precisamente as pessoas que lhes dão conteúdo e constroem a sua própria autonomia na medida em que a exercem. A autonomia não é algo que possa ser articulado de fora do seu próprio exercício, porque isso *ipso facto* a transformaria em heteronomia simples. Se o anarquismo pode fazer algo é simplesmente ajudar a ultrapassar o que impede a realização de práticas de liberdade, sem pretender orientá-las.

**O anarquismo rejeita tradicionalmente o Estado. No entanto, alguns(mas) autores(as) compreendem que as instituições estatais ainda são necessárias, principalmente para “proteger” os(as) cidadãos(ãs) das grandes empresas e garantir os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Como avalia essa posição e quais são as suas implicações para o estudo das políticas públicas?**

A crítica à forma Estado, e a luta contra esta instituição, faz parte da identidade do anarquismo, razão pela qual se mostra relutante em considerar que esta instituição pode desempenhar um papel na proteção dos direitos sociais. Considera que constitui, na verdade, um dos instrumentos que permite precisamente a vulnerabilização das conquistas sociais, muitas delas conseguidas em confrontos com as forças do Estado. Nesse sentido, o anarquismo compreende que o lobo não pode ser colocado para guardar as ovelhas, e que a defesa das conquistas sociais deve unir no mesmo processo a luta contra as grandes corporações e a luta contra o Estado. O que mudou foi a análise da natureza e funções dessa instituição que, em termos de governabilidade, acaba por ser mais um efeito do que uma causa da distribuição e dinâmica do exercício do poder no corpo social.

Considerar o Estado mais como um efeito do que como uma causa significa abandonar a imagem de uma entidade situada acima do conjunto formado pelas várias esferas da sociedade e capaz de ditar de cima para baixo as diretrizes a seguir em cada uma delas. De fato, é o conjunto de relações de poder geradas em cada parte constituinte da sociedade que confere ao Estado as suas características, e o Estado perderia toda a eficácia se tentasse ignorar as peculiaridades de cada parte da sociedade e impor-se às forças que nela atuam em vez de nelas se apoiar, favorecendo as que melhor mantêm o sistema instituído.

Isto não significa, contudo, que o Estado se limite a uma simples posição de arbitragem, nem que não possa intervir em todos os setores da sociedade. Não é de modo algum uma figura decorativa, mas continua a ser o detentor exclusivo do direito de exercer a força, e dos recursos necessários para fazê-lo. Por esta razão, o anarquismo não pode parar de lutar contra ele, mas deve ter cada vez mais em mente que, se é verdade que são as características de cada esfera da sociedade que o moldam, então são estas que devem ser transformadas. Isto implica, entre outras coisas, atenuar o fascínio que a luta contra o Estado exerce sobre o anarquismo, e tentar criar espaços em cada esfera social onde funcionem normas, comportamentos, práticas e relações que sejam alheias à lógica da sociedade instituída e de sua representação estatal. Em suma, é uma questão de curto-circuitar o Estado, criando realidades alheias à sua lógica, em vez de concentrar todas as energias para o derrubar.

**Nos últimos anos, assistimos a um avanço da extrema direita em várias partes do mundo – as eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, são ilustrativas. De uma perspectiva anarquista, como esse avanço pode ser discutido e como pode ser detido? Podem os(as) psicólogos(as) contribuir de alguma forma para isso?**

A história mostra que o anarquismo sempre lutou na linha da frente contra a extrema direita, seja qual for o país onde ela tenha se manifestado. Mas a eficácia dessa luta exige que, para além de lhe fazermos frente, elucidemos as causas de seus avanços e que não contribuamos, de boa-fé, para potencializá-los. É óbvio que a extrema direita dificilmente pode avançar, salvo recorrendo à força bruta, numa sociedade que não aceite ser submissa ao poder e na qual as decisões políticas sejam tomadas direta e unilateralmente pelas autoridades. São precisamente as atitudes inversas a essas que constituem o terreno fértil que predispõe as populações a deixar que essas forças avancem em vez de as combater. Conseqüentemente, o anarquismo tem bastante claro que a melhor forma de bloquear a extrema direita é desativar esse terreno fértil através de uma ação constante para que indivíduos e coletivos assumam o controle das suas próprias vidas. É este trabalho permanente de imunização e de criação de anticorpos contra o autoritarismo que, ao reforçar as aspirações de autonomia que estão no centro da sociedade, pode impedir que as forças da extrema direita floresçam.

Passando à parte final da pergunta, gostaria apenas de dizer que, na medida em que são pessoas politicamente comprometidas, é evidente que aqueles que atuam profissionalmente no campo da psicologia podem ajudar a impedir esse avanço. Basta que assumam esse compromisso nas suas práticas profissionais – recusando-se, por exemplo, a reproduzir modelos

de dominação ou a favorecer padrões de submissão, o que fortalece os dispositivos de dominação – e orientando essas práticas para a promoção de uma maior autonomia individual e coletiva. Isto significa, entre outras coisas, ajudar as pessoas a realizar um trabalho sobre si próprias, a fim de desfazer os resultados do processo de subjetivação a que foram submetidas desde o nascimento, e a empreender um trabalho de des-subjetivação que lhes permita compreender por que são como são, e alargar as pautas de auto-construção, a fim de se tornarem pessoas que não são simples fragmentos ambulantes da sociedade em que foram moldadas.

Quanto à dimensão coletiva, trata-se de fornecer instrumentos para combater essa identificação popular com líderes carismáticos que é instrumentalizada e potencializada por todos os populismos, esquerda e direita fundidos no mesmo esforço, e se trata também de uma questão de encorajar os coletivos sociais a adotarem suas próprias regras através de uma tarefa baseada no exercício da autonomia.

**Finalmente, se um(a) investigador(a) principiante viesse pedir sua ajuda e manifestasse interesse em estudar os movimentos construcionista, relativista e anarquista e lhe perguntasse por onde começar, o que responderia? Que autores(as) sugeriria que começasse a ler?**

Em vez de recorrer à leitura de listas fornecidas por supostos especialistas, compreendo que é o próprio investigador que tem de construir os seus próprios instrumentos para explorar esses campos e forjar seus próprios critérios sobre eles. Dado que em cada um desses três campos existe uma literatura extraordinariamente abundante e amplamente suficiente para satisfazer a curiosidade daqueles que querem se aprofundar neles, o meu conselho seria começar pensando e formulando as questões que o próprio investigador considera relevantes para investigar o conteúdo desses campos, e proceder à exploração da literatura existente utilizando essas questões. As atuais ferramentas de busca [da internet], se utilizados corretamente, prestam-se bastante bem à realização dessas operações. Esta forma de proceder parece-me pertinente já que os conhecimentos em cada um desses campos podem variar enormemente dependendo da motivação pessoal do investigador para os explorar, o que nos leva de novo à importância da questão “saber para quê?” que mencionei anteriormente, e dependendo da resposta do investigador, as listas de leitura recomendadas também irão variar, o que significa que, em vez de consultar especialistas, é preferível que o investigador comece mapeando essas motivações na construção das suas próprias perguntas.

**Obrigado!**

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

# PARA MANTER A CONVERSA FLUINDO...

Mariana Prioli Cordeiro  
Felipe Tavares Paes Lopes  
Jacqueline I. M. Brigagão  
Emerson F. Rasera

---

Esperamos que esses diálogos com pensadores(as) que são importantes para o construcionismo no Brasil tenham possibilitado aos(às) leitores(as) uma aproximação com versões mais subjetivas sobre os modos como cada um(a) tem desenvolvido suas pesquisas e discutido as dimensões teóricas e práticas dessa abordagem.

Quando começamos a pensar este livro, acreditávamos que as entrevistas seriam úteis para estudantes, pesquisadores(as) e profissionais interessados(as) em entender melhor a perspectiva construcionista. Ao finalizá-lo, vimos que nossas expectativas foram alcançadas: nossos(as) entrevistados(as) trouxeram discussões e perspectivas que possibilitam refletir sobre muitos temas e questões que atravessam o movimento construcionista.

As trajetórias dos(as) entrevistados(as) mostram que eles(as) assumiram uma posição política no campo das ciências e pautaram seus trabalhos por uma leitura crítica que questionava o que estava instituído. Nos relatos, fica evidente que as ideias construcionistas foram objeto de muitas críticas e objeções nos diversos círculos acadêmicos. Temos de lembrar que se, hoje, é fácil entender noções como “as realidades são socialmente construídas” ou, ainda, “as relações sociais modelam nosso eu, as comunidades e os nossos modos de viver”; quando elas surgiram, na década de 1970, as ciências eram eminentemente positivistas e o *status quo* científico rejeitou essas ideias e as pessoas que as assumiam. Kenneth Gergen nos conta que perdeu alguns(mas) amigos(as) e que seu orientador de doutorado o rejeitou após a publicação de seu primeiro artigo nessa perspectiva. Mary Jane Spink relata que sofreu duras críticas ao se contrapor às noções representacionistas no campo da Psicologia. Tomás Ibáñez e Lupicínio Íñiguez-Rueda também sofreram críticas e enfrentaram desafios porque, na Espanha, como na maior parte do mundo, a psicologia era predominantemente experimental. Mas, apesar de todas as dificuldades, nossos(as) entrevistados(as) resistiram e continuaram a escrever, ensinar, discutir e pensar as possibilidades que essa abordagem abria no campo das ciências humanas e sociais, especialmente na psicologia.

As dificuldades para encontrar interlocutores(as) em seus países, de certo modo, funcionaram como um estímulo para que eles(as) se abrissem para outras autoras e autores e se articulassem num movimento que não ficou

restrito a um lugar. Nos relatos, há um reconhecimento da importância dessa interlocução constante com autoras e autores de diversas partes do mundo para que o movimento não se cristalice e mantenha a postura crítica.

Uma dimensão presente em todos os diálogos é a perspectiva de que os conhecimentos e a realidade são resultados de práticas sociais pautadas pelos contextos sociais e históricos. Nesse sentido, é interessante observar que a noção de neutralidade deixa de fazer sentido e que os(as) pesquisadores(as) estão sempre em relação com os temas e pessoas que pesquisam. E até mesmo a redação dos textos, habitualmente vista como uma prática solitária, é dialógica, já que ocorre num contexto relacional com enunciados anteriores, bem como com interlocutores(as) futuros(as) para os quais os textos se dirigem.

No entanto, se há muitas semelhanças em suas trajetórias e suas obras teóricas dialogam bastante entre si, é possível observar que trilharam caminhos únicos e contribuíram de maneira singular para o desenvolvimento do movimento construcionista e para a formação de psicólogos(as) e pesquisadores(as) em diferentes partes do mundo.

Antes de terminar, gostaríamos de dizer que, para nós, é uma honra termos conhecido e convivido com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez e que agradecemos, uma vez mais, pela generosidade de compartilhar conosco suas histórias e visões de mundo neste livro e, especialmente, por manterem a conversa fluindo.

# REFERÊNCIAS

Armistead, N. (1974). *Reconstructing Social Psychology*. Londres: Penguin Education.

Bakhtin, M. (1994). The problem of speech genres. In C. Emerson & M. Holquist (eds.), *Speech genres and other late essays* (pp. 60-102). Austin: University of Texas Press.

Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal* (6ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).

Barker, R. G., & Wright, H. F. (1971). *Midwest and its children: the psychological ecology of an American town*. Connecticut: Archon Books. (Trabalho original publicado em 1955).

Beck, U. (1993). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.

Berger, P., & Luckmann, T. (1978) *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1966)

Cordeiro, M. P., Freitas, T. R., Conejo, S. P., & Moraes, G. L. (2014). Como pensamos ética em pesquisa. In M. J. Spink, J. Brigagão, V. Nascimento, & M. Cordeiro (orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Cordeiro, R. L. M. (2004). *Além das secas e das chuvas: Os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco* [Tese de Doutorado não publicada]. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Danziger, K. (1997). The varieties of social construction. *Theory & Psychology*, 7(3), 399-416.

Durkheim, E. (2019). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Claret. (Trabalho original publicado em 1895).

Edwards, D., & Middleton, D. (1988). Conversational remembering and family relationships: How children learn to remember. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 3-25.

Ehrenreich, B., & English, D. (1973a). *Complaints and disorders: The sexual politics of sickness*. Londres: Writers and Readers Publishing Cooperative.

Ehrenreich, B., & English, D. (1973b). *Witches, midwives & nurses: A history of women healers*. Londres: Writers and Readers Publishing Cooperative.

Ehrenreich, B., & English, D. (1979). *For her own good: 150 years of the expert's advice to women*. Londres: Pluto Press.

Ferreira, A. A. L., Freire, L. de L., Moraes, M., & Arendt, R. J. J. (orgs.). (2010). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau.

Fontes, F. F. (2020). O que é a virada linguística? *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, 12(2), 3-17. doi: 10.18379/2176-4891.2020v2p.3

Foucault, M. (1978). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população. Curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

Gergen, K. J. (1973). Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320. [Traduzido para o português: Gergen, K. J. (2008). Psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 475-484].

Gergen, K. J. (1978). Toward generative theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1344-1360.

Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.

Gergen, K. J. (1991). *The saturated self*. Nova York: Basic Books.

Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press.

Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: Sage.

Gergen, K. J. (2009). *Relational being: Beyond self and community*. Oxford: Oxford University Press.

Gergen, K. J. (2014). From mirroring to world-making: Research as future forming. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 45, 287-310.

Gergen, K. J. (2018). The limits of language as the limits of psychological explanation. *Theory & Psychology*, 28(6), 697-711. <https://doi.org/10.1177/0959354318811641>

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2004). *Social construction: Entering the dialogue*. Chagrin Falls: Taos Institute Publications.

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2011). *Reflexiones sobre la construcción social*. Barcelona: Paidós.

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2012). Duographic writing. In K. J. Gergen & M. Gergen, *Playing with purpose: Adventures in performative social science* (pp. 59-68). Walnut Creek: Left Coast Press.

Gergen, K. J., & Gill, S. R. (2020). *Beyond the tyranny of testing: Relational evaluation in education*. Nova York: Oxford University Press.

Gergen, K. J., Josselson, R., & Freeman, M. (2015). The promises of qualitative inquiry. *American Psychologist*, 70(1), 1-9. <https://doi.org/10.1037/a0038597>

Gergen, M., & Gergen, K. J. (2012). *Playing with purpose: Adventures in performative social science*. Walnut Creek: Left Coast Press.

Gergen, M., & Gergen, K. J. (2016). *Paths to positive aging: Dog days with a bone*. Chagrin Falls: Taos Institute Publications.

Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Harvard: Harvard University Press.

Haesbert, R. (2020). *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 2004).

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

Herzlich, C. (1973). *Health and illness*. Londres: Academic Press.

Ibáñez, T. (1988). *Ideologías de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai ediciones.

Ibáñez, T. (1991). Henri, Serge and the next generation. *Newsletter of the social psychology section*, 24, 5-14.

Ibáñez, T. (1994). Construccinismo y Psicología. *Revista Interamericana de Psicología*, 28(1), 105-123.

Ibáñez, T. (2001a). *Municiones para disidentes: Realidad-verdad-política*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Ibáñez, T. (2001b). *Psicologia social construccionista*. Guadalajara: Editorial Pandora.

Ibáñez, T. (2003). La construcción social del socioconstruccionismo: Retrospectiva y perspectivas. *Política Y Sociedad*, 40(1), 155–160. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0303130155A>

Ibáñez, T. (2005). *Contra la dominación: Variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Casoriadis, Foucault, Rorty y Serres*. Barcelona: Gedisa.

Ibáñez, T. (2015). *Anarquismo é movimento: Anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo*. São Paulo: Intermezzo.

Ibáñez, T. (2019). *Contra la dominación: En compañía de Castoriadis, Foucault, Rorty y Serres* (2a ed. ampliada). Barcelona: Gedisa Editorial.

Ibáñez, T., & Íñiguez, L. (1997). *Critical social psychology*. Londres: Sage.

Ibáñez Gracia, T. (2004). O giro linguístico. In L. Íñiguez (org.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 19-49). Petrópolis: Vozes

Ibáñez Gracia, T. (2005). Invitación al deseo de un mundo sin iglesias, alias, variaciones sobre el relativismo. *Athenea Digital*, 8, 1-7. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n8.236>

Íñiguez, L. (2002). Construcionismo social e psicologia social. In J. B. Martins, N. D. El Hammouti, & L. Íñiguez (orgs.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social* (pp. 127-155). São Carlos: RIMA.

Íñiguez L. (2003a). *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*. Barcelona: Editorial UOC.

Íñiguez, L. (2003b). *La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción* [Conferência de abertura]. XII Encontro Nacional da ABRAPSO, Porto Alegre, RS. [http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=135&Itemid=46](http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=135&Itemid=46)

Íñiguez L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo. Vozes.

Íñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la Psicología Social de la era “postconstruccionista”. *Athenea Digital*, 8, 1-7. <https://ddd.uab.cat/pub/athdig/15788946n8/15788946n8a15.pdf>

Koga, D. (2013). São Paulo: entre tipologias territoriais e trajetórias sociais. In A. Sposati, & D. Koga (Orgs). *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais* (pp. 123-166). São Paulo: Editora SENAC.

Kuhn, T. (1962). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.

Latour, B. (2000). *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP.

Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. (Trabalho original publicado em 1979).

Law, J., & Hassard, J. (orgs.) (1999). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell.

Law, J., & Mol, A. (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43 (2), 274-294.

Martínez-Guzmán, A., Stecher, A., & Íñiguez-Rueda, L. (2016). Contribuições da psicologia discursiva à pesquisa qualitativa em psicologia social: Uma análise de seu legado etnometodológico. *Psicologia USP*, 27 (3), 510-20. doi: 10.1590/0103-656420150046.

McNamee, S., & Gergen, K. J. (1991). *Therapy as social construction*. Londres: Sage.

McNamee, S., Gergen, M., Camargo-Borges, C., & Rasera, E. F. (2020). *The Sage handbook of social constructionist practice*. Londres: Sage.

McNamee, S., & Hosking, D. M. (2012). *Research and social change: A relational constructionist approach*. Nova York: Routledge.

Medrado, B. (1998). Das representações aos repertórios: Uma abordagem construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 10(1), 86-103.

Méllo, R. P., Spink M. J., & Menegon, V. M. (2016). Redes em conexão com a teoria ator-rede na psicologia no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 423-432.

Menegon, V. M. (1998). *Menopausa: Imaginário social e conversas do cotidiano* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Banco de teses da PUCSP. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17244>

Mol, A. (1999). Ontological politics: a word and some questions. In J. Law & J. Hassard (orgs.). *Actor network theory and after* (pp. 74-89). Oxford: Blackwell Publisher.

Popper, K. (2004). *Lógica das ciências sociais* (3ª ed.) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1934).

Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. Londres: Sage.

Rorty, R. (1994). *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Serres, M. (2011). *Conversations on science, culture, and time/ Michel Serres with Bruno Latour*. Ann Arbor: The University of Michigan Press. (Trabalho original publicado em 1990).

Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. Londres: Sage.

Shotter, J. (2008). *Conversational realities revisited. Life, Language, Body and World*. Chagrin Falls: Taos Institute Publications.

Shotter, J. (2012). Ontological social constructionism in the context of a social ecology: the importance of our living bodies. In A. Lock, & T. Strong, *Discursive perspectives in therapeutic practice* (pp. 83-105). Oxford: Oxford University Press.

Sims, S. (2013). *Fifty key postmodern thinkers*. Londres: Routledge.

Spink, M. J. P. (1992). *Social Representations – the wonderful world of paradoxes* [Apresentação de trabalho]. First International Conference on Social Representations. Ravello, Itália.

Spink, M. J. P. (org.). (1993a). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.

Spink, M. J. P. (1993b). O contexto como pretexto [Apresentação de trabalho]. XXIV Congresso Interamericano de Psicologia, Santiago, Chile.

Spink, M. J. P. (1993c). O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308.

Spink, M. J. P. (1996). *The narrative constitution of social selves* [Apresentação de Trabalho]. Workshop: Social representations – Questioning the State of the Art, Londres, Inglaterra.

Spink, M. J. P. (org.). (1999a). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. (1999b). Making sense of illness experiences. In M. I Murray & K. Chamberlain (orgs.), *Qualitative health psychology: Theories & methods* (pp. 83-97). Londres: Thousand Oaks.

Spink, M. J. P. (2000). A ética na pesquisa social: Da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1), 7-22.

Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: Recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 7-14.

Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>

Spink, M. J. P. (2018). *Viver em áreas de risco: Reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais*. São Paulo: Terceiro Nome Educ.

Spink, M. J., & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da Psicologia Social. In M. J. Spink (org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-41). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P., & Medrado, B. (1999). Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In M. J. Spink, *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp.41-62). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J., & Spink, P. (2014). Produzir conhecimento não é um ato banal: Um olhar (pós)construcionista sobre ética na pesquisa. In C. Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. C. Webster & L. V. Souza (orgs.), *Construcionismo social: Discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 133-149). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Spink, P. K. (1974). *Early thoughts from the mini-society* [Apresentação de trabalho]. Annual Conference of the British Psychological Society, Bangor, Inglaterra.

Watslawick, P., Bavelas, J., & Jackson, D. (1967). *Pragmatics of human communication*. Nova York: W.W.Norton & Company.

Wexler, P. (1996). *Critical social psychology*. Nova York: P. Lang.

Wittgenstein, L. (1995). Investigações filosóficas. *Tratado lógico-filosófico e Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wittgenstein, L. (1999). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural. Trabalho original publicado em 1953

Zuriff, G. (1998). Against metaphysical social constructionism in psychology. *Behavior and Philosophy*, 26, 5-28.

**Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização**

# INDICAÇÕES DE LEITURA

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

*Escrito pelo casal Kenneth e Mary Gergen, importantes autores dessa perspectiva em psicologia, esse livro é uma introdução, em linguagem simples e com muitos exemplos ilustrativos, das principais ideias construcionistas. Ele apresenta pressupostos teóricos, implicações para a pesquisa, bem como, o uso do construcionismo social no campo da clínica, organizações, e educação. É uma ótima recomendação para quem está iniciando suas leituras sobre construcionismo social.*

Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *INTERthesis*, 6(1), 299-325.

*Um dos principais artigos da difusão do construcionismo social, publicado por Kenneth Gergen em 1985 e traduzido para o português em 2009. Nesse texto, o autor apresenta o movimento do construcionismo social em psicologia, descrevendo seu contexto de surgimento e suas principais características. Leitura fundamental para os interessados nesse tema.*

Gergen, K. J. (1997). *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press.

*Esse livro é uma coletânea de textos que tratam de temas fundamentais para uma análise construcionista social e constitui, talvez, o livro mais importante da obra de Kenneth Gergen. Nos diferentes capítulos, o autor explora o contexto teórico e histórico de surgimento do construcionismo social nas ciências humanas e na Psicologia, responde à principais críticas dirigidas às suas propostas, debate o relativismo moral e discute as consequências culturais de um discurso do déficit, analisa a objetividade em ciência como um empreendimento retórico, propõe uma teoria relacional do significado e reflete sobre a narração de si e a emoção como partes de relacionamentos. Texto mais erudito que exige um engajamento comprometido para seu entendimento.*

Ibáñez, T. (2019). *Contra la dominación: Variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Castoriadis, Foucault, Rorty y Serres* (2ª ed.). Barcelona: Gedisa Editorial.

*Publicado pela primeira vez em 2005, esse livro foi reeditado e ampliado em 2019, quando foi incorporado o texto de uma conferência sobre Foucault. Em tal livro, o autor retoma muitas das discussões feitas em “Municiones para disidentes”. Para tanto, organiza-o em duas partes. Na primeira, contextualiza e apresenta os principais argumentos relativistas. Na segunda, estabelece um fértil diálogo com alguns dos principais pensadores de nossa época, tais como: Castoriadis, Foucault, Rorty e Serres.*

Ibáñez, T. (2001). *Municiones para disidentes: Realidad-verdad-política*. Barcelona: Gedisa Editorial.

*Esse livro foi publicado originalmente em 2001 e apresenta uma série de textos – parte deles resultados de um curso de doutorado ministrado na Universidade Central da Venezuela – que nos convidam a navegar nas águas turbulentas do relativismo e a problematizar a ideologia legitimadora da modernidade. Como observa o autor, trata-se de uma obra para quem prefere o cheiro da pólvora dos campos de batalha do que o odor agradável das bibliotecas.*

Ibáñez, T. (2001). *Psicología social construccionista*. Guadalajara: Editorial Pandora.

*Publicado pela primeira vez em 1994, esse livro foi reeditado e ampliado em 2001, quando foram incluídos três textos inéditos. Ao mesmo tempo em que apresenta uma visão panorâmica da psicologia social, o autor oferece uma análise rigorosa de algumas de suas principais correntes, como a teoria das representações sociais, direcionando algumas críticas a elas. Ao fazer isso, argumenta a favor de uma psicologia social de orientação construccionista. O título do sexto capítulo é sugestivo: “como é possível não ser construccionista hoje em dia?”*

Íñiguez L. (org.). (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Vozes.

*Esta coletânea apresenta uma interessante discussão sobre as dimensões teóricas e práticas de análise de discurso. No primeiro capítulo, Tomás Ibáñez nos apresenta o giro linguístico e seus desdobramentos nas ciências humanas e sociais. No segundo e terceiro capítulos, Lupicinio Íñiguez discute os fundamentos e as teorias sobre análise do discurso, explicitando suas preferências e escolhas conceituais. Nos outros quatro capítulos, pesquisadores(as) reconhecidos(as) apresentam e discutem exemplos de trabalhos com a análise de discurso.*

Íñiguez, L. (2002). Construcionismo social e psicologia social. In J. B. Martins, N. D. El Hammouti, & L. Íñiguez (orgs.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social* (pp. 127-155). São Carlos: RIMA.

*Neste texto, Lupicinio Íñiguez faz uma brilhante introdução ao construcionismo. Ele nos apresenta os debates que deram origem a essa perspectiva na psicologia social, bem como, suas principais características e os modos como essa abordagem tem respondido às críticas que recebe.*

Íñiguez-Rueda, L. (2007). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la Psicología Social de la era “postconstrucionista”. *Fermentum. Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, 17(50), 523-534. <https://www.redalyc.org/pdf/705/70505003.pdf>.

*Neste instigante artigo, Lupicinio Íñiguez reafirma a importância de manter uma postura crítica em psicologia social e aponta para as possibilidades que os diálogos com as epistemologias feministas, a teoria ator-rede e a sociologia do conhecimento abrem para o construcionismo.*

Spink, M. J. (org.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

*Essa coletânea foi publicada originalmente em 1999 e reúne textos de autoria de várias(os) pesquisadoras(es) que faziam parte do núcleo de pesquisa coordenado por Mary Jane Spink na época. Ela é composta tanto por capítulos mais teóricos (que apresentam os pressupostos fundamentais da perspectiva construcionista), quanto por textos de caráter mais metodológico. Em 2013, foi lançada uma nova edição do livro, em formato eletrônico e disponível para acesso gratuito em <http://maryjanespink.blogspot.com/2013/11/versao-virtual-do-livro-praticas.html>*

Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

*Esse livro é resultado de um curso sobre construcionismo que Spink ministrou na PUC-RS em 2000. Enxuto e com linguagem acessível, é um ótimo ponto de partida para pesquisadoras(es) que buscam se aventurar nas leituras construcionistas. Ele também foi reeditado pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e disponibilizado em acesso aberto em <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>*

Spink, M. J. P. (2018). *Viver em áreas de risco: Reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais*. São Paulo: Terceiro Nome.

*Este livro apresenta os resultados da mais recente pesquisa de Mary Jane Spink sobre a linguagem dos riscos. Ao discutir como se dá a gestão dos riscos ambientais a partir de políticas públicas, das materialidades e da ótica de pessoas que vivem situações de vulnerabilidade decorrentes da localização de suas moradias, ela não apenas nos convida a pensar questões teóricas de grande relevância, como também nos mostra uma maneira de produzir conhecimento na e com as comunidades que rompe com as amarras da psicologia social tradicional.*

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Análise do discurso 10, 34, 51, 52, 59, 61, 62, 63, 86, 103, 110

Áreas de risco 65, 106, 112

## C

Campo da Psicologia 13, 14, 29, 31, 32, 52, 65, 87, 90, 94, 97

Ciências sociais 33, 34, 35, 40, 42, 51, 52, 69, 86, 92, 103, 105, 110

Construção social 10, 13, 14, 16, 17, 36, 40, 44, 66, 70, 82, 99

Construcionismo 3, 4, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 28, 33, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 66, 71, 72, 73, 74, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 101, 103, 106, 109, 111

Construcionismo empírico 15

Construcionismo metafísico 15

Construcionismo social 3, 4, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 33, 36, 40, 42, 43, 49, 80, 101, 103, 106, 109, 111

Construcionista 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 71, 73, 74, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 97, 98, 104, 106, 109, 110, 111, 115, 116

Cotidiano 10, 11, 18, 22, 58, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 104, 105, 106, 111

## F

Filosofia 14, 21, 22, 32, 33, 51, 53, 55, 72, 89, 105

## H

História 10, 25, 32, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 56, 67, 69, 71, 76, 77, 78, 81, 94, 100

História da ciência 32

Histórias 11, 33, 42, 47, 72, 78, 98

## I

Ideias construcionistas 9, 11, 13, 30, 35, 37, 41, 42, 46, 49, 97, 109

**L**

Linguagem 10, 13, 15, 20, 21, 22, 23, 30, 34, 37, 45, 46, 49, 51, 52, 54, 55, 59, 62, 65, 66, 67, 73, 76, 79, 80, 86, 87, 106, 109, 111, 112

**M**

Movimento construcionista 9, 10, 13, 14, 17, 23, 25, 30, 53, 54, 65, 71, 73, 74, 80, 87, 90, 97, 98

**P**

Pesquisa em psicologia 35, 65, 66, 77, 78, 79, 106

Práticas 10, 11, 14, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 65, 66, 68, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 106, 110, 111

Práticas discursivas 65, 73, 81, 106, 111

Produção de sentidos 65, 66, 73, 75, 79, 106, 111

Psicologia social 10, 14, 19, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 66, 67, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 110, 111, 112

Psicologia social crítica 10, 51, 54, 55, 86, 90

Psicólogo social 29, 55, 56

**R**

Relativismo 11, 27, 48, 85, 88, 89, 90, 91, 102, 103, 109, 110

Representações sociais 10, 65, 66, 70, 71, 74, 75, 92, 105, 110

Resistência 20, 32, 40, 42, 43, 58, 86

**T**

Teoria ator-rede 52, 57, 58, 66, 75, 100, 104, 111

Trabalhadora rural 82, 99

Trabalho 11, 27, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 46, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 66, 68, 87, 88, 92, 94, 95, 99, 102, 104, 105, 106, 107

**V**

Verdade 13, 14, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 72, 76, 79, 80, 86, 88, 90, 91, 93, 94

# SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

## **Emerson F. Rasera**

Possui doutorado em psicologia pela Universidade de São Paulo. É Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Foi Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social. É Membro do Taos Institute (USA). Integrante do GT “Cotidiano e Práticas Sociais”, da ANPEPP. Líder do Grupo de Pesquisa “Psicologia, Saúde e Construcionismo Social” (CNPq). Bolsista Produtividade CNPq/Pesquisador Mineiro FAPEMIG.

## **Felipe Tavares Paes Lopes**

É graduado em filosofia (USP) e comunicação social (ESPM) e é mestre e doutor em psicologia social (PUC/SP e USP). Desenvolveu pesquisas de pós-doutorado nas áreas de sociologia do esporte (Unicamp), história contemporânea (FGV) e psicologia social (UAB). Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UNISO, onde tem desenvolvido pesquisas com apoio da Fapesp. Integra o GT “Psicologia social nos estudos urbanos: diálogos interdisciplinares”, da ANPEPP.

## **Jacqueline I. Machado Brigagão**

Psicóloga social, docente do curso de obstetrícia e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Integrante do GT “Cotidiano e Práticas Sociais”, da ANPEPP. Líder do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Saúde”, do CNPq.

## **Kenneth J. Gergen**

É um psicólogo social norte-americano que tem sido identificado como um importante articulador de um discurso construcionista social em psicologia. Professor no Departamento de Psicologia no Swarthmore College/Estados Unidos, publicou mais de 30 livros sobre o tema e fundou o Taos Institute com o objetivo de difundir ideias construcionistas e promover a colaboração entre a academia e a prática profissional ao redor do mundo.

## **Lupicinio Íñiguez-Rueda**

Professor Catedrático de psicologia social na Universidade Autônoma de Barcelona. Orientou dezenas de pesquisadoras e pesquisadores na realização de trabalhos de conclusão de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Militante do Movimento Acesso Aberto, é coeditor da revista *'Athenea Digital*,

*Revista de pensamento e investigación social*, editor da revista ‘*Quaderns de Psicologia: International Journal of Psychology*’ e coeditor da *Revista Psicologia & Sociedade*.

### **Mariana Prioli Cordeiro**

Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP e pós-doutora na mesma área pelo Instituto de Psicologia da USP. É docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IP-USP. Realiza pesquisas com apoio da Fapesp, integra o GT “Psicologia social nos estudos urbanos: diálogos interdisciplinares” da ANPEPP e coordena o Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS) do IPUSP. É coeditora da revista *Psicologia & Sociedade*.

### **Mary Jane Paris Spink**

É considerada uma das principais divulgadoras do movimento construcionista no Brasil. Graduiu-se em psicologia pela USP e doutorou-se em psicologia social pela Universidade de Londres. É Professora Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde coordena o Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. Possui bolsa de produtividade do CNPq desde 1998

### **Tomás Ibáñez**

É herdeiro da tradição libertária, questionando, tanto em suas atividades políticas quanto intelectuais, as diversas formas de dominação que caracterizam as sociedades atuais. Foi professor da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), onde chegou a ocupar o cargo de vice-reitor, e escreveu artigos e livros sobre anarquismo, construcionismo e relativismo, estabelecendo um fértil diálogo com pensadores como Castoriadis, Foucault, Rorty e Serres.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

**SOBRE O LIVRO**

Tiragem não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

# DIÁLOGOS SOBRE CONSTRUCIONISMO SOCIAL

**Entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda  
Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez**

O livro “Diálogos sobre construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez” tem o objetivo de apresentar os contornos dos debates construcionistas sociais por meio de entrevistas com autores(as) cujas obras marcaram significativamente a difusão desse movimento na comunidade brasileira. Considerando a escassez de literatura em português sobre o construcionismo social e de obras que contemplem conjuntamente perspectivas norte-americanas, europeias e brasileiras, este livro é uma contribuição para o debate das ideias construcionistas no contexto nacional e para a formação de novos(as) pesquisadores(as). O formato de livro de entrevista possibilita uma aproximação personalizada com as múltiplas dimensões do pensamento dos(as) entrevistados(as).

